



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UM BRASIL DE VÁRIAS LÍNGUAS: PROFESSORES, TRADUTORES DA PRAÇA E  
INTÉRPRETES DA NAÇÃO (1808-1828)**

**ROBERTO CARLOS BASTOS DA PAIXÃO**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UM BRASIL DE VÁRIAS LÍNGUAS: PROFESSORES, TRADUTORES DA PRAÇA E  
INTÉRPRETES DA NAÇÃO (1808-1828)**

**ROBERTO CARLOS BASTOS DA PAIXÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Concentração em Estudos da Linguagem e Ensino.

Linha de pesquisa: História, Sociedade e Pensamento Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P149b Paixão, Roberto Carlos Bastos da  
Um Brasil de várias línguas : professores, tradutores da praça e intérpretes da nação (1808-1828) / Roberto Carlos Bastos da Paixão ; orientador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. – São Cristóvão, 2015.  
90 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Educação - História – Brasil. 2. Linguagem e línguas – estudo e ensino. 3. Tradução e interpretação. 4. Professores. 5. Língua inglesa. I. Oliveira, Luiz Eduardo Meneses de, orient. II. Título.

CDU 37:811.111(81)(091)

**ODE TO  
NAPOLEON BUONAPARTE**

**By**

Lord Byron

I.

*'Tis done --- but yesterday a King !  
And arm'd with Kings to strive ---  
And now thou art a nameless thing:  
So abject --- yet alive !  
Is this the man of thousand thrones,  
Who strew'd our earth with hostile bones,  
And can he thus survive?  
Since he, miscall'd the Morning Star,  
Nor man nor fiend hath fallen so far.  
(...)*

XIX.

*Where may the wearied eye repose  
When gazing on the Great;  
Where neither guilty glory glows,  
Nor despicable state?  
Yes --- one --- the first --- the last --- the best ---  
The Cincinnatus of the West,  
Whom envy dared not hate,  
Bequeath'd the name of Washington,  
To make man blush there was but one !*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



**ROBERTO CARLOS BASTOS DA PAIXÃO**

**UM BRASIL DE VÁRIAS LÍNGUAS: PROFESSORES, TRADUTORES DA PRAÇA E  
INTÉRPRETES DA NAÇÃO (1808-1828)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

**APROVADO EM: 23.03.2015**

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Educação /UFS

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard  
Programa de Pós- Graduação em Educação /UFS

Prof.ª Dr.ª Joselita Júnia Viegas Vidotti  
Universidade de Brasília / UnB

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e à minha família e amigos.

Muito agradecido sou aos que compõem a relação a seguir:

Todos os integrantes da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Professores, mestres e doutores responsáveis pelas disciplinas constantes do Curso de Mestrado em Educação.

Professor Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, que com sua valiosa contribuição, orientou a realização da pesquisa e a elaboração do texto desta dissertação.

Professores, mestres e doutores componentes da Banca Examinadora.

Professora Tânia Maria da Conceição Meneses Silva, pelo olhar sobre os aspectos linguísticos do texto ora apresentado. Aos grandes colegas incentivadores Josevânia Teixeira Guedes, Rita de Cácia Santos Souza e João Escobar Cardoso. Além do caloroso acolhimento de Maria Elaine Santos e Thadeu Vinícius Souza Teles. Aos meus grandes amigos norte americanos John David McCrea e Anita Raker por me receberem em suas casas e servirem de depositários de uma confiança sem fim para a conquista deste sonho.

A todos vocês dedico o meu esforço e o produto do meu trabalho,

Roberto Carlos Bastos da Paixão

## RESUMO

A presente Dissertação tem como objeto de estudo aspectos histórico-político-educacionais e linguísticos relativos à institucionalização do ensino de idiomas estrangeiros no Brasil. Consideramos, inicialmente, que a chegada da Família Real portuguesa ao país, em 1808, sob a proteção dos ingleses e da decretação da abertura dos portos aos navios e ao comércio estrangeiro deflagrou uma série de decisões imperiais que marcaram a entrada do referido idioma no contexto educacional brasileiro. O texto, em seu segundo momento, ajusta o foco nos Códices do Arquivo Nacional, de cujo exame documental extraiu algumas inferências para uma análise do Processo de Institucionalização dos ofícios de Professor, Tradutor da Praça e Intérprete da Nação. De tal forma, o desenho da Dissertação buscou esboçar um mapa do ensino de idiomas estrangeiros, e, especificamente, da tradução do texto escrito e da interpretação oral em língua inglesa dentro do recorte temporal de 1808-1828. Os resultados da pesquisa realizada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN/RJ) são representativos do esforço maior em aperfeiçoar a compreensão e análise voltada para a reconstrução de uma fase relevante no bojo do desenvolvimento do processo educacional brasileiro. A presente investigação expõe o Relatório de atividades técnicas desenvolvidas no Arquivo Nacional, além de anotações sobre outras atividades complementares realizadas na PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e CRB (Casa de Rui Barbosa).

**Palavras-chave:** Institucionalização. Professor. Tradutor. Intérprete. Inglês.

## **ABSTRACT**

This Dissertation has as its objective a study of the historical-political-educational and linguistic aspects of the institutionalization of teaching foreign languages in Brazil. We consider, first, that the arrival of the Portuguese royal family to the country in 1808, under the protection of the British and the declaration of opening of ports to ships and foreign trade sparked a series of imperial decisions that marked the entry of that language in the context of the Brazilian education. The text, in its second stage, adjusts the focus on the codices of the National Archives, whose documentary examination drew some inferences to an analysis of the institutionalization process of the Teacher, Commerce Translator and the Interpreter of the Nation. As such, the design of the Dissertation sought to sketch a map of the foreign language teaching, and specifically the translation of written text and oral interpretation in English within the time frame of 1808-1828. The results of the survey in Rio de Janeiro National Archives (AN / RJ) are representative of the larger effort to improve the understanding and analysis aimed to rebuild a relevant stage in the midst of the development of the Brazilian educational process. This research exposes the techniques developed in the Activity Report at the N.A, and notes on other complementary activities at the PUC (Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro) and CRB (Casa de Rui Barbosa).

**Keywords:** Institutionalization. Teacher. Translator. Interpreter. English.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dicionários portáteis/ abreviados “do povo” .....	29
Quadro 2 - Ocorrências históricas/institucionalização.....	38
Quadro 3 - Professores (1808-1825).....	40
Quadro 4 - Tradutores da Praça (1821-1823).....	41
Quadro 5 - Intérpretes da Nação (1808-1830).....	41
Quadro 6 - Pioneiros da Língua Inglesa no Brasil (1808-1825).....	42
Quadro 7 - Diário de visitas.....	80

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO: RECONSTRUINDO A TRILHA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
1.1 OS PRINCÍPIOS DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO .....	24
1.2 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS.....	30
1.3 PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO NO CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO .....	35
1.4 CONVIVÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA COM A LÍNGUA INGLESA .....	43
1.5 ENSINO, TRADUÇÃO DA PRAÇA E INTERPRETAÇÃO DA NAÇÃO: SABERES E FAZERES DISTINTOS.....	48
<b>2 OS CÓDICES DO ARQUIVO NACIONAL .....</b>	<b>55</b>
2.1 PARA UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS OFÍCIOS DE PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO .....	55
2.1.10 documento, fungos e térmitas .....	57
2.2 INVESTIGAÇÃO NO ARQUIVO NACIONAL: PROCEDIMENTOS.....	72
2.3 DIÁRIO DE VISITAS .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

O meu interesse pela Língua Inglesa remonta à minha infância, quando estava aos dez anos de idade e meu pai me levava para conhecer uma plataforma petrolífera em Belém/PA. Comecei ali a cultivar amizade com alguns naturais da América do Norte que, geralmente, vinham visitar a nossa família, que os convidava para um almoço aos domingos. Ingressei numa escola desse idioma e, ao completar 16 anos de idade, conversava fluentemente com os visitantes domingueiros. Alguns anos depois, aconteceu minha inserção no mundo da interpretação da oralidade e da tradução de textos técnicos numa empresa petrolífera do Estado do Texas/EUA com filial no Brasil. Concomitantemente, eu ministrava aulas em cursos de língua inglesa, o que depois veio a representar meu foco principal da ação docente.

Há cerca de dois anos venho produzindo artigos sobre a temática das profissões de professor, intérprete e tradutor do idioma inglês e me dedico à busca das fontes específicas. A investigação que tenho desenvolvido e na qual pretendo ainda mais aprofundar-me acontece no âmbito das minhas atividades cotidianas, tanto de professor quanto de tradutor e de intérprete da oralidade do idioma inglês. Desenvolvo, atualmente, atividades profissionais como professor em Curso de Letras e no ensino corporativo, em curso credenciado; como tradutor de textos técnicos sobre temas como petróleo e outros; e como intérprete da oralidade em eventos e acompanhamentos (*escort*). Há estudos diversos, a exemplo dos de Fernandes (2006); Gimenez (2011); Van Ven (2011); Mazza e Alvarez (2011) sobre professores de línguas estrangeiras que definem esses profissionais, especialmente os tradutores e os intérpretes, como detentores de uma personalidade profissional que se mostra fragmentada, multifacetada, instável e cuja construção se dá pelas vias “[...] da relação com o outro, plural, inacabada e marcada pela diferença” e, além disso, complexa (REIS, 2011, p. 8).

A propósito da minha história profissional na condição de professor, tradutor e intérprete da oralidade em língua inglesa, surgiu o interesse pelo tema desta Dissertação que se debruça sobre a perspectiva de professores, tradutores da Praça e intérpretes da Nação (1808-1828). A temática envolve os aspectos gerais relativos ao período inicial e, ainda, às inferências/interpretações de leitura obtidas a partir de uma análise do processo de Institucionalização, no Brasil, dessas profissões através de um olhar que se lança sobre os Códices do Arquivo Nacional (AN/RJ).

O objetivo geral traçado para este estudo é investigar aspectos sócio-históricos relativos à institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação (em línguas estrangeiras), tendo em vista o desenvolvimento do ensino de idiomas e, especificamente, o inglês (voltado para as atividades comerciais), na faixa entre 1808-1828. Para tanto, foi levada em conta a legislação referente às matérias em questão, bem como a historiografia educacional, política, econômica e cultural do período recortado.

Com base na revisão da literatura, os objetivos específicos tratam de: a) reconstruir as *trilhas* da Institucionalização das profissões de Professor, Tradutor da Praça e Intérprete da Nação; b) analisar o processo de Institucionalização dessas profissões através de um olhar investigativo sobre os Códices existentes no AN. O uso do termo *trilhas*, neste estudo, não parte da pressuposição de que é possível conduzir o presente para a interpretação do passado, ou mesmo seguir caminhos lineares e fantasiosos, pois, assim como o atesta Le Goff (1992, p. 24), existem as “[...] rupturas e descontinuidades inultrapassáveis, quer num sentido, quer noutro”. A problemática da presente pesquisa se origina na necessidade acadêmica da construção do conhecimento sobre os primórdios da institucionalização do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, relacionando aspectos da reconstrução das *trilhas* que percorreram professores, tradutores e intérpretes em solo brasileiro.

A hipótese de trabalho afirma ser possível reconstruir as *trilhas* percorridas pelos profissionais em destaque, favorecendo a compreensão de um período histórico da educação brasileira compreendido no recorte temporal que se estende do ano de 1808 até 1828. Na tentativa de reconstruir essas trilhas, reconhece-se, inicialmente, que, àquela época, uma cultura se instalou no seio social brasileiro e, a partir daí, foi se formando uma representatividade do professor de língua estrangeira. Paulatinamente foi se desenvolvendo uma concepção de que seria esse profissional um alienado que vive a realidade de outras nações, que valoriza a cultura alheia em detrimento da própria, ou, ainda mais acentuadamente, como nos dias presentes, o profissional tem sido compreendido como um professor que caminha à margem do processo educacional, que não se interessa em construir conhecimento sobre sua atividade pedagógica, isto é, não estaria habituado a uma reflexão sobre o seu lugar no processo de ensino aprendizagem. Por isto, popularmente tem sido traduzido, mesmo que disfarçadamente por parte de alguns grupos, como a figura de um mero repetidor de frases de diferentes complexidades e cujo trabalho se resumiria em realizar o milagre de uma criança, um adolescente ou um adulto passar a, principalmente, falar fluentemente e, depois, escrever corretamente um idioma estrangeiro. Assim, os sujeitos desconhecedores das teorias da aquisição de um segundo idioma não apresentam

preocupações científicas de porte algum e agem de forma imediatista, rasa, em busca de resultados muito práticos e simplistas que atendam objetivos como os de preparar estudantes para participar de viagens turísticas ou preparar educandos para a inserção no mundo do trabalho em locais como hotéis, resorts, etc., o que não conduz a objetivos traçados para o Curso de Letras estrangeiras, formadores para o magistério. Esse mesmo professor de língua estrangeira, até recentemente, era visto como aquele indivíduo que conhecia a história dos países cujas línguas lecionam, mas não demonstrava dominar a história do país e do estado onde nasceu e, menos ainda, os aspectos que circundam o contexto da profissão que exerce. Seria, assim, apenas um mero seguidor/repetidor de manuais de ensino do idioma estrangeiro como se o mundo da educação e todo o complexo processo ensino e aprendizagem ali estivessem contidos. Entretanto, o professor de língua estrangeira, a partir de uma fase de conscientização e modernização da legislação educacional, começou a refletir sobre qual seria a sua história e qual seria o seu papel social, como, quando e porque alguém teria começado a ensinar um idioma que não lhe era natural. Esse interesse em se conhecer e reconhecer nos domínios de seus saberes e fazeres foi encaminhando os professores de línguas estrangeiras pelas sendas das perguntas para as quais buscavam respostas lógicas, satisfatórias e de fundamentação acadêmico-científica. Foi assim que pesquisadores passaram a estudar a história da institucionalização do ensino de línguas estrangeiras, a exemplo do professor Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, cuja Tese de Doutorado foi defendida em São Paulo, em 2006; de José Carlos Paes de Almeida Filho, autor de *Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas*, Mestre em Educação em Língua Estrangeira pela Universidade de Manchester/Inglaterra, Doutor em Linguística pela Universidade de Georgetown/Washington/DC/EUA e editor-chefe da revista HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil. Além de Joselita Júnia Viegas Vidotti, autora da tese de doutorado que versa sobre as políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira no Brasil do século XIX, com ênfase na Língua Inglesa, defendida em São Paulo, no ano de 2012.

O texto da presente Dissertação desenha uma trajetória epistêmica que se dá no processo de organizar a dinâmica da busca por informações que reconstituam os passos ensaiados pelos professores, tradutores e intérpretes em uma fase importante na direção da consolidação dessas profissões, o que tratou de abarcar a pesquisa bibliográfica e as atividades realizadas junto aos códices do AN. Por isso, antecipa-se que esses procedimentos investigativos nos permitiram depreender não ser fácil aprofundar ainda mais a investigação tendo em vista a distância no tempo e o extravio de documentos. Entretanto, colecionando

pequenas partes do caminho, consideramos que esse esforço apresentou resultado e validou a pesquisa.

As questões norteadoras da presente pesquisa são: a) Como, quando, onde e por que se desenvolveu a história da institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação? b) A pesquisa documental nos códices do AN contribuiu para a reconstrução dessa *trilha* na qual atuaram esses profissionais das línguas estrangeiras no Brasil?

Quanto aos aspectos metodológicos, o presente estudo é do tipo qualitativo, bibliográfico, descritiva e com pesquisa documental arquivística.

Até meados do Século XX, predomina o entendimento do arquivo histórico como objeto privilegiado da Arquivologia que se estrutura então como ‘ciência auxiliar’ da História. O fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística em seu estado de construção. Exige também conhecimentos da História e do Direito (JARDIN, 2012, p. 137).

Recorreu-se ao uso de materiais como livros, revistas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos, documentação do período em destaque na pesquisa etc. Fez-se também a consulta a *sites* eletrônicos especializados.

Acerca dessa questão da metodologia, cumpre relembrar que, no século XVIII, quando a História passou a ser observada como ciência, os métodos de reflexão e produção escrita sobre História passaram a se desenvolver largamente. A historiografia começou a experimentar modificações metodológicas que viabilizaram um conhecimento mais abrangente do passado e passou a incorporar novos e diferenciados tipos de fontes de pesquisa. Entretanto, até o século XX vigorava a crítica acerca de um fazer historiográfico cujas bases são as instituições e as elites, centrando-se especificamente em fatos e listagem de datas comemorativas. Tratava-se de uma visão positivista e que não se aprofundava em investigações sobre a estrutura e a conjuntura social e suas interpenetrações. Foi a partir do surgimento, na França, da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, que se instaurou uma nova corrente historiográfica cuja intenção era a de que a abordagem, nesse campo, se tornasse independente da visão positivista da escrita, a exemplo de uma crônica de acontecimentos. Em lugar desse modelo, buscava-se, então a substituição por análises de processos de mais extensa duração que permitissem compreender mais profundamente as mentalidades (BURKE, 1991).

A presente investigação sobre os primórdios da história da educação brasileira garantiu que, passo a passo, fosse de alguma maneira retomado o processo de institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação. A

Dissertação é o aprofundamento de uma reflexão que se iniciou a partir do cumprimento da disciplina “Tópicos Especiais de Ensino. História da Profissão Docente”, do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe/ GPHELB (Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil), sob orientação do professor Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, cujo objetivo era levantar os aspectos históricos relevantes ao ensino das línguas no Brasil. Como se sabe o tema escolhido para um estudo deve ser relevante tanto científica quanto socialmente, além do que deve situar-se em um quadro metodológico ao alcance do pesquisador e com áreas novas a explorar (AZEVEDO, 1999).

Os conceitos trabalhados neste estudo são: Institucionalização, ofícios, profissão, tradutor da Praça, intérprete da Nação. Para Selznick (1971, p. 14) a Institucionalização é um processo pelo qual passa toda e qualquer organização, independentemente do seu tempo de duração. Para esse autor, o grau de institucionalização depende diretamente “da proteção que existe para a interação pessoal com o grupo”. Isto significa dizer que, por mais exata e objetiva que se mostre “a finalidade de uma organização e quanto mais especializadas e técnicas as suas operações, menores chances haverá de forças sociais afetarem seu desenvolvimento”.

Do ponto de vista jurídico, “a institucionalização nada mais é que a inserção da norma em sistemas normativos que representam, por pressuposição, o consenso anônimo e global de terceiros” (CATÃO, 2001, p. 1).

Quanto aos ofícios de intérprete comercial e o de tradutor público, convém enfatizar que, a partir da trajetória traçada por Oliveira (2005, p. 11), estas profissões têm “[...] suas origens na própria formação do Estado moderno [...]” e passam a ser por ele legisladas. A propósito, especificamente no que se refere aos oficiais das línguas e à terminologia *profissão/profissionais*, os estudos de Coelho (1999, p. 21) registram tais termos, no contexto do século XIX, esclarecendo que equivaliam à expressão “declaração pública”, ou aos vocábulos “voto” e “ofício”, sentidos “que estão registrados em todas as edições no século XIX do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Moraes Silva”. Coelho ainda menciona a 4ª edição do dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1925, que “ainda não havia anotado a expressão ‘profissões liberais’”. Só bem mais tarde, no ano de 1945, é que Laudelino Freire anota: “Profissões liberais: a medicina, o professorado, a advocacia”. Os intérpretes da nação não seriam profissionais no rigor dessa prática, mas falantes da língua estrangeira em virtude de competências adquiridas em estudos superiores europeus, em cursos como o de diplomacia. Quanto aos tradutores da praça em desempenho de suas atividades, existem três documentos significativos: o Decreto de 3 de dezembro de 1821, que ordena a supressão do

lugar de oficial de línguas na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sob a justificativa de que havia oficiais habilitados para tal fim. Além disto seria conveniente manter o orçamento do Tesouro nacional sob controle; o Decreto de 9 de dezembro de 1823, posterior à Independência, criando o cargo de tradutor jurado da praça e intérprete da nação, sendo nomeado Eugenio Gildmester para ambas as atividades. Este oficial de línguas percebia, por folha traduzida, “das partes interessadas nas traduções a quantia de 1\$100 (mil e cem réis) por meia folha” (WYLER, 2003, p. 43). Esta a primeira vez em que o ofício de tradutor foi associado ao de intérprete. Esclarece a pesquisadora que tal ofício não estava sujeito a qualquer órgão em particular; e, por fim, o Decreto de 21 de março de 1828 (fechamento do recorte), documento que trata da extinção do cargo de tradutor do Conselho do Almirantado, criado por lei portuguesa de 1796, pois há algum tempo os processos já tramitavam desde as instâncias inferiores em língua portuguesa. O decreto de 28 tem especial importância no sentido de se perceber que a língua portuguesa já predominava sobre a língua latina, especialmente como idioma escrito utilizado no âmbito administrativo ou mesmo no jurisdicional. O estabelecimento de cargos era bastante dinâmico, como também eram prescritas as normas para o preenchimento dessas posições ou lugares, este era o termo usado na época. Toda essa movimentação pelo ano de 1822 contribuiu para tornar mais relevante a atividade da tradução.

Justifica-se a pesquisa, em sua totalidade, em virtude da inegável importância que tem para os profissionais brasileiros do ensino, da tradução e da interpretação da oralidade em idiomas estrangeiros e, em especial, de educadores e de docentes de língua inglesa em conhecer e se identificar com os primórdios dos seus saberes e fazeres.

O presente estudo se evidencia pela sua relevância científica, vez que a temática em si é ainda pouco explorada e, também, pela representatividade em reconstruir e divulgar o período em que foram dados os primeiros passos decisivos e consolidadores na direção da institucionalização do ensino das línguas estrangeiras no Brasil e das profissões em foco. O valor social desta pesquisa é a contribuição que presta aos sujeitos mencionados no sentido de conferir-lhes o conhecimento sobre a evolução da sua história de profissionalização. O pressuposto e as concepções teóricas para a elaboração desta Dissertação amparam-se em fontes que serviram para a abordagem da temática, no sentido de fundamentar sobre os ofícios de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, a exemplo dos estudos de, Reis (2011), Chervel (1990), Lustosa (2000), Santos (2010), Lima (2011), Nóvoa (1995), Vidotti (2012), Schiefler-Fontes (2008), Verdelho; Silvestre (2011), Pallares-Burke (2001), Oliveira (2005; 2006; 2010; 2014); e Freyre (2000).



As fontes primárias consultadas para a elaboração desta pesquisa foram as obras relacionadas nas Referências, incluindo documentos cujo teor se refere à legislação da época. Entre as teorias sobre a temática, estão as de Furlan (2003); Schiefler-Fontes (2008); Friedrich (1992); Wyler (2003); Barbosa/Wyler (1998); Kemnitz (2009); Le Goff (1992); Nunes, (2008), Oliveira (2005, 2006, 2010, 2014); Wyler (2003); além de Reis (2011).

A estrutura desta Dissertação comporta 2 (duas) sessões assim elencadas: A primeira, intitulada As profissões de Professor, Tradutor da Praça e Intérprete da Nação: reconstruindo a trilha da institucionalização; e a segunda apresenta as interpretações de leitura feitas no documental manuseado com o objetivo de analisar o processo de Institucionalização dos ofícios de Professor, Tradutor da Praça e Intérprete da Nação a partir da consulta aos Códices do AN (Arquivo Nacional). Além das sessões regulamentares, a Dissertação dispõe, ainda, das Considerações Finais, Referências.

A pesquisa no AN foi norteada pelo instrumental preparado em formato de roteiro de visita com a finalidade de compreender o funcionamento e a forma de procedimento para consulta aos arquivos da mencionada instituição. Tendo em vista o que assevera Fonseca, (2002, p. 32), a pesquisa documental faz uso das “[...] fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.”. A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, dividindo-se alguns autores, uns que consideram livros, revistas e outras fontes como documentos; e outros que preferem somente utilizar o termo documental para tipos de documentos, a exemplo de decretos, portarias etc.:

Ao tentarem nomear o uso de documentos na investigação científica os pesquisadores pronunciam palavras como pesquisa, método, técnica e análise. Então teríamos as seguintes denominações: pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental [...]

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SÁ-SILVA; ALMEIDA, 2009, p. 2-3).

A menção de Le Goff (1992, p. 10) acerca da importância do documento é a de que atualmente critica-se a noção de documento, entendendo-se que ele “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento”. Acrescenta o autor que “a tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento lançou uma luz reveladora sobre

os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” (LE GOFF, 1992, p. 11).

O roteiro inicial de diálogo, pensado e planejado para eventuais momentos de observação direta intensiva no AN, foi idealizado de forma livre e reformulado constantemente, de acordo com e durante a situação vivenciada, mas sempre em favor da melhor obtenção de dados junto aos funcionários, pesquisadores e outros que, estando presentes no local, se prontificaram e auxiliaram definitivamente para o sucesso e a satisfação da realização deste estudo. O mencionado roteiro trabalhou os seguintes itens: a) conversa informal com os responsáveis pelo AN em busca de orientação para o cumprimento da tarefa de pesquisar nos códices documentos do início do século XIX; b) explicação aos responsáveis pelo AN quanto aos objetivos da pesquisa; c) redirecionamento do roteiro enquanto se processava o diálogo e sempre de acordo com as informações recebidas. Foi um momento de aproximação que ocorreu em um local visitado pela primeira vez e, ainda, de reconhecimento de espaço e de disponibilidades.

No que concerne à questão do *chronos*, segundo ensina Le Goff (1992, p. 13), as datas de “[...] pontos de partida cronológicos e a busca de periodização estão ligados à História”. O autor adianta que a “oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo” e também explicita que “a oposição presente/passado não é um dado natural, mas sim uma construção”, pois “[...] um mesmo passado muda segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive”. O recorte deste estudo (1808-1828) tem como pilares: a) inicialmente as datas de publicação de dois documentos históricos exarados no mesmo ano de 1808: o primeiro versa sobre a abertura dos portos às nações amigas, através de Carta de Lei de 28 de janeiro de 1808. Frise-se que, dez meses depois, veio o segundo: b) o Decreto, datado de 10 de novembro de 1808 (BRASIL), correspondente ao momento em que o príncipe regente “[...] cria um intérprete para as visitas dos navios estrangeiros que entram no porto do Rio de Janeiro”. O referido decreto trata da nomeação do primeiro intérprete da nação, na figura de Ildefonso José da Costa. Nesse início do século XIX é que, pela primeira vez, no Brasil, os termos tradutor e intérprete são associados um ao outro. Acrescente-se, por outro lado, que tais profissões ou ofícios, do ponto de vista administrativo, não estavam sujeitos a nenhum órgão oficial; Observe-se que, com relação aos professores, o primeiro documento nesse período é o da nomeação, em nove de setembro de 1809, do primeiro professor de língua francesa, René Boiret; e Jean Joyce (língua inglesa); c) o terceiro documento é o Decreto datado de 21 de março de 1828, que extingue o lugar de tradutor do Conselho do Almirantado (cargo criado por uma lei portuguesa de 1796). Este marco serve,

portanto, de fechamento para o recorte temporal deste estudo. O decreto sinaliza assim a consequente alteração qualitativa no exercício do ofício de tradutor, por haver na secretaria, oficiais habilitados para tanto e por convir aliviar o Tesouro. O teor do documento de março de 1828, relativo à extinção do referido cargo naquele momento ocupado por José Veríssimo dos Santos “extingue o lugar de Tradutor do Conselho do Almirantado creado pela Lei de 26 de Outubro de 1796” e decide, na Imperial presença, “que o provimento de semelhante lugar nem se fazia necessário nesta Côrte” (BRASIL, 1828, p. 4).

Juntando as poucas e pequenas pedras (mas de muita relevância) encontradas pelas trilhas da Institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, nos propomos, a partir da Seção 1, tratar dos aspectos evidenciados no Sumário, no sentido de perceber os lances da história na qual os profissionais das línguas estrangeiras estão inseridos.

## 1. PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO: RECONSTRUINDO A TRILHA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

*“Buscar uma releitura do século XIX é tentar compreender as contradições que gestaram o moderno Brasil” (Jorge Carvalho do Nascimento).*

O presente estudo busca a relação com o outro em torno de pertencimentos identitários no passado e nas relações para onde convergem as atividades de professor, tradutor e de intérprete de um idioma estrangeiro dentro da realidade de um país colonizado. O conceito de história como processo sugere, de pronto, questionamentos sobre inteligibilidade e intenção, pois “[...] cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, simplesmente separados no tempo e no espaço, revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo” (THOMPSON, 1981, p. 97).

O foco incide sobre o idioma bretão em virtude de se encontrar diretamente ligado à dimensão das relações internacionais da Inglaterra com o Brasil no decorrer do século XIX. No cenário ocidental, a conturbada Europa vivera o contexto do denominado *Ancien Régime*, sistema político prevalecente na França do século XVIII. A crise do pensamento europeu vivenciou um quadro histórico no qual a Igreja passou a apoiar um sistema de funcionamento social conduzido pela figura do rei, tido como um representante delegado por Deus, e ao soberano terrestre caberia administrar os planos do Criador na terra. A ruptura com o passado cristão da Europa não ocorreu propriamente na Renascença, mas cerca de trezentos anos depois, como explica Paul Hazard (1878-1944), cuja obra se ocupa da crise da consciência europeia, expondo-lhe as mazelas.

Na opinião de Hazard (1935), não seria estranhável que o deísmo se desenvolvesse em um continente no qual o povo se habituou a se submeter ao poder do soberano, sendo que tal doutrina centrada na divindade se mostraria altamente perigosa para a integridade moral e a cidadania. O excerto abaixo, retirado do prefácio da obra do autor, encerra o sentido, a mentalidade e o espírito desse contexto social:

A partir dessas características, nós facilmente reconhecemos o espírito do século XVIII. Queríamos mostrar precisamente que as suas características essenciais surgiram muito antes do que geralmente é acreditado; encontra-se totalmente formado no momento em que Luís XIV ainda estava em sua força brilhante e radiante; que quase todas as idéias revolucionárias que surgiram até 1760, ou mesmo 1789, já haviam se expressado em 1680. Assim, uma crise que ocorreu na consciência europeia entre o Renascimento, a partir do qual procede diretamente a Revolução francesa, ela se prepara e nada há de mais importante na história das idéias. Uma civilização baseada na idéia do dever, o dever para com Deus, dever

para com o príncipe, “novos filósofos” tentaram substituir uma civilização baseada na idéia de direito: os direitos de consciência individual crítica, os direitos da razão humana, os direitos humanos e cidadania (HAZARD, 1971, p. 5-6).

Hazard discute a presença dos europeus em vários quadrantes da terra e considera que esses viajantes geralmente demonstravam curiosidade e eram impulsionados pelo sentimento de aventura, pela ganância, pela fé e pela paixão. No Brasil do início do século XIX é o momento em que se inicia o processo sócio-histórico-econômico no qual vai se desenvolver a institucionalização do ensino das línguas estrangeiras. Quando Dom João chegou ao país, em 1808, abrindo os portos “às nações amigas”, de imediato promoveu uma mudança que abriu espaços para a consolidação do ensino de línguas estrangeiras em solo brasileiro, especialmente do inglês, pois se desenvolvia a largos passos o comércio com a Grã-Bretanha. Até aquele período, a primazia era a do ensino do latim e do francês, sendo as mais importantes obras publicadas em francês. A propósito e acerca do ensino do francês no Brasil, criou-se, desde o século XVIII, a cultura da elitização humanística e do otimismo pedagógico enquadrados na conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura destinados à escola secundária, “[...] bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através dessa instituição que se mantinha a separação entre ‘elite’ e ‘povo’” (NAGLE, 2001, p. 155).

Essa concepção de distinção cultural entre ricos e pobres *versus* ilustrados e analfabetos só iria se esgotar a partir das mudanças trazidas pela segunda revolução industrial, no final do século XIX, e influências da modernização da economia nos países desenvolvidos e capitalistas. A tradição clássica humanística, de influência notadamente francesa e iluminista, se relaciona e encontra razão de ser no sentido da adoção de uma literatura histórica e erudita e na intenção de concretizar a missão de formar a moral cristã e despertar o sentido do civismo dos homens para torná-los profissionais e não simplesmente bacharéis. Essa tradição se estende até a fundação do Colégio de Pedro II (1837), que passou a modelar a educação brasileira (CHERVEL, 1990).

O evento histórico da chegada de Dom João abre, não apenas os portos aos países amigos, mas, especialmente à Inglaterra, protetora do monarca e sua família nessa sua partida estratégica de Portugal em direção ao Brasil, em virtude da perseguição que lhe impunha o Imperador Napoleão Bonaparte. Porque foram os ingleses que passaram a dominar o comércio nos portos brasileiros surgiu a necessidade de traduzir os documentos referentes às mercadorias em movimentação e, inclusive, de manter diálogo com esses estrangeiros. Começa assim a penetração do idioma inglês no Brasil e também uma série de nomeações e

decretos para o preenchimento de cargos de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação em língua inglesa. A partir daí é que o ensino do inglês começa uma fase na qual desfruta de uma dimensão diferenciada, passando, mais tarde, no decorrer do século XIX, a gozar *status* de disciplina nos currículos escolares brasileiros.

Naquele momento em que a Corte portuguesa chegou ao Brasil, o Imperador Napoleão Bonaparte tinha em seus planos o domínio de toda a Europa. Era o auge da Guerra Peninsular (1807-1814). Por motivos de ordem geográfica e também porque a Inglaterra dispunha de uma marinha mais poderosa do que a da França, veio a derrota naval de Bonaparte em Trafalgar, vencido pelo duque de Wellington. Inconformado, o imperador tratou de decretar o Bloqueio Continental, em 1807, impedindo a Europa de comercializar seus produtos com a Inglaterra. Na sequência, partiu com suas tropas na direção de Portugal, tradicionalmente país amigo da Inglaterra. Para fugir do cerco napoleônico, foi providenciada em Portugal, sob os auspícios da Inglaterra, a vinda de Dom João com a família real para o Brasil. Desta forma, a comitiva marítima partiu na direção das costas brasileiras, desde o cais de Belém, em 29 de novembro de 1807, havendo alcançado dois destinos: a 22 de janeiro de 1808 uma parte da frota naval aporta em Salvador; e, outra parte no Rio de Janeiro, no dia 8 de março do mesmo ano. Quando o Príncipe Regente partia em direção ao Rio de Janeiro, antes passou por Salvador, oportunidade em que “[...] é convencido pelos seus conselheiros da necessidade de abrir nossos portos às nações amigas, o que se efetua pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808” (LOBO NETO, 2003, p. 31).

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1807-1808) significou mudanças em muitos aspectos e em particular naqueles relacionados à estrutura e funcionamento do Estado, que, através das reformas pombalinas, estabeleceu novas diretrizes educacionais. Entre as peças legislativas do período em foco, foram consideradas as mais relevantes e, por tal razão, escolhidas para este estudo, estas abaixo apresentadas por ordem cronológica:

1. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 - abre os portos do Brasil ao comércio direto com exceção dos gêneros estancados;
2. Carta Régia de 29 de janeiro de 1811- cria o lugar de intérprete de línguas do governo da Bahia (o nome do intérprete é Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão e a determinação é do Príncipe Regente);
3. Decreto de 6 de Novembro de 1812 - cria um lugar de intérprete de línguas com exercício na Fortaleza de Santa Cruz/Biblioteca da Câmara dos Deputados;
- e 4. Marinha-Decreto de 21 de Março de 1828 - extingue o lugar de Tradutor do Conselho do Almirantado criado pela Lei de 26 de Outubro de 1796, etc. (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto histórico que envolve duas décadas, sobressaem, tanto em Portugal quanto no Brasil, as figuras dos brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva e de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, ambos envolvidos em lutas políticas em prol da Independência do país. É possível agora lançar um olhar retrospectivo para o ano de 1808 e constatar que o caminho foi longo e muito significativo até que se alcançasse esse panorama de um Brasil que se esforça para se sentir e ser presumivelmente uma nação independente e no seio da qual as instituições se fortaleceriam, se solidificariam e se expressariam. O papel da imprensa é preponderante em todas as etapas que constroem a história de qualquer país. Servem de exemplo, neste caso da construção da Independência brasileira, os registros da partida de D. João VI, o que ocorreu em abril de 1821, e, ainda, o fechamento da Assembleia por D. Pedro I, em novembro de 1823. Nesse momento os jornalistas gozavam de *status* de escritores e, dessa forma, assumiram “[...] o importante papel de suprir as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava” (LUSTOSA, 2000, p. 30).

Nesse ambiente acendem-se as primeiras luzes da intelectualidade nacional que se propunha a contribuir para a condução do pensamento popular através das páginas jornalísticas nas quais estavam impressas as ideologias dos jornalistas, na tentativa de cumprir a missão que os movia, a de formar a opinião pública. A escrita aparece em posição privilegiada entre as elites coloniais, um público restrito, como instrumento primordial dessa luta política por um país independente, dono do próprio destino, da nacionalidade, brasileiro e não português. Essa ambiência, digamos iluminista brasileira, é aquela do momento da valorização da inteligência e até mesmo a gênese das lendas que “[...] cercam personalidades como a de José Bonifácio, tido como dono de uma cultura capaz de embasbacar o estrangeiro [...]”, tendo Cairu passado para a História com a fama “[...] de quem mesmo os adversários mais empedernidos, antes de procederem a qualquer ataque, desatacavam a incomum ilustração [...]”. Inclusive Bonifácio e Cairu eram homens que conheciam profundamente idiomas estrangeiros em um país onde tal conhecimento era raro naquela época (LUSTOSA, 2000, p. 33).

A formação de José da Silva Lisboa (Cairu), o “jovem luso-brasileiro”, como insistentemente o denomina Kirschner (2009), foi levada a efeito em Coimbra, de onde retornou à Bahia em princípios de 1780, trazendo consigo carta de apresentação de Martinho de Mello e Castro. Na oportunidade, Cairu recepcionado pelo “recém-nomeado governador da capitania” (idem, p. 45). Ainda segundo Kirschner, José da Silva Lisboa “foi agraciado com o cargo de professor de língua grega na mesma cidade, cadeira que até então nunca havia sido provida” (p. 61). Portanto, tornou-se, dessa maneira, o primeiro professor de língua grega na

Bahia, posição que ocupou até 1787, momento em que foi, então, nomeado professor efetivo do idioma grego, Luís dos Santos Vilhena. Em janeiro de 1824 José da Silva Lisboa, que recebera de D. Pedro I o título de Barão de Cairu, foi convidado, também pelo imperador, para cumprir o encargo de escrever uma história sobre o novo império do Brasil a partir do ano de 1821. Os dois volumes da *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*, de Cairu, foram publicados entre 1756 e 1835.

Kirschner (2009) evidencia a carreira administrativa exercida por Cairu na monarquia lusa a que dedicou todo o seu empenho e erudição, tendo ocupado os mais diversos cargos, entre eles, de ouvidor, professor régio e deputado da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio. Naquele ano de 1808, foi convidado por D. João e então se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi nomeado para o cargo duplo de diretor e censor da Imprensa Régia, além de ter se tornado deputado da Junta do Comércio. Durante o período da independência, atuou na imprensa, participou da Assembleia Constituinte em 1823 e alcançou a posição de senador do império no período de 1826 a 1835 e, inclusive, recebeu o título de barão em 1824 e o de visconde de Cairu, em 1826. A atuação de Cairu envolvia posicionamentos os mais diversos sobre a conjuntura político-econômica de sua época, a exemplo da atenção dedicada aos temas da industrialização nacional, das questões relativas ao autoritarismo político e do papel do intelectual perante o Estado. Por tamanha e significativa participação na vida pública, o visconde tanto foi elogiado como atingido por críticas.

Ainda a respeito de Cairu, o estudo de Magalhães (2012) investigou um “livrinho misterioso”, intitulado *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos séculos Jesus Christo*, publicado em Lisboa (1807), de autoria do poeta bahiense José Cortez Sol Posto, também conhecido como Cigano da Bahia. O referido livro de poesia saiu "Com licença da Meza do Desembargo do Paço" e foi impresso na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, com 243 páginas.

A tese defendida por esse pesquisador é a de que a obra *Flores Celestes* seria o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, sob o pseudônimo de José Cortez Sol Posto, demonstrando o talento poético. Segundo o autor do estudo, o contato de Cairu “com os impressores de sua época também se estendeu à América portuguesa, após a liberação da imprensa na colônia”. As informações levantadas por Magalhães e que lhe fizeram acreditar que Cairu e José Cortez eram a mesma pessoa foram as seguintes: o autor dos versos era, talvez, a mais influente personalidade da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pois circulava no meio literário da época; completou 50 anos enquanto redigiu os poemas, por volta de 1806;



era bahiense; testemunhou o incêndio da Igreja da Ordem Terceira do Carmo em 1788; tinha o prenome José; e, “após investigar os principais escritores bahienses do período, o único nome que enquadra um perfil contendo todos os elementos do conjunto acima é o de José da Silva Lisboa que, anos depois, receberia o título de Visconde de Cairú” (MAGALHÃES, 2012, p. 3).

## 1.1 OS PRINCÍPIOS DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO

Talvez a mais remota notícia sobre o ato de traduzir seja a que traz Furlan (2003, p. 10) quando se refere à Idade Média e assevera que, a partir do século II, começam a manifestar-se em várias mudanças conceituais e práticas a tradução na Europa Ocidental, e que caracterizam aquele período desde o século IV. Sendo assim, “com a progressiva perda da língua grega, o fim do Império Romano (395), e o avanço do cristianismo, aumenta a necessidade real de traduções”. Os princípios da história das teorias sobre a tradução se encontram, portanto, no período do Império Romano, colonizado, conquistado, cuja cultura absorvia aspectos de um determinado povo estrangeiro, incorporando-os ao patrimônio intelectual próprio, priorizando as especificidades do léxico ou, ainda, do estilo daqueles textos no original da língua traduzida, modificando-a porque era tida como inferior (FRIEDERICH, 1992).

Segundo Schiefler-Fontes (2008), a história da tradução na América descoberta traz em seu primeiro momento a presença dos intérpretes de línguas. Espanha e Portugal eram os colonizadores e se encontravam envolvidos com uma realidade de profunda diversidade linguística e cultural. Visando o contato com esses povos que conquistavam, os colonizadores criaram normas específicas objetivando favorecer a comunicação entre eles e os colonizados. Os conquistadores tinham objetivos imediatos e cuidavam no sentido de evitar desvios éticos dos tradutores. Precisavam ter a segurança de que esses oficiais realmente transmitiam com exatidão as mensagens, valendo frisar que do “[...] processo de colonização e consequente domínio do português sobre os idiomas nativos faziam parte a exploração e a conquista, a evangelização e a conversão, o comércio e a expansão territorial” (SCHIEFLER-FONTES, 2008, p. 13). O estudioso relaciona as pesquisas de Handelsmann (1978), Oliveira (2005, 2006), Wyler (2003) e Barbosa; Wyler (1998), com o propósito de enveredar-se nesse contexto da tradução e da interpretação desde Portugal até o Brasil, referindo-se ao desembarque de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, e à dificuldade de

comunicação com os habitantes naturais da terra. Depois se reporta ao fato de ali terem deixado dois criminosos deportados para que aprendessem o idioma daquele povo e, dessa forma, servissem futuramente de intérpretes. Esta não muito animadora perspectiva inaugura a tradição do intérprete oral no Brasil, que só irá, com a Real Ordem de 16 de junho de 1739, criar a figura dos “intérpretes públicos” passando a ser regulamentada a atividade nas possessões espanholas “Cuba e Filipinas, em cujas ilhas a maioria da população desconhecia a língua do reino”. Entretanto, questiona-se a veracidade e concretude dessa norma de 1739 e se há propriedade de suas bases na legislação vigente à época acerca do língua/intérprete do período colonial, ou mesmo se se originaram daí as atividades profissionais de “intérpretes/tradutores juramentados do mundo ibérico subsequente, Brasil incluído por meio de Portugal. Em trajetória paralela à Espanha, Portugal, como seria previsível, não destoava”, pois constava de registros em quadros burocráticos da metrópole, em 1754, a menção a um “oficial de línguas” e, em 1796, um “*traductor de línguas*”, o que anota Oliveira (2005, p. 2). A contratação do tradutor em língua escrita, no Brasil, só seria efetivada pelas instituições coloniais em 1808, com a fundação da Impressão Régia, conforme atestam Barbosa e Wyler (1998), além de inserirem que desde esses primórdios a tradução escrita sempre se mostrou bem mais promissora comparativamente à interpretação das “fallas”. Quanto às notícias dentro do período que envolve os séculos XVI a XVIII, nos quais se situam os primeiros tradutores e os intérpretes, nota-se a hegemonia do povo português mais exatamente no século XVIII, com a história da tradução escrita e a organização da profissão, além dos aspectos relativos ao ensino e às publicações (BARBOSA; WYLER, 1998).

Oliveira (2005, p. 2) se encarrega de destacar a necessidade da existência dos cargos de tradutor e de intérprete, no Brasil, para a sustentação da Coroa Portuguesa. A exigência para a ocupação dessas posições, segundo o autor mencionado, não eram a erudição e o domínio gramatical, mas as habilidades demonstradas pelos profissionais em compreender o idioma. A primeira referência legislativa em Portugal a respeito desses encarregados de traduzir ou de interpretar está contida num Alvará com força de lei datado de 4 de janeiro de 1754. O documento regulamenta os ordenados dos Secretários de Estado e de seus Oficiais. Os “Officiaes Maiores” eram colocados acima do “Official de Linguas”, percebendo um ordenado anual de um conto de réis, o que para a época significava bastante e comprovava “[...] a importância do cargo, bem como seu estatuto ‘oficial’, uma vez que tratava de assuntos do Estado português, em suas relações políticas e comerciais com as nações estrangeiras”. Ainda faz constar o autor que, aprovada nos estatutos da Academia Real dos Guardas Marinhas, aprovados pela Lei de 1.º de abril de 1796,

[...] foi criada no Título VIII a figura do “Traductor de Linguas”, cuja obrigação, conforme o art. 2.º seria traduzir “todos aquellos Papeis, que dirigirem ao Conselho, em qualquer dos Idiomas apontados no Artigo Primeiro deste Titulo; entender dos mesmos, e entender-se de viva voz com os Estrangeiros (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

Ainda na época em que reinava em Portugal D. João III, no ano de 1542, o primeiro grupo de missionários da Companhia de Francisco de Loyola aportou em Goa, em 1542. Os jesuítas necessitavam dos préstimos dos intérpretes para entender os povos com os quais mantinham contato e aos quais haveriam de ensinar e catequizar. Desse período é a informação que o padre Luís Fróis diz de dois convertidos na sua carta de Goa de 1559: Manuel de Oliveira e André Vaz (cf. doc. 40 de *Documenta Indica*, vol. IV); e que, mais tarde, os seminários se transformariam nos locais da aprendizagem das línguas nativas para os irmãos recém-chegados. A *Carta Annua* de 1576, lembrando os milhares de “gentios” convertidos, registrava a importância de “ter os necessários obreiros e que estes saibam a língua da terra”.

As gramáticas e os dicionários são ferramentas indispensáveis ao exercício da tradução e foram utilizadas no trato com as línguas locais que floresceram no século XVII, em todos os lugares onde a presença dos jesuítas se verificava. São um fenômeno que se iniciou no século XVI com a elaboração e publicação, mas ganhou força no século XVII. Foi o padre Henrique Henriques que, em 1548, começara a redigir a gramática da língua malabar. O padre Henrique era o tradutor de sermões e aperfeiçoador das orações religiosas em língua malabar, além de ter traduzido a *Cartilha da Doutrina Cristã*, na mesma língua, impressa em 1559 em Cochim, na opinião de Américo Cortez Pinto. O trabalho da organização de dicionários e gramáticas revela a relação entre tradução e colonização. Igualmente o interesse nas atividades dos Intérpretes tem a mesma conotação no sentido do estabelecimento do diálogo entre povos falantes de línguas diferentes.

Até o século XIX, a situação geral do ensino de idiomas estrangeiros era ser

[...] baseado em leitura, tradução e gramática, com pouca ênfase para a parte oral. O *Grammar Translation* (tradução e gramática) foi um método bastante utilizado no século XIX, com grande destaque dado à correção e ao valor moral das frases usadas como exemplos, havendo uma preocupação acentuada com o ensino estrutural do Inglês. Após uma breve explanação sobre pronúncia, as pequenas lições eram, então, organizadas abrangendo resumos gramaticais, listas de vocabulário e frases e orações a serem traduzidas (SANTOS, 2010, p. 39).

Por outro lado, quanto ao vocabulário específico para o ensino do idioma inglês nas Aulas de Comércio, no Brasil oitocentista, os estudos de Teles (2013, p. 79) apresentam um levantamento de 100 (cem) vocábulos e/ou expressões referentes à prática comercial, apurados do segundo volume do dicionário de Transtagano (1773), cujo público alvo seria

aqueles que lidassem com os viajantes em atividades comerciais. Alguns exemplos são: Allowance (Paga, salário, estipendio; desconto, diminuição, da conta; do visto comum); Bail (Fiador, o que se obriga a pagar por outrem; fiança, a acção de ficar por fiador de alguém), Bankrupt (Quebrado, o mercador que quebra); Bartery (Troca de uma mercadoria por outra); Beaconage (Dinheiro que se paga para as luzes ou lume que se accende no faro para os navegantes); Bond (Escritura de obrigação); To run into one's book (Endividar-se, fazer dividas, fazer-se devedor a alguém); To get out of one's book (Pagar a alguém o que se lhe devia); Book-keeper (Guarda livros de um mercador); Bough (Ramo); Cambrick (Cambraya, pano de linho muyto fino); Caravan (Cafila, ou caravana, companhia de mercadores e de passageiros que para maior segurança se junta para ir de uma parte para outra), entre outros.

Esse período foi marcado ainda pela presença de compêndios que serviram de base para a consulta de profissionais do ensino das línguas estrangeiras, quer na Europa, quer no Brasil. Como se pode verificar, no Quadro 1, esses exemplos de gramáticas e de dicionários de diversos idiomas foram os publicados entre 1808 e 1828. Para atender a uma proposta de apreciação crítica que envolve dicionários mais antigos e espólio acumulado ao longo dos séculos XVIII e XIX e, ainda, acrescer alguns ensaios sobre a parceria bilíngue com o alemão, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês, o italiano e o neerlandês (esclarecendo, também, a perspectiva histórica e alargando a abordagem até a atualidade quanto ao reconhecimento do convívio interlexicográfico do português), Verdelho e Silvestre (2011) engendraram a temática da lexicografia bilíngue e a tradição dicionarística entre o Português e as línguas modernas, através de um levantamento dos títulos publicados desde as origens até o ano de 1900. Trata-se da intenção demonstrada pelos estudiosos em preservar a riqueza da Língua Portuguesa Clássica.

A lexicografia da língua portuguesa e o convívio lexicográfico que esse idioma vivenciou, no contexto europeu, desde o início de sua formação espelham um “retardamento” e modéstia que correspondem a “[...] um espaço linguístico periférico e com pequeno peso demográfico”. Tanto os dicionários da língua portuguesa quanto os “da maior parte das línguas modernas, tiveram uma origem interlinguística” (VERDELHO; SILVESTRE, 2011, p. 13), sendo, proveniente da comunicação e da movimentação natural dos povos pelas diversas regiões dentro dos espaços e dos cenários históricos em processo de civilização. Dessa forma, a língua portuguesa prosseguiu no tempo e nas dimensões geográficas interagindo “primeiro com o latim e depois em confronto com outras línguas vizinhas e contemporâneas”.

Na história do convívio interlexicográfico teve o privilégio de ser a primeira, entre as línguas europeias a emparceirar com as línguas remotas do Oriente. O português levou o alfabeto à China e ao Japão e participou nas primeiras experiências lexicográficas transeuropeias (VERDELHO; SILVESTRE, 2011, p. 13).

Esses estudiosos agora mencionados procederam a um inventário dessa lexicografia desde os anos de 1500 até os de 1900. Quanto aos anos de 1800, a pesquisa aponta a existência da “produção lexicográfica elaborada no âmbito do convívio da língua portuguesa com os idiomas europeus, especialmente com o francês e o inglês”. Tal esforço em agrupar sistematicamente as obras dicionarísticas se tornou um testemunho linguístico-histórico voltado para o atendimento de estudos diacrônicos e “para a história da língua e da cultura”, o que significa a intenção de compreender o relacionamento externo de Portugal, especialmente para essa modalidade de estudo que envolve o léxico e, complementando, para a elaboração lexicográfica. O levantamento em evidência trouxe à luz textos conhecidos que conduzem à divulgação tipográfica e atestam que

A escolarização das línguas estrangeiras intensifica-se em Portugal um pouco antes dos meados do século XIX, com a criação dos liceus (1836) e a regulamentação do ensino secundário, e aumenta a procura e a exigência de qualidade dos dicionários escolares, com preferência justamente do francês e do inglês. O ensino das línguas estrangeiras intensifica-se também no Brasil, não obstante descontinuidade, na estruturação do ensino secundário. Avulta, neste âmbito a promoção de escolas públicas como a de Itajaí em 1835, a criação de faculdades (de Direito 1827, em Olinda e São Paulo) e de várias academias de motivação científica; a instalação do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro em 1837, e depois no Recife (1850) e em Salvador (1863); a fundação do Colégio Dom Pedro II (Rio de Janeiro, 1838) e outras várias iniciativas, que vão institucionalizando a instrução pública e alargando o estudo e a leitura das línguas estrangeiras, especialmente o francês (VERDELHO; SILVESTRE, 2011, p. 33-34).

São dessa época dos oitocentos os dicionários: *portáteis ou abreviados; do povo; complementares* e outros, sempre em parceria, prioritariamente do português com o francês, o inglês, o espanhol, o alemão e o italiano. Consta a seguir a relação de dicionários publicados entre o período de interesse da presente dissertação, de 1808 a 1828, ora em Lisboa, ora em Paris, Londres, Hamburgo e até na cidade do Rio de Janeiro (Brasil).

## QUADRO 1 - Dicionários Portáteis/Abreviados “do povo”

ANO	DICIONÁRIOS
1808	F - V. 1788 Sá, Joaquim José da Costa e, Dictionario Abreviado das línguas portuguesa, e francesa, ou Compêndio do grande dicionário portuguez francez e latino. Lisboa, Typografia Rollandiana.
1808	I - Nova grammatica portuguesa inglesa. Londres, Wingrave.
1810	F - Théis, Alexandre de, Glossaire de botanique ou dictionnaire étymologique de tous les noms.
1810	P - Genlis, Stéphanie Félicité, Manuel Du voyageur, em six langues: anglaise, allemande, française, italienne, espagnole et portugaise, Nouv. ed. augm. De plusieurs dialogues et de La traduction em espanhol et en portugais. Paris, Chades Barrois.
1811	A - Wagener, João Daniel. Novo dicionário Português-alemão e alemão português. Lipsia, Engelhardo Benjamin Schwickert. F - Sá, Joaquim José da Costa e Cunha, Pedro Nolasco da, Dictionnaire François- Portugais. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira. F - Constâncio, Francisco Solano, Nove audictionnaire de poche français-portugais. Bordeaux, P. Beaume [com a colaboração de um dos mais “distintos socios da Academia Real de Lisboa”, provavelmente o abade Correia da Serra]. A - Wagener, João Daniel, Novo dicionário Português-Alemão e Alemão-Português. Lipsia, Engelhardo Benjamin Schwickert.
1812	A - Wagener, João Daniel, Neues Portugesisch Deutsche and Deutsch Portugiesisches Lexikon. Leipzig, Schmickertschen. F - [Constâncio, Francisco Solano] Novo Dictionario portátil Portuguez e Francez... Por uma Sociedade de Literatos. Bordeaux, P. Beaume [com a colaboração de um dos mais “distintos socios da Academia Real de Lisboa”, provavelmente o abade Correia da Serra] F - [Barros, Domingo Borges de], Dictionario portátil Portuguez-Francez e Francez-Portuguez. Paris, Imprimerie de Crapelet.
1814	P - Blondin, Grammaire epolyglotte, française, latine, italienne, espagnole, portugaise et anglaise, par Blondin. Paris. F - Saraiva, Francisco Justiniano (Fr. Francisco de S. Luís, Cardeal). Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância, ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna. Lisboa, Typographia da Academia. Reed. 1827, 1835, 1836, 1847.
1817	1817 P - Nemnich, Philipp Andreas, The Portuguese Dictionary of Merchandise: in three parts, I. Portuguese, English and German, II. English and Portuguese, II. German and Portuguese. Hamburgo, Conrad Muller.
1818	F - Collecção de pedaços em prosa...em francez e portuguez. Paris, Th. Barroisfils.
1820	F - Hamonière, G., Grammaire portugaise divisée en quatre parties. Paris, Théophile Barrois. F - Hamonière, G., Grammatica franceza, dividida em quatro partes. Rio de Janeiro, P.C. Dalbin.
1825	F - Hamonière, G., Le guide de la conversation brésilienne et française. Rio-Janeiro, Chez Pierre Piancher.
1826	V. 1773 Vieira Transtagano, Antonio, Canto, Jacinto Dias do A New Pocket Dictionary of the Portuguese and English Languages... abridged from Vieyra's Dictionary. Londres, T.C. Hansard.
1827	F - V. 1817 Hamonière, G., Le nouveau guide de La conversation, em portugais et em français. Paris, Bobée et Hingray Baudry. 2ª ed.
1828	F - V. 1811 Constâncio, Francisco Solano, Nouveau Dictionnaire portable des langues française et portugaise. Paris, P. Renouard. 3ª ed. (fir. pt).

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado em: LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos:** a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1823). São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 240-244.

Retomando no tempo, evidenciam-se os estudos de Kemnitz (2009) sobre *O triângulo estratégico: Portugal, Brasil e Magrebe na presença da diplomacia portuguesa* (séculos XVIII e XIX) dão conta de que durante o período de 1773 até 1825 foi alcançado o auge das relações Luso-Magrebina “inscritas no contexto estratégico do triângulo formado por Portugal, o Brasil e o Magrebe” (região noroeste da África e que engloba Marrocos,

Sahara Ocidental, Argélia e Tunísia). O Brasil centralizava o império português naquele momento, pois Portugal “via os seus interesses estratégicos e económicos lesados e ameaçados pelo corso barbaresco”. Em virtude dessa situação, Portugal preferiu investir em negociações que “conduziram à normalização das relações com os países do Magrebe, e no caso de Marrocos também ao fomento das relações comerciais”. Foi assim que foi possível que Portugal se preparasse em relação às potências existentes, fazendo uso de recursos humanos que dominavam conhecimentos linguísticos, religiosos, culturais e jurídicos. Consta que a atuação diplomática no Magrebe, um espaço géo-estratégico com características diferenciadas e “decorrentes da sua especificidade linguística, religiosa e cultural, requereu a participação de agentes conhecedores da língua árabe e das realidades políticas, sociais e culturais, facto fundamental para o êxito desse processo”. Foi então que Portugal obteve benefícios “dos serviços de um competente tradutor intérprete, Fr. João de Sousa, um cristão árabe” que formou discípulos, entre os quais, Fr. José de Santo António Moura e Fr. Manuel Rebelo da Silva, ambos habilitados com um estágio no Marrocos, tornaram-se peça chave do processo de negociações com as potências magrebina (KEMNITZ, 2009, p. 17).

## 1.2 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Dos finais do século XVIII em diante disseminaram-se as teorias enciclopedistas, repercutiam em várias partes do mundo fatos históricos como o da Independência dos Estados Unidos da América. No Brasil gestava-se a conjuração mineira, eram implementadas as reformas pombalinas (válidas para Portugal e Brasil) e, em 1800, ocorreu a criação do Seminário de Olinda/Pernambuco, pelo Bispo Azeredo Coutinho, “primeiro e tardio reflexo na Colônia, da grande renovação educacional que se processou no reino por iniciativa do Ministro D. José, com a colaboração principal de parentes do Bispo Azeredo Coutinho”, responsável por uma nova metodologia “trazida de Portugal [...]. A Gramática, já sob nova orientação, fazia parte deste novo currículo, reformulado sob a luz das mudanças que ocorriam na Europa” (THEOBALDO, 2008, p. 4).

O início do processo de profissionalização dos professores de línguas estrangeiras, no Brasil, se dá, portanto, a partir da Lei Geral dos Estudos Menores, de 28 de junho de 1759, quarenta e nove anos da chegada da Corte portuguesa ao país. Essa lei reorganizava o sistema escolar vigente, proibia a participação dos padres da Companhia de Jesus e instituía a educação pública em todas as partes do Reino com a Reforma dos Estudos Menores, que

implantou as Aulas Régias ou Avulsas, além de criar a figura do Diretor Geral dos Estudos, para nomear e fiscalizar a ação dos professores.

O pensamento pombalino permeava as ações de D. João que, na Decisão n. 29, de 14 de julho de 1809, instituiu duas cadeiras de ensino de línguas no Brasil, pois era do conhecimento geral a necessidade e a utilidade das línguas francesa e inglesa, da mesma forma que “[...] naquellas que entre as línguas vivas teem o mais distincto lugar, é de muito grande utilidade ao Estado, para augmento, e prosperidade da instrucção publica, que se crêe nesta capital uma cadeira de língua franceza, e outra de inglesa” (OLIVEIRA, 2006, p. 81).

Ao Estado convinha considerar, em meio a vários fatores, a necessidade e a utilidade do ensino do inglês, vez que os portos haviam sido liberados aos chamados países amigos, entre eles, principalmente, a Grã-Bretanha. Essa abertura permitiu a movimentação de mercadorias estancadas e atendeu à expansão do capitalismo industrial. Assim, a implantação do ensino do idioma Inglês no Brasil teve início a partir da chegada de D. João VI e da sua determinação em abrir os portos brasileiros ao comércio estrangeiro, providenciando, de tal forma, o crescimento das relações comerciais da nação portuguesa com a inglesa. O monarca assinou um decreto em 22 de junho de 1809, que criava a primeira Cadeira de Inglês no Brasil, sob o propósito do “aumento e prosperidade da instrução pública” (PACHECO; AMORIM, 2005, p. 3).

A leitura de trabalhos sobre o ensino de línguas estrangeiras no Brasil oitocentista remete, invariavelmente, aos mesmos horizontes e aos mesmos indivíduos. Os lentes mais citados e considerados os mais importantes no período em recorte são todos imigrantes: Jean Joyce; Eduardo Tomás Colville; e, ainda, o Reverendo William (Guilherme) Paulo Tilbury, “natural de Londres, professor do Seminário Episcopal de São José no Rio de Janeiro” (QUINTANILHA, 2006, p. 24).

Sabe-se que, naquele momento, professores de Filosofia e Latim, por exemplo, por serem sujeitos originários de países de língua inglesa, ou por haverem recebido formação ilustrada se tornaram, no Brasil, também professores do idioma bretão. Servem de exemplo os nomes do militar português Colville e dos padres Joyce e Tilbury, que durante muitos anos foi missionário no Rio de Janeiro.

Os primeiros professores de francês e inglês no período colonial brasileiro foram indicados através de cartas de nomeação assinadas por D. João VI. Consta que o costume da época era o de padres assumirem as atividades de ensino da língua latina, sendo os religiosos geralmente escolhidos por representantes do clero, acontecendo o mesmo com os professores das cadeiras de inglês. Os primeiros sinais do processo de institucionalização das línguas



estrangeiras no Brasil ocorrem no início do século XIX, demonstrando claramente o sentido de utilidade dessas línguas “para a instrução pública brasileira” (VIDOTTI, 2012, p. 35).

No desenvolvimento dessa etapa de instrução pública brasileira relativa ao ensino de línguas estrangeiras está o nome de Eduardo Thomaz Colville, nascido português, mas filho de ingleses e educado na Inglaterra. O segundo tenente, lente de inglês no Brasil, desde 1806, lecionou na Real Academia Militar do Rio de Janeiro (fundada em 1810), exerceu também o ofício de tradutor de línguas, tendo manifestado o desejo de exercer a atividade no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1822, e, posteriormente, desistido da sua pretensão em 1823 (conforme documento disponível no AN). Colville solicitou duas vezes e duas vezes desistiu de seu intento, tanto como intérprete das *fallas* quanto como tradutor. Segundo infere Santana (2013), o professor pode haver desistido em função do debate na Academia Real Militar que colocava em questão a necessidade ou não de tal tipo de trabalho com a língua inglesa. O fato documentado é que Colville perdeu a cadeira de inglês junto com a Decisão n. 56, de março de 1825, quando foi determinado que a língua inglesa não seria mais necessária naquela Academia.

A presença de Jean Joyce em Portugal esteve relacionada à migração de irlandeses para esse país. Joyce lecionou inglês no Colégio dos Nobres<sup>1</sup> e teria vindo ao Brasil para ensinar o idioma ao infante Dom Pedro I e Evaristo da Veiga<sup>2</sup>, que, apoiado pelo Visconde de Cayru, pôde participar do impulso dado ao ensino da língua que lhe era natural. A nomeação de Jean Joyce, (João) Joyce, no Brasil, feita pelo Príncipe Regente, data de 18 de maio de 1808, quando se tornou “oficialmente” o primeiro professor de língua inglesa no Brasil (OLIVEIRA, 2006). De acordo com informações do Colégio Brasileiro de Genealogia, exerceu as funções de Cavaleiro da Ordem de Cristo e Reitor do Colégio de São Patrício e “conforme referências dos Anaes do Parlamento Brasileiro, assumiu a Cadeira de Língua Inglesa do Seminário de São José de 1809 a 1821, ano de seu retorno a Portugal”, tornando-se, dessa forma, oficialmente, o primeiro professor do idioma no Brasil (BRASIL, 1860, p. 131).

---

<sup>1</sup> A cronologia da Instituição é a seguinte: Em 1761 se deu a criação do Real Colégio dos Nobres, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, situado no antigo Noviciado da Cotovia, da Companhia de Jesus.

<sup>2</sup> Evaristo da Veiga (E. Ferreira da V. e Barros), poeta, jornalista, político e livreiro, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de outubro de 1799, e faleceu na mesma cidade, em 12 de maio de 1837. É o patrono da Cadeira n. 10 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Rui Barbosa. Era filho do professor primário português, depois livreiro, Francisco Luís Saturnino da Veiga, e sua mulher Francisca Xavier de Barros, brasileira. Fez estudos com o pai e, a partir de 1811, cursou as diversas aulas régias da Capital, até 1818, trabalhando a seguir como caixeiro do pai. Em 1823 estabeleceu livraria própria, e dela viveu confortavelmente até a morte.

William (Guilherme) Paul Tilbury, nome de batismo, nasceu na Inglaterra, em 25 de janeiro de 1784, filho de pais protestantes, mas convertido, posteriormente, ao catolicismo, passou a maior parte de sua vida trabalhando na condição de missionário, no Rio de Janeiro. Padre e professor no Seminário de São José, lecionou Inglês, Francês e Geografia no Rio de Janeiro. Tilbury, também autor da gramática *Arte inglesa* (publicada em 1827) era o Capelão da Divisão Militar da Guarda Imperial de Polícia e considerado entre os Grandes Mestres de sua época, serviu à realeza (do Imperador Dom Pedro I e das filhas do monarca, as princesas D. Maria Teresa, D. Maria Isabel, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, D. Maria da Assumpção, e D. Ana de Jesus).

Segundo Santana (2013) o pedido inicial de Tilbury sobre a licença de que precisaria para lecionar, no Rio de Janeiro, tem a data de 21 de abril de 1817, permanecendo como professor de aulas públicas até 1818. Em 17 de abril de 1821 foi atendida a solicitação. A nomeação dele como professor de Inglês da realeza se deu por força do Decreto emitido no Palácio do Rio de Janeiro em 04 de abril de 1827. Tilbury realmente teve uma participação muito efetiva no cenário da sua época, tanto como professor, quanto como jornalista no *Diário do Governo* na defesa da administração do Imperador Dom Pedro I.

Os Anais do Parlamento Brasileiro de 1860 asseveram que Tillbury assumiu a Cadeira de Língua Inglesa da cidade do Rio de Janeiro sob o Decreto de 17 de abril de 1821, a mesma data em que Jean Joyce devolveu o cargo que exercia no Brasil, tendo em vista o seu retorno para Portugal. A Corte deliberou a suspensão de William Paul de suas atribuições em 1831, mas o professor voltou ao Brasil no ano de 1848, quando assumiu as suas funções de Professor de Língua Inglesa. Assim, em 06 de junho de 1860, “entregou um requerimento no Paço da Câmara dos Deputados, solicitando a reparação dos prejuízos que teve em decorrência da forçada interrupção na sua carreira”. Tillbury ensinou Inglês, Francês e Geografia no Seminário São José da Cidade do Rio de Janeiro, segundo apurou a referida estudiosa no Dicionário Bibliográfico Portuguez: Estudos, publicado em 1958, por Innocencio Francisco da Silva e Ernesto Soares (SANTOS, 2010, p. 137).

O presente estudo, por exemplo, não identificou em documentos que o Padre Tilbury tenha exercido, além da docência, as funções de intérprete ou de tradutor do idioma inglês. Em sua vida pública, o padre inflamou-se do sentido da brasilidade, e adotou um cognome *Anglo-brasileiro* para demonstrar essa simpatia pelo país que lhe era estrangeiro. Foi naturalizado brasileiro em documento da Mesa do Desembargo do Paço, datado de 10 de maio de 1823, assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva – conforme apresentou em documento microfilmado no AN a pesquisadora Santana, (2013, p. 101). O padre, professor e

jornalista, Guilherme Paul Tilbury, faleceu aos 79 anos de idade, em 28 de maio de 1863, no Rio de Janeiro.

A narrativa da Formação e Revolta da Brigada irlandesa no Serviço Brasileiro, no Rio, em 1828, feita por um oficial da Expedição, conta que o Imperador D. Pedro I, percebendo que, durante a guerra entre o Brasil e a Argentina, as forças de seu país pareciam incapazes de derrotar os soldados argentinos inferiormente equipados, enviou representantes para a Irlanda para recrutar trabalhadores, convite acompanhado de uma descrição sedutora de possibilidades futuras no Brasil<sup>3</sup>.

[Seeing that, during the war between Brazil and Argentina, his country's forces seemed unable to vanquish the inferiorly equipped Argentinian soldiers, the Emperor of Brazil sent representatives to Ireland to recruit labourers, supposedly to work on the land, with a suitably enticing description of their possible future, while in fact he intended to use them in his army. The result was disastrous, ending in the revolt of those Irish who emigrated to Brazil and particularly the smaller number of them who joined the army, and a running battle in the streets of Campe and Rio. During the initial phase of the revolt:]

"The Government had punished the [Irish] officers, under the impression that in doing so it would intimidate the men, and put a stop to the constant complaints they were in the habit of making with respect to their food, pay, and clothing. Of the latter necessary, none was dealt out to them until the greater number were literally naked.

The result was the very opposite of what the Brazilian legislators had intended. ... At first, various stratagems were used to entrap them; one of these, in which royalty itself figures, is especially deserving of notice. His Majesty the Emperor, acting, it is supposed, under the impression that the performance of a few signal acts of religious devotion, in presence of the Irish, would completely gain them over, humiliated himself so far as to fill the office of clerk, at the celebration of Mass in the barrack-yard of Praya Vermelha, for three successive Sundays (The United Service Journal and Navy and Military Magazine, 1830, p. 171).

A importância da narrativa na micro história e dos depoimentos de pessoas comuns, como veremos adiante, foi a defesa de Ginzburg em sua obra *O queijo e os vermes*. Quanto ao convite feito aos trabalhadores pelo Imperador, na verdade ele pretendia usá-los em seu exército, terminando na revolta dos irlandeses que emigraram para o Brasil ao contrário do

---

<sup>3</sup>Vendo que, durante a guerra entre Brasil e Argentina, as forças de seu país pareciam incapazes de derrotar os soldados argentinos inferiormente equipados, o Imperador do Brasil enviou representantes para a Irlanda para recrutar trabalhadores, supostamente para trabalhar na terra, com uma descrição de um possível e sedutor futuro, quando na verdade ele pretendia usá-los em seu exército. O resultado foi desastroso, terminando na revolta dos irlandeses que emigraram para o Brasil e, particularmente, o menor número deles que se juntou ao exército, e uma batalha de capoeiristas nas ruas do Rio. Durante a fase inicial da revolta. O Governo havia punido os oficiais irlandeses, entendendo que ao fazê-lo intimidaria os homens, e poria fim às constantes queixas que tinham o hábito de fazer com relação à sua alimentação, pagamento e roupas. Destas últimas, nenhum deles teve esse problema resolvido até que a maioria ficasse literalmente nua. O resultado foi exatamente o oposto do que os legisladores brasileiros pretendiam. [...] No início, várias estratégias foram usadas para pegá-los; um desses, em que figuras nobres foram especialmente merecedoras de aviso prévio. Sua Majestade o Imperador, atuando, supõe-se, sob a impressão de que a manifestação de alguns atos de devoção religiosa, na presença dos irlandeses, acabaria por derrotá-los completamente, se humilhou ao ponto de preencher o cargo de escrivão, na celebração da Missa no quartel general da Praia Vermelha, por três domingos consecutivos (Adaptação livre do autor da presente pesquisa).

que os legisladores brasileiros planejavam. O oficial mencionado informou sobre o desejo do Imperador em aprender o idioma inglês, e com esse objetivo, teria começado, junto com os filhos, um curso de leitura com o Reverendo William Paul Tilbury (1827).

Convém ressaltar que, a partir da trajetória traçada por Oliveira (2005, p. 11), quanto aos ofícios diferenciados de intérprete comercial e o de tradutor público, tais ocupações têm características que, além daquelas de terem sido exercidas pela maior parte dos nomes aqui levantados, ora em uma atividade ora em outra, estão, originalmente, localizadas “[...] na própria formação do Estado moderno [...]”, passando, portanto, a ser legisladas somente no final do século XVIII”, o que ocorreu mais propriamente no ano de 1796, no Conselho do Almirantado da Academia Real de Marinha. Esse órgão “cuidava das atribuições portuárias do Governo português. Com a vinda do Príncipe Regente D. João e sua Corte, em 1808, a nomeação de Intérpretes e Tradutores se faz necessária também no Brasil”.

### 1.3 PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO NO CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO

É impossível dissociar essas três atividades relativas ao ensino, à tradução ou à interpretação, vez que muitos desses oficiais, atuantes no século XIX, eram intelectuais versados em línguas e ora exerciam a docência, ora a tradução e, em outros momentos, a interpretação. Isto é, ao tempo em que desempenhavam o ofício da docência e até preparavam suas próprias gramáticas para a utilização como material didático, a depender da necessidade do Estado, também desempenhavam as atividades de interpretação das *fallas*, ou de tradução de textos escritos. Exemplos disto são Eduardo Thomaz Colville, professor de inglês no Seminário São José e tradutor público; Guilherme Paulo Tilbury, professor e autor de uma gramática de língua inglesa (*Arte Inglesa*) e outros livros e compêndios; e Euzébio Vanério, professor, tradutor e intérprete também do mesmo idioma.

Em Portugal, durante o período Pombalino, teve início a regulamentação da profissão de tradutor, momento em que foi registrada a peça legislativa com o Regimento dos Ordenados dos Secretários de Estado e seus Oficiais, “expedido em forma de Alvará, em 4 de janeiro de 1754”, havendo os tradutores recebido “o estatuto ‘oficial’, pois tratavam de assuntos do Estado português, em suas relações políticas com as nações estrangeiras”. O ano de 1808 foi o da primeira nomeação oficial de um Intérprete Comercial do Brasil, cargo público que representava a Coroa Portuguesa. O Decreto de 10 de novembro desse mesmo

ano, documento assinado por D. Fernando José de Portugal, depois Conde de Aguiar, que ocupava a pasta dos Negócios do Brasil, deixava atestado em seu teor ser “indispensável hum Interprete para as visitas dos navios Estrangeiros que entrão neste Porto”, e, para tanto, nomeava Ildefonso José da Costa, pela sua “conveniente aptidão”. Assinou o documento D. Fernando José de Portugal, “depois Conde de Aguiar, que ocupava a pasta dos Negócios do Brasil”. Os ordenados pagos pelo exercício da atividade de intérprete, em alguns casos, eram bem mais altos de que os pagos para a função de professor. Outras nomeações se sucederam: a de Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão (1808 e 1811) e a de José Maria Pinto (1811). O primeiro, nomeado por Carta Régia datada de 29 de janeiro e enviada ao Conde dos Arcos. O teor dessa Carta mencionava a concessão da gratificação mensal de 26.000 réis para que Ignácio José assumisse o lugar de “interprete de línguas” na Secretaria do Governo da Bahia, onde já era Oficial Maior”. Tal salário pouco importava diante daquele percebido pelo Oficial de Línguas da Secretaria de Estado, ou mesmo pelo Tradutor de Línguas do Conselho do Almirantado, “o que se nota pela grande diferença de valores, levando-se em conta que um Oficial de Línguas, cinquenta anos antes, recebia anualmente um conto de réis”. O ordenado anual era superior ao do primeiro nomeado: 100.000 réis. Para fazer jus ao salário, Aprígio ocuparia o “lugar de Intérprete nas visitas aos navios estrangeiros do Porto da Ilha de Santa Catarina”. Essas informações, por outro lado, não são explícitas quanto ao pagamento de Ignácio José, isto é, se aqueles 26.000 eram o valor anual, pois, no caso de Aprígio, os 100.000 equivaliam ao total percebido durante um ano de trabalho. No ano de 1812, o Governo, enfim, fixou um aumento considerável no valor dos vencimentos para a função de Intérprete. “Nesse conturbado contexto, um dos pontos mais estratégicos e necessários para a própria sobrevivência da Coroa Portuguesa era o Intérprete e Tradutor” sugere que tais profissões se entrelaçam nessa congruência de interesses (OLIVEIRA, 2005, p. 2-3).

Nesse período, outros tradutores e intérpretes foram nomeados e recebiam por seus préstimos significativos salários, além do que, gozavam de *status* na sociedade daquela época, como “[...] parece ter sido Carlos Mathias Pereira, também professor de língua inglesa, que foi nomeado ‘Interprete das fallas’ na Fortaleza de Santa Cruz com um Decreto de 6 de novembro de 1812 e Intérprete da Comissão Mista em 17 de junho de 1820”. Carlos Mathias Pereira tornou-se o encarregado dos Negócios de Portugal junto à Santa Sé e, também nomeado, em 14 de abril de 1826, primeiro representante de Portugal na condição de intérprete, o que aconteceu “logo após o reconhecimento da Independência do Brasil. Em 1827 tornou-se emissário de D. Pedro I, Imperador do Brasil, para entregar a D. Miguel, o decreto que o nomeava seu lugar-tenente” (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

A preocupação em identificar quem era e o que fazia Carlos Mathias Pereira conduziu este estudo à averiguação reveladora de que, por ocasião em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, em 1825, com assinatura do Tratado de Paz e Aliança, em 14 de abril de 1826, o diplomata foi recebido em audiência pelo Imperador do Brasil. Foi, assim, encarregado dos Negócios na Legação no Rio de Janeiro, posteriormente nomeado Ministro em Julho 1827 (BARBOSA, 2010).

Em 1814 a Intendência Geral da Polícia criou o seu lugar de “Interprete de línguas estrangeiras”, através da Decisão n. 4, de 3 de fevereiro, assinada pelo Marquês de Aguiar. O intérprete nomeado, Eusébio Querino Procópio Ricão Salgado, perceberia o ordenado anual de apenas 150.000 réis pagos pelos cofres da mencionada repartição, mas atenderia também aos “processos e diligências” envolvendo estrangeiros e,

Ainda em 1814 saíram as nomeações de duas outras repartições. A primeira, de 20 de junho, criou por Decreto o lugar de Oficial de Línguas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, obtendo o cargo o Padre Luiz Antonio de Souza, Professor de Língua Latina. A segunda saiu com o Decreto de 20 de setembro, criando o ofício de “Interprete da Língua Inglesa” na Alfândega da Corte. O nomeado, Dyonisio de Azevedo Peçanha, seria o primeiro a obter vitaliciedade do cargo, uma prerrogativa reservada a poucos servidores públicos, tais como Juizes de Direito, Amanuenses e Professores, pois além de receber o ordenado anual de 400.000 réis, deveria ter a “mercê da serventia vitalícia delle” (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

As necessidades foram pontuando aqui e ali e outros lugares de Intérprete foram criados em 1820, quando foi reconhecido por lei o ofício de Tradutor da Praça do Comércio. O Decreto de 29 de agosto de 1825 instituiu em caráter provisório os postos de Intérprete e Guarda-Livros na Alfândega da Província da Bahia, estipulando para esse fim o ordenado anual de 600.000 réis. O documento, assinado por Mariano José Pereira da Fonseca, Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, nomeava Euzébio Vanério para exercer a função. E, em 19 de dezembro de 1825, foi publicada a Decisão n. 282, que nomeava provisoriamente, por solicitação da “Junta da Fazenda Pública da Província de Pernambuco, um Intérprete da Língua Inglesa na Alfândega da mesma província, com o ordenado anual de 400.000 réis”. Em 21 de março de 1828, um decreto (sem numeração registrada) extinguiu o lugar de Tradutor do Conselho do Almirantado criado pela Lei de 26 de outubro de 1796. Em 14 de julho do ano de 1827, havia sido nomeado José Veríssimo dos Santos, obrigado a ser dispensado por não se fazer mais necessário, segundo a lei. Por sua vez, a Decisão n. 6, de 4 de janeiro de 1830 extinguiu o lugar de Intérprete da Auditoria da Marinha, àquela época, cargo exercido por Jorge de Villa Nova Ribeiro, pelo que era gratificado mensalmente com a quantia de 30.000 réis. E, por fim, no ano de 1837, o Decreto de 5 de junho “extinguiu os

lugares de Intérprete, Contínuo e Meirinho da Comissão Mista Brasileira e Inglesa da Corte” (OLIVEIRA, 2005, p. 6). Abaixo, o teor do referido documento:

Supprime os lugares de Interprete, Continuo e Meirinho da Commissão Mista Brasileira e Ingleza nesta Côrte. O Regente em Nome do Imperador ha por bem que se supprimão os lugares que exercem na Commissão Mixta Brasileira e Ingleza nesta Côrte, a saber: Thephilo de Mello, de Interprete; Duarte Ramalho de S. Paulo, de Continuo; e João Leal de S. Paio, de Meirinho. Francisco Gê Acayaba de Montezuma, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente da repartição dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Junho de mil oitocentos trinta e sete, decimo sexto da Independencia e do Imperio. Diogo Antonio Feijó. Francisco Gê Acayaba de Montezuma (BRASIL, 1837, p. 22).

O Quadro 2 resume as ocorrências históricas levantadas nesta pesquisa. Como se pode observar, foi feito um recuo no tempo até o ano de 1754 com a intenção de sondar ocorrências históricas durante o desenrolar do processo de Institucionalização, facilitando uma visão geral compactada e sequencial dos acontecimentos e, depois, avança até o ano de 1837. A intenção em recuar um pouco até o século XVIII significa uma contextualização necessária pelas cercanias do tempo, da mesma sorte que a curiosidade sobre o tema nos levou a alongar esse olhar até o ano de 1837, quando da extinção dos “lugares de Intérprete, Contínuo e Meirinho da Comissão Mista Brasileira e Inglesa da Corte”. Observamos que é uma faixa temporal bastante rica e que apresenta a regulamentação inicial da profissão de tradutor, criação do Conselho do Almirantado, nomeações, aumento de salários para os intérpretes, além de uma ênfase significativa com vistas a esse ofício.

QUADRO 2 - Ocorrências históricas/Institucionalização

DATA	OCORRÊNCIA HISTÓRICA
<b>1754</b>	Regulamentação inicial da profissão de tradutor, tendo sido registrada a peça legislativa com o Regimento dos Ordenados dos Secretários de Estado e seus Oficiais, “expedido em forma de Alvará, em 4 de janeiro [...]”.
<b>1796</b>	Criação do Conselho do Almirantado pela Lei de 26 de outubro.
<b>1808</b>	Nomeação oficial (primeira) de um Intérprete Comercial do Brasil, cargo público que representava a Coroa Portuguesa. Decreto de 10 de novembro, assinado por D. Fernando José de Portugal, depois Conde de Aguiar, que ocupava a pasta dos Negócios do Brasil, deixava atestado em seu teor ser “indispensável hum Interprete para as visitas dos navios Estrangeiros que entrão neste Porto”, e, para tanto, nomeava Ildefonso José da Costa, pela sua “conveniente aptidão”. Nomeação (primeira) de Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão.
<b>1811</b>	Nomeações de Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão (pela segunda vez) e de José Maria Pinto - Intérprete nas visitas dos navios estrangeiros do Porto da Ilha de Santa Catarina
<b>1812</b>	Fixação pelo Governo, enfim, de um aumento considerável no valor dos vencimentos para a função de Intérprete. Nomeação de Carlos Mathias Pereira “Interprete das fallas” na Fortaleza de Santa Cruz (Rio de Janeiro).
<b>1814</b>	Criação do lugar de “Interprete de línguas estrangeiras”, na Intendência Geral da Polícia do Rio de Janeiro, através da Decisão n. 4, de 3 de fevereiro, assinada pelo Marquês de Aguiar. O intérprete nomeado para esse lugar foi Eusébio Querino Procópio Ricão Salgado. Nomeações em duas outras repartições: “A primeira, de 20 de junho, criou por Decreto o lugar de

	Oficial de Línguas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, obtendo o cargo o Padre Luiz Antonio de Souza, Professor de Língua Latina. A segunda, com o Decreto de 20 de setembro, criando o ofício de ‘Interprete da Lingua Inglesa’ na Alfândega da Corte”. O nomeado, Dyonisio de Azevedo Peçanha, seria o primeiro a obter vitaliciedade do cargo.
<b>1820</b>	Criação de mais outros lugares de Intérprete, quando foi reconhecido por lei o ofício de Tradutor da Praça do Comércio. Nomeação de Carlos Mathias Pereira Intérprete da Comissão Mista em 17 de junho.
<b>1825</b>	Averiguação conduzida por Carlos Mathias Pereira por ocasião em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, com assinatura do Tratado de Paz e Aliança. Decreto de 29 de agosto instituiu em caráter provisório os postos de Intérprete e Guarda-Livros na Alfândega da Província da Bahia, estipulando o ordenado anual de 600.000 réis. O documento, assinado por Mariano José Pereira da Fonseca, Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, nomeava Euzébio Vanério para exercer a função. Decisão n. 282, de 19 de dezembro nomeava provisoriamente, por solicitação da “Junta da Fazenda Pública da Província de Pernambuco, um Intérprete da Língua Inglesa na Alfândega da mesma província, com o ordenado anual de 400.000 réis”.
<b>1826</b>	Nomeação de Carlos Mathias Pereira como encarregado dos Negócios de Portugal junto à Santa Sé e também nomeado primeiro representante de Portugal na condição de intérprete, o que aconteceu “logo após o reconhecimento da Independência do Brasil”.
<b>1826</b>	Recepção de Carlos Mathias Pereira em audiência pelo Imperador do Brasil (Rio de Janeiro).
<b>1827</b>	Nomeação de Carlos Mathias Pereira para o lugar-tenente. Nomeação de José Veríssimo dos Santos como Intérprete em 14 de julho sendo, depois, dispensado por não se fazer mais necessário, segundo a lei.
<b>1828</b>	Decreto de 21 de março extinguiu o lugar de Tradutor do Conselho do Almirantado criado pela Lei de 26 de outubro de 1796.
<b>1830</b>	Decisão n. 6, de 4 de janeiro extinguiu o lugar de Intérprete da Auditoria da Marinha, àquela época, cargo exercido por Jorge de Villa Nova Ribeiro.
<b>1837</b>	Decreto de 5 de junho “extinguiu os lugares de Intérprete, Contínuo e Meirinho da Comissão Mista Brasileira e Inglesa da Corte”.

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado em: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **As origens da profissão de tradutor público e intérprete comercial no Brasil (1808-1943)** São Paulo, 2005.

Os quadros (3, 4, 5 e 6) a seguir demonstrados (p. 40-42) são relativos, subsequentemente, aos nomes dos Professores, dos Tradutores da Praça e dos Intérpretes da Nação e, enfim, foram arrolados os Pioneiros da língua inglesa no Brasil. Quanto aos professores relacionados, nota-se que Eduardo Thomaz Colville exerceu suas funções de lente de língua inglesa na Academia Militar até 1825, como mencionado anteriormente. No ano de 1821 é que ele ingressa nomeadamente como professor e tradutor público do ensino de inglês. Nesse caso específico, fica patente que Joyce iniciou no dia 18 de maio de 1808 suas funções como primeiro professor de inglês no Seminário São José, continuando no provimento de sua cadeira, criada em 9 de setembro de 1809, tendo encerrado suas atividades no ano de 1818. Pela documentação consultada, encontrava-se, na segunda cadeira de inglês, o professor João Lourenço Toole que esteve nesta posição durante 8 anos, isto é, até 1817, quando surge o nome do Padre Guilherme Paul Tilbury, fazendo seu primeiro pedido de licença para ensinar. Para tanto, o padre foi examinado por Luiz Carlos Franche e Eduardo Thomaz Colville, tendo sido aprovado. Neste mesmo ano de 1817 temos ainda o registro dos nomes de mais dois lentes: João Baptista e João Joyce. O nome de João Baptista só aparece no decorrer de 1817,



mas o de Joyce, como apresentado na documentação, permanece até 1818, quando, pela primeira vez, aponta Manoel José de Freitas Brasileiro, autor de uma gramática da língua inglesa, cujo nome ainda aparece registrado no ano de 1819. A gramática de Manoel José de Freitas, como ficou mais conhecido, foi considerada “mais eficiente” que a de autoria do redator do Correio Braziliense, Hipólito José da Costa, “[...] na divulgação da língua inglesa no ultramar português, particularmente na Capitania da Bahia”, tendo sido o próprio Hipólito “a reconhecer a superioridade da gramática inglesa de Manoel de Freitas Brasileiro [...]” (MAGALHÃES, 2012, p. 6).

No que diz respeito às atividades de Guilherme Paul Tilbury, que entrou com seu pedido para ensinar em 1817, passa a substituir Jean Joyce no ano de 1821. Não foram localizados documentos com o nome de Joyce, no período que se estende de 1810 a 1817. Entretanto, é bem provável que estivesse ensinando até 1821, vez que seu nome reaparece sendo substituído pelo Padre Tilbury. O nome de Colville, nas posições de professor e de tradutor, permanece também no ano de 1822. No que se refere ao cômputo geral dos documentos levantados, não foram encontrados os correspondentes aos anos de 1813, 1814, 1815, 1820, 1823, 1825, 1826, 1828. Colville lecionou na Academia Militar até 1825, momento em que o ensino do idioma inglês, passou a ser considerado desnecessário, segundo o que se lê no preâmbulo da Decisão n. 54, de 25 de março desse mesmo ano, e cuja assinatura é do então Ministro dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa.

No que concerne especificamente ao quadro dos Tradutores da Praça, só foi possível confirmar nominalmente e/ou por decreto explícito o nome de Eduardo Thomaz Colville, que ainda surge no ano de 1822, e mais o de Eugênio Gildmester que, comprovadamente, exerceu os dois ofícios, tanto o de tradutor quanto o de intérprete, mas só aparece na atividade de tradutor no ano de 1823.

### QUADRO 3 – Professores<sup>4</sup> (1808-1825)

ANO	PROFESSORES
<b>1808</b>	Eduardo Thomaz Colville - permaneceu no exercício de suas funções de lente de Língua Inglesa na Academia Militar até 1825 Jean Joyce (18 de maio) - primeiro professor de inglês do Seminário São José.
<b>1809</b>	Jean Joyce - (primeira nomeação para o provimento da cadeira da disciplina língua inglesa, ocorrida em 9 de setembro, no Rio de Janeiro). João Lourenço Toole (segunda cadeira criada com a mesma finalidade)

<sup>4</sup> “Ao longo do Século XIX consolida-se uma imagem de professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência aos funcionários públicos”. Isto quer dizer que os professores eram funcionários públicos que “não devem saber demais, nem de menos; não devem se misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais, etc.” (NÓVOA, 1995, p. 16).

<b>1810</b>	João Lourenço Toole
<b>1811</b>	João Lourenço Toole
<b>1812</b>	João Lourenço Toole
<b>1816</b>	João Lourenço Toole
<b>1817</b>	João Lourenço Toole Guilherme P. Tilbury (fez o seu primeiro pedido de licença para ensinar e foi examinado por Luís Carlos Franche e Eduardo Thomas Colville) João Baptista e João Joyce
<b>1818</b>	João Joyce Manoel José de Freitas - autor de uma gramática da língua inglesa
<b>1819</b>	Manoel José de Freitas
<b>1821</b>	Eduardo Thomas Colville (professor e tradutor público da língua inglesa) Guilherme P. Tilbury (passa a substituir Jean Joyce)
<b>1822</b>	Eduardo Thomas Colville (professor e tradutor público da língua inglesa)
<b>1824</b>	Luís Joaquim Varella de França

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado no AN.

#### QUADRO 4 - Tradutores da Praça (1821-1823)

ANO	TRADUTORES
<b>1821</b>	Eduardo Thomas Colville (também professor e tradutor)
<b>1822</b>	Eduardo Thomaz Colville
<b>1823</b>	Eugenio Gildmester (tradutor e intérprete)

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado no AN.

Só foram confirmados nominalmente e/ou por decreto explícito os nomes de Eduardo Thomaz Colville, este ainda surge no ano de 1822, e o de Eugênio Gildmester, este tendo, comprovadamente, exercido os dois ofícios, tanto o de tradutor da Praça quanto o de intérprete da Nação. Não se conseguiu apurar, entretanto, se Eugênio teria sido também professor. Naturalmente, os outros oficiais que estão alinhados na atividade de professor, vez por outra também, provavelmente, executavam as três atividades, o que nem sempre foi possível documentar com precisão na literatura levantada e nos documentos do AN. Ou porque falta o documento ou porque, em alguns casos, o documento está estragado pelo tempo. O ensino do idioma inglês, que começou no Brasil do século XIX sem que adquirisse o *status* de uma disciplina de real importância pedagógica, entrelaça-se às atividades de tradução e interpretação nas instituições de ensino brasileiras que, só recentemente, do final do século XX para cá, é que estão oferecendo especializações nesses campos.

#### QUADRO 5 - Intérpretes da Nação (1808 – 1830)

ANO	INTÉRPRETES
<b>1808</b>	Ildefonso José da Costa (1º Intérprete Comercial do Brasil) Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão José Maria Pinto

<b>1811</b>	Ignácio José Aprígio da Fonseca Galvão - Intérprete de línguas na Secretaria do Governo da Bahia José Maria Pinto - Intérprete nas visitas dos navios estrangeiros do Porto da Ilha de Santa Catarina
<b>1812</b>	Carlos Mathias Pereira - na Fortaleza de Santa Cruz
<b>1814</b>	Euzébio Querino Procópio Ricão Salgado - Intendência Geral da Polícia Dyonisio de Azevedo Peçanha - “Interprete da Lingua Inglesa” na Alfândega da Corte
<b>1820</b>	Carlos Mathias Pereira - Intérprete da Comissão Mista em 17 de junho de 1820
<b>1823</b>	Eugenio Gildmester - decreto, de 9 de dezembro, posterior à Independência, criando o cargo de “tradutor jurado na Praça e intérprete da Nação”. Eugenio exerceu funções de tradutor e de intérprete.
<b>1825</b>	Euzébio Vanério - Intérprete e Guarda-Livros na Alfândega da Província da Bahia - Intérprete da Língua Inglesa na Alfândega/Pernambuco.
<b>1827</b>	José Veríssimo dos Santos
<b>1830</b>	Jorge de Villa Nova Ribeiro - Intérprete da Auditoria da Marinha

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado no AN.

Ainda acerca desse período em evidência nesta Dissertação, cumpre relacionar, no quadro abaixo, os pioneiros do processo de Institucionalização das profissões de professor, intérprete das línguas e tradutor no Brasil, por ordem cronológica.

#### QUADRO 6 - Pioneiros da Língua Inglesa no Brasil (1808 – 1825)

ANO	PIONEIROS
<b>1808</b>	Jean Joyce, primeiro professor de inglês do Seminário São José. Colville é o primeiro professor do idioma inglês e o primeiro a assumir oficialmente a cadeira desse mesmo idioma dentro do processo de institucionalização. Ildefonso José da Costa, 1º primeiro Intérprete Comercial do Brasil.
<b>1812</b>	Carlos Mathias Pereira, “Interprete das fallas” na Fortaleza de Santa Cruz com um Decreto de 6 de novembro de 1812.
<b>1814</b>	A Intendência Geral da Polícia criou o seu lugar de “Interprete de linguas estrangeiras”, através da Decisão n. 4, de 3 de fevereiro, assinada pelo Marquês de Aguiar. O intérprete nomeado, Eusébio Querino Procópio Ricão Salgado. Ainda em 1814 saíram as nomeações de duas outras repartições. A primeira, de 20 de junho, criou por Decreto o lugar de Oficial de Línguas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, obtendo o cargo o Padre Luiz Antonio de Souza, Professor de Língua Latina. A segunda saiu com o Decreto de 20 de setembro, criando o ofício de “Interprete da Lingua Inglesa” na Alfândega da Corte. O nomeado, Dyonisio de Azevedo Peçanha, seria o primeiro a obter vitaliciedade do cargo, uma prerrogativa reservada a poucos servidores públicos, tais como Juizes de Direito, Amanuenses e Professores, pois além de receber o ordenado anual de 400.000 réis, deveria ter a “mercê da serventia vitalicia delle”.
<b>1820</b>	Carlos Mathias Pereira, nomeado Intérprete da Comissão Mista em 17 de junho de 1820.
<b>1822</b>	Eduardo Thomaz Colville, primeiro lente de inglês no Brasil, na Real Academia Militar, e tradutor de línguas estrangeiras, manifestou o desejo de exercer a atividade de tradutor de línguas estrangeiras, no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1822.
<b>1825</b>	Segundo Oliveira (2005), mais outros lugares de Intérprete foram criados em 1820, quando foi reconhecido por lei o ofício de Tradutor da Praça do Comércio. O Decreto de 29 de agosto de 1825 instituiu em caráter provisório os postos de Intérprete e Guarda-Livros na Alfândega da Província da Bahia, estipulando o ordenado anual de 600.000 réis. O documento, assinado por Mariano José Pereira da Fonseca, Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, nomeava Euzébio Vanério para exercer a função. E, ainda, em 19 de dezembro de 1825, foi publicada a Decisão n. 282, que nomeava provisoriamente, por solicitação da “Junta da Fazenda Pública da Província de Pernambuco, um (aqui também o nome do oficial não é citado) Intérprete da Língua Inglesa na Alfândega da mesma província, com o ordenado anual de 400.000 réis”.

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado no AN.

A análise destes quadros, ainda que sucinta, leva a perceber uma restrita parcela desse contexto no qual viveram e trabalharam professores, tradutores e intérpretes de idiomas estrangeiros. Foi possível confirmar que todos esses oficiais pioneiros em terras brasileiras eram homens cultos, conhecedores dos mecanismos linguísticos mais sofisticados, alguns deles, desde as primeiras letras, outros que criaram suas gramáticas (utilizadas como material didático); e a maioria deles falando fluentemente, pelo menos, três idiomas com os quais lidavam: o latim, o francês e o inglês, a exemplo de Eduardo Thomaz Colville, que vinha lecionando e permaneceu no exercício de suas funções de lente de Língua Inglesa na Academia Militar até 1825, além de ter exercido o ofício de tradutor; e de Jean Joyce, nomeado primeiro professor de inglês do Seminário São José, são oficiais atuantes desse período recortado para estudo. Se bem observado em razão da quantidade de anos apurados nos documentos em arquivo, pode-se notar a diferença entre os períodos, pois, nos quadros acima estão os professores assinalados com 15 anos de atividades documentadas; os intérpretes com 22 anos, e os tradutores com apenas 2 anos. Entretanto, isto não seria um dado tão significativo e que pudesse atestar a corrida pela oralidade em função do desenvolvimento do comércio inglês no Brasil ou se em outras circunstâncias, a exemplo de missões diplomáticas. A relação existente entre documentos ainda conservados e a realidade dos fatos históricos não pode ser inferida apenas por esses dados. Também não se incorreria na superficialidade de acreditar que eram apenas esses os oficiais em exercício, ou que, nesse recorte temporal, se encontram, de forma restrita e devidamente explicitadas, todas as atividades dos profissionais. A vontade de quem pesquisa é a de aprofundar estudos, mas se defronta com os empecilhos e, nesse conflito, há de ter em mente as ideias de Darnton (2005). Assim, mesmo que ainda pouco se tenha levantado durante a investigação, por certo se convirá que a melhor via para construir mais conhecimento, neste caso, é a de “peregrinar pelos arquivos”. Começamos pelo AN/RJ.

#### 1.4 CONVIVÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA COM A LÍNGUA INGLESA

A convivência das culturas da Língua Portuguesa com a Língua Inglesa se nota, por exemplo, desde o século XVI, em Portugal, pois data de 1594 a chegada em Lisboa de uma comunidade de freiras que vivia na abadia de Syon, em Isleworth, Middlesex, confiscada por Henrique VIII (1491-1547) em 1539. Já no ano de 1622, foi fundado pelo católico inglês William Newman o Colégio dos Inglesinhos de Lisboa, conforme estudos de Michael E.

Williams (Cf. “Os inglesinhos de Lisboa”, in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*<sup>5</sup>..., p. 241-249). O Colégio dos Inglesinhos, que funcionou até 1809, quando seu prédio foi ocupado pelas tropas do general Junot (1771-1813), teve seus estudantes enviados à Inglaterra, tendo entrado para a história como a mais conhecida instituição do gênero, permanecendo na memória da cidade através do nome da rua onde funcionava o convento, local que passou a se chamar Travessa dos Inglesinhos (OLIVEIRA, 2014, p. 139).

Por sua vez, sobre o Brasil dos oitocentos, o sociólogo Freyre dedicou-se a investigar esse encontro de culturas em seu livro *ingleses no Brasil*, editado, pela primeira vez, em 1949. Sobre essa obra freyriana, Pallares-Burke (2001, p. 228), por sua vez, pontua que,

À primeira vista pode parecer que *Ingleses no Brasil* é pouco mais do que um variado, colorido e, muitas vezes, confuso mosaico descritivo das marcas aqui deixadas por eles, especialmente no séc. XIX, quando o país se tornou o terceiro maior mercado externo da Grã-Bretanha. Tão marcante era então a influência britânica, que intelectuais ciosos de nossa brasilidade se queixavam que se estava “*londonizando nossa terra*”.

Assim, aproveitando-se o que havia de melhor, os ingleses eram seguidos, imitados, nascendo aí o encantamento inocente do povo brasileiro pelo idioma bretão. A presença britânica no Brasil está evidenciada em estudo de Freyre (*apud* VIDOTTI, 2010, p. 2), que registrou ocorrências linguísticas e costumes sociais cultivados no século XIX:

À influência do *mister* pode-se atribuir a introdução do chá, da cerveja e do *whisky*, do *beef*, do pijama de dormir, do rifle esportivo, do *water-closet*, dos métodos de ensino de meninos, do gosto pelos romances policiais, dos piqueniques, da louça inglesa, do *sandwich*, das maneiras do *gentleman*, do passeio a pé, do bar, do *drink* gelado, do clube, da moda inglesa de roupa de homem, de gravata e de meia, da calça de flanela, do chapéu inglês (redondo), do cachimbo inglês, da governanta inglesa, da hora inglesa (exata), da palavra de inglês (palavra de honra), do *breakfast*, do sal-de-frutas, do *poker*, do cavalo inglês de corrida, do buldogue, das corridas de *jockey*, das viagens nos vapores ingleses, da *Brazilian Street Railway* (estrada de ferro) e muitos outros.

O próprio Freyre (2000), em sua obra já previamente citada, *Ingleses no Brasil*, reuniu uma série de itens relativos à influência dos ingleses na cultura brasileira, a exemplo da

---

<sup>5</sup> Portugal e Inglaterra assinaram o Tratado de Windsor em maio de 1386, confirmando formalmente a aliança base das relações bilaterais entre esses dois países durante mais de 600 anos. O tratado de Windsor estabelece um pacto de apoio mútuo entre Portugal e Inglaterra. A partir da assinatura, o comércio bilateral floresceu. Portugal fez uso do acordo em 1640, para expulsar os reis de Espanha. No século XIX, o governo britânico contornou o tratado ao responder com um ultimato a Portugal quando este reivindicou o território entre Angola e Moçambique. No século XX, o Reino Unido invocou-o por ocasião da Primeira Guerra Mundial em maio de 1916, pedindo o apresamento de todos os navios germânicos na costa portuguesa. Essa atitude levou à declaração oficial de guerra de Portugal em relação à Alemanha e seus aliados. Windsor foi mais uma vez invocado na Segunda Guerra Mundial, e apesar da simpatia do regime de então pelas potências do Eixo, permitiu o uso da Base das Lajes aos Aliados.

menção às carruagens e selas usadas nos animais de tração; os chapéus masculinos; os tecidos e as vestimentas, tanto masculinas quanto femininas; a mobília familiar, a prataria e a porcelana das baixelas utilizadas nos banquetes e até os hábitos alimentares. Mencionou também as influências sobre o estilo arquitetônico que passou a usar ferro retorcido, como nas bandeiras das portas e os vidros transparentes ou coloridos utilizados em janelas, portas e cristaleiras. Em virtude do desenvolvimento do comércio Brasil/Inglaterra e a consequente estabilização dos britânicos no Brasil, os aspectos intelectuais e linguísticos foram também recebendo a influência desse contexto no jornalismo brasileiro e o uso de termos e expressões do idioma inglês que foram sendo absorvidos pelo idioma português.

Os almanaques e os registros comerciais do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife da primeira metade do século XIX estão cheios de nomes ingleses. Gente estabelecida nas cidades mais importantes do litoral brasileiro com armazéns de fazendas, ferragens, tintas, louças, cutelaria, fundições, oficinas, casas de leiloeiro, escritórios comerciais, hotéis, *shipchandlers* [...] (FREYRE, p. 151).

Resenhando esta paisagem, considerem-se os estudos de Oliveira (2014, p. 214) que atestam a influência anglófila não apenas na cultura, mas, mais exatamente pelas “influências e trocas culturais”, quer manifestadas pela presença dos engenheiros e técnicos ingleses que construíam máquinas, quer pelo fator da importação de produtos ingleses, a exemplo do “ferro, vidro, louça, tecidos e roupas, ou pelos leilões de pertences de funcionários ou capitalistas britânicos que deixavam o país”.

Bethell (2011, p. 14) discorre sobre a tese da formação de um “imperio informal britânico”, a exemplo do que aconteceu no Brasil do século XIX e também na Argentina. O estudioso em apreço menciona Gilberto Freyre e enfatiza, além do poderio econômico, a influência dos ingleses na formação da cultura brasileira, incluindo que esses estrangeiros não chegavam ao Brasil na condição de imigrantes comuns.

Aquele foi “[...] um novo descobrimento do Brasil”, segundo afirma o historiador Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 2), referindo-se ao considerável número de estrangeiros que chegaram à colônia portuguesa na América do Sul após a abertura dos portos em 1808. Chegaram educadores, artistas, diplomatas, mercenários de diferentes partes: dos EUA e do Velho Mundo. Nas grandes cidades portuárias do país essa abertura criou um contexto social de caráter cosmopolita e de internacionalização.

Do ponto de vista dos atos e movimentações diplomáticas, o cenário do ano de 1810 ficou registrado na história do Brasil em virtude dos diversos tratados que foram assinados por D. João com a Inglaterra. A exploração econômica do Brasil e de suas riquezas era um fato que atendia aos objetivos da Corte Portuguesa e daqueles outros países para os quais o rei

abriu os portos e promoveu o comércio, cujos lucros eram potencialmente da própria Corte e dos comerciantes ingleses.

Sobre a questão referente à predominância inglesa no Brasil e no mercado latino-americano, na primeira metade do século XIX, não há um consenso e há uma polarização entre os historiadores e cientistas sociais latino-americanos, norte-americanos e ingleses: os que enfatizam esta predominância versus os que relativizam tal dominação até 1850/60. No primeiro grupo, podemos citar, entre vários autores, Eugene Ridings e Eduardo Cavieres Figueroa. O primeiro autor, num artigo publicado no *Journal of Latin American Studies*, chamou atenção para o fato de que nos países latino-americanos a presença do comerciante estrangeiro no comércio exportador-importador significou não só a exclusão dos negociantes nacionais, como também afetou o desenvolvimento econômico da região, em virtude da “pouca identificação do negociante estrangeiro com a Nação em que ele operava” (GUIMARÃES, 2013, p. 22).

O mais importante daqueles atos de 1810 foi o Tratado de Comércio e Navegação, que baixava consideravelmente a taxa sobre a importação de produtos ingleses que, dessa forma, dominavam a concorrência no mercado brasileiro. Dentro de uma realidade econômico-social gerenciada pela Inglaterra e patrocinada pelo colonizador, pode-se depreender o quanto a língua inglesa penetrou na sociedade brasileira e como tantos indivíduos passaram a se ver necessitados de aprendê-la em sua escrita e oralidade.

Nesse sentido, a busca por documentação realizada no AN para este estudo só ofereceu como resultado para aquele movimentado ano de 1810 apenas dois documentos: o primeiro, relativo à solicitação de João Lourenço Toole (de 27 de agosto) para que lhe fosse concedida a licença para “abrir aula de grammatica, língua ingleza, [...]”; e o segundo, referente ao mesmo Toole, quando lhe foi concedida a licença para “um ano no exercício de ensinar a língua ingleza” \_ conforme o teor do documento assinado por Bernardo José de Sousa Lobatto, em 30 de agosto do referido ano.

Em suma e palmilhando trechos da estrada que vem, desde os primeiros momentos da descoberta e da subsequente colonização do Brasil pelo povo português, surgem as constantes situações de necessidade de comunicação entre povos de idiomas diferentes. Inicialmente, a tentativa de dialogar com os habitantes naturais das terras brasileiras (usando gestos), como faziam os jesuítas ao realizarem a catequização dos gentios; e nas trocas linguísticas em que, ao mesmo tempo, ensinavam a esses habitantes do Brasil a língua portuguesa e aprendiam o tupi-guarani. Depois, pela altura do século XVII em diante, colonizadores e colonizados nascidos no Brasil passaram a conviver em um contexto no qual ambas as partes se encontravam envolvidas com costumes e culturas diferentes e distintas e cuja linguagem não entendiam. Havia, portanto, “[...] uma situação de empecilhos à

comunicação entre colonizadores e colonizados em um país vivendo os passos da formação de seu povo e a construção das etapas de sua história” (HUE, 2007, p. 6).

Em torno dos itens até aqui tratados e, ainda, das questões mais diretamente relacionadas ao processo de Institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, as pesquisas realizadas por Oliveira (2010) contribuem para a análise da legislação promulgada entre 1750 e 1777, a exemplo do Alvará de 1759, a Lei do Diretório e o Alvará de 1770. Dos conceitos trabalhados na obra, registrou-se que a denominação “legislação pombalina” diz respeito às peças legislativas que foram idealizadas, elaboradas e expedidas durante o reinado de D. José I, que se estende de 1750 até 1777”. O autor diz, citando Auroux (1992, p. 65), que “o conceito de ‘gramatização’, tal como quer significar, é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Esses estudos vão considerar que o anti-jesuitismo imanente ao discurso da legislação pombalina revela um traço mais propriamente político e econômico do que ideológico, “pois a Companhia de Jesus representava um obstáculo para a implementação e desenvolvimento das novas diretrizes da administração colonial” (OLIVEIRA, 2010, p. 13-34).

Os aspectos da história da penetração em território nacional da Língua Portuguesa e de outras como a espanhola, a francesa e a inglesa, representadas por invasores que vinham em busca da nova terra e de sua riqueza, desvelam um panorama onde surgem necessidades para além daquelas rudimentares tentativas de uma aproximação comunicativa com povos indígenas. Mais adiante, exatamente na primeira década do século XIX, vieram, junto com a Corte portuguesa, o desenvolvimento do comércio e o processo de escolarização nos moldes das Reformas pombalinas. Dessa forma, e com o progresso em andamento e sob a preponderância do comércio com a Inglaterra, impunha-se uma regulamentação do ensino de línguas estrangeiras no país. Nesse conturbado momento, no Brasil, os cargos mais estratégicos para a manutenção da Coroa portuguesa eram, mais que os de professor, os de tradutor e de intérprete. Faça-se o registro de que o primeiro intérprete nomeado no Brasil foi Ildefonso José da Costa, designado através do decreto de 10 de novembro de 1808. Para que exercesse tal tarefa, percebia o ordenado anual de 400.000 réis. A interpretação oral do inglês passou, então, a ser um trabalho considerado indispensável devido às visitas de navios estrangeiros no porto da cidade do Rio de Janeiro. Tempos depois, duas outras nomeações aconteceriam: a de Ignácio José de Aprígio da Fonseca Galvão, por carta Régia de 29 de janeiro de 1811, para o lugar de Intérprete de línguas na Secretaria de Governo da Bahia (ver Collecção das Leis do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional/1809); e a de José Maria



Pinto, pelo decreto de 31 de maio. Os ofícios de tradutor da Praça, hoje com a designação de Tradutor Juramentado; e de Intérprete da Nação (hoje designado Intérprete Comercial) tornaram-se objeto especial de legislação, atividade criada pelo Governo a pedido do intérprete Carlos Mathias Pereira (OLIVEIRA, 2005).

## 1.5 ENSINO, TRADUÇÃO DA PRAÇA E INTERPRETAÇÃO DA NAÇÃO: SABERES E FAZERES DISTINTOS

*“[...] Sem comunicação não existem relações humanas nem vida propriamente dita” (J. Paulo Serra).*

Acerca dos profissionais do século XIX, sabe-se que eram oficiais de amplos saberes e fazeres, tanto lecionando, quanto traduzindo e também interpretando oralmente em idiomas estrangeiros em diferentes circunstâncias, mesmo porque alguns deles eram imigrantes em território brasileiro. Como foi possível averiguar, os primeiros professores de línguas estrangeiras, no Brasil, ou eram profissionais ilustrados ou diplomatas que, por força da formação, haviam estudado línguas estrangeiras, disciplinas exigidas pelo currículo da época.

Acerca dos profissionais do século XIX, sabe-se que costumavam, tanto lecionar, quanto traduzir e também interpretar oralmente em idiomas estrangeiros em diferentes circunstâncias, mesmo porque alguns deles eram imigrantes em território brasileiro. Como foi possível averiguar, os primeiros professores de línguas estrangeiras, no Brasil, ou eram profissionais ilustrados ou diplomatas que, por força da formação, haviam estudado línguas estrangeiras, disciplinas exigidas pelo currículo da época.

Quanto à metodologia de ensino, os professores deveriam utilizar a gramática de melhor conceito até o momento em que as gramáticas produzidas por eles fossem compostas e oficializadas. Produzir os compêndios para a utilização como material didático, “tornou-se uma prática no ensino secundário nos anos seguintes (pós-Alvará de 28 de julho de 1759, da Reforma Pombalina ou Reforma dos Estudos Menores), em virtude da escassez de livros traduzidos para a língua portuguesa ou que fossem adequados ao ensino no Brasil”. Considerando-se a escala de valores dos saberes, a hierarquia proposta assim alinhava as disciplinas humanas na ordem: latim, grego, francês, inglês, retórica, geografia, história e filosofia, vindo a seguir as assim chamadas disciplinas científicas (VIDOTTI, 2012, p. 68).

A instrução pública contava com as Aulas de Comércio, de reconhecida necessidade e foram criadas por Alvará Régio em 19 de maio de 1759, mas não era previsto até aquele momento o ensino de línguas estrangeiras modernas. Reza o documento que El Rey Dom José I confirma que,

[...] havendo visto. E considerado com pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, experimentados, e zelosos do serviço de Deus, e Meu, e do Bem comum dos meus Vassallos, que me pareceu consultar os Estatutos da Aula do Comercio, que foram ordenados de Meu Real consentimento pela Junta do Comércio destes Reinos, e seus Domínios, e se contém nos dezanove parágrafos (...) seis meias folhas de papel (...) rubricadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, do meu, Conselho e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. (...) Em consideração de tudo: Hei por bem, e me a praz confirmar os ditos Estatutos, e cada um dos seus parágrafos em particular, (...) (PORTUGAL, 1835, p. 5).

O que se observa, por outro lado, é que os estudos menores funcionavam com aulas de gramática latina, grego, hebraico e retórica. A partir do Decreto de 14 de julho de 1809 passaram a oferecer, além da gramática latina, geometria, o ensino de inglês e francês. No mês anterior (junho), de acordo com os estudos de Andrade e Pereira:

[...] o ensino da língua francesa é oficializado por meio do texto da Lei de 22 de junho de 1809. A maneira como esse ensino se deu na Corte brasileira era, pois um reflexo da influência que a política francesa exercia sobre os demais Estados, ditando os modos de pensar. Há, então, uma submissão ao poder intelectual dos franceses, à época, por parte da Corte brasileira e a língua francesa passa a ser adotada pela elite da Colônia como sinônimo de formação erudita (ANDRADE; PEREIRA, 2012. p. 5).

O período da reforma pombalina esteve diretamente ligado ao processo de enraizamento do ensino da língua inglesa no Brasil. O ensino, então, passou a se desenvolver sobre objetivos, abordagens e estratégias organizados para o alcance de finalidades práticas. Quanto ao papel do ensino do idioma inglês, o que se buscava era a formação do perfeito comerciante, entendendo-se na expressão “finalidade prática” uma relação direta com o “desenvolvimento das habilidades orais e auriculares dos alunos”, ou seja, o aluno deveria ser capaz de compreender o que ouvia na língua estrangeira e, dessa forma, pudesse oferecer uma resposta coerente, lógica (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

No que concerne a tradutores, ao que eles sabiam e faziam, ressalte-se a tripla importância do nome de Euzébio Vanério, ao mesmo tempo professor, tradutor e intérprete da língua inglesa. Vanério nasceu em Portugal, na Ilha da Madeira e, “segundo seu próprio depoimento, educado em Londres, veio para o Brasil e serviu como guarda-livros em diversas praças marítimas”. Depois ele passou a residir na Bahia, na casa do negociante Francisco Ignácio de Siqueira Nobre (por volta de 1810). O professor Vanério tanto ensinava as primeiras letras quanto aritmética, gramática portuguesa, os idiomas inglês e francês; e

comércio prático. No ano de 1815 publicou seu *Plano de aula* para o comércio na Imprensa Régia, objetivando com isto obter a vaga de lente régio. Entretanto, a demora na imprensa teria prejudicado sua intenção. Em seu curso particular formou muitos caixeiros, guarda-livros, e negociantes que desempenhavam atividades na praça comercial na Província da Bahia (CHAVES, 2012, p. 4).

O curso que Euzébio Vanério organizou em Salvador era particular, como tantos cursos que se abriram na Corte. Vanério concebia que a duração do mencionado curso seria de apenas dois anos para as aulas de comércio, divididas entre a teoria e a prática, sempre de forma inovadora. O curso era aprovado pelo conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, e Euzébio se intitulava Diretor atual da Casa de Educação para a mocidade de ambos os sexos. Essa casa de Educação era denominada: "Desejo da Ciência" e a esposa e a neta de Vanério o auxiliavam em cursos elementares para meninas e, nas aulas de comércio, as alunas tinham noções de moda.

A prosperidade crescente da economia açucareira e o desenvolvimento trazido aos núcleos urbanos a ela ligados vão condicionar o surgimento de cursos particulares, como o do professor Joaquim Maurício Cardoso, em Estância, e o de Euzébio Vanério (NUNES, 2008, p. 51).

Na apresentação do prospecto do curso, Vanério esclarecia, quanto à ciência do comércio, que era mais complicada do que normalmente se imaginava e, também, incluía a necessidade da obtenção de conhecimentos de geografia e história moderna para saber dos tratados e alianças existentes entre todas as nações. Inicialmente o curso ensinava dois idiomas: francês e inglês, para que os alunos pudessem ler as obras mercantis nestas línguas. Ajudado fundador do curso era trabalhar com uma suposta sociedade entre comerciantes ingleses e baianos, tendo em vista a inovação “nas aulas extraclasse, pois os alunos deveriam frequentar trapiches, alfândegas e casas de negociantes para recolherem documentos ou amostras para serem utilizados na simulação da sociedade de comércio fictícia” (CHAVES, 2009, p. 7-10).

Segundo Conceição (2012), no ano de 1849, na cidade de São Cristóvão/SE, as senhoras Angélica e Olímpia Vanério de Argolo Castro, coadjuvadas respectivamente pelo seu avô Euzébio Vanério e esposa, abriam um curso particular. A importância e o significado da trajetória de Euzébio Vanério na qualidade de professor encontram-se levantados por Nunes (2008), inclusive situando-o em Sergipe como um dos primeiros a utilizar, no Brasil, o método lancasteriano, oferecendo a D. Pedro I, nesse mesmo ano de 1825, uma Memória concernente ao ensino mútuo. No município sergipano de São Cristóvão, capital da recém-

independente província de Sergipe (1820), Euzébio ensinou as disciplinas Inglês e Escrituração Mercantil. No ano de 1848,

[...] quando o Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos (26/4/1848 a 7/2/1849) criou a cadeira de Geografia e História, entregue aos Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro, e a de Inglês lecionada por Luís Alves dos Santos. No ano seguinte, esse presidente, numa tentativa de profissionalização do ensino e de atender à necessidade que se fazia sentir de pessoas qualificadas, criou o curso de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil, disciplinas a serem ensinadas pelo velho professor Euzébio Vanério. Anexo ao Liceu, onde os alunos cursaram as línguas francesa e inglesa, teria a duração de dois anos (NUNES, 2008, p. 73).

Dos apontamentos de Amorim (2009, p. 50), sabe-se que ocorreu um concurso (1852) com o objetivo de suprir a vaga para a disciplina Inglês para a qual Euzébio Vanério obteve a aprovação, inclusive assumindo a cadeira de comércio. Teria o professor solicitado uma licença de seis meses para tratamento de saúde a ser realizado na Bahia. Em 1854, foi substituído por “Luiz Alves dos Santos que, no mesmo ano, também obteve uma licença de três meses para tratamento de saúde no mesmo estado”.

A propósito do método lancasteriano ou mútuo, era originário da Grã-Bretanha (século XVIII) e popularizado na França pela Monarquia da Restauração. Foi introduzido em Portugal, no ano de 1815, ingressou no Brasil pelo Decreto de 1º de março de 1823, do Imperador Dom Pedro I, até ser oficializado pela lei geral da instrução pública de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827, p. 71).

Esse método visava atender à falta de professores capacitados e oferecer um ensino menos dispendioso. As estratégias eram desenvolvidas pelo professor enquanto ensinava a lição a um grupo de alunos mais adiantados e tidos como os mais inteligentes. Estes, por sua vez, ensinavam aos colegas mais atrasados, divididos em pequenos grupos. Dessa maneira, formava-se com os alunos uma espécie de monitoria que facilitava ao professor conduzir uma classe de centenas de alunos. Surgia a figura do decurião, precursor do atual monitor. Desse aproveitamento escolar, o professor Vanério prestou contas em ofício datado de 1825, ao oferecer a obra *Memória concernente ao ensino mútuo* ao “Mil vezes Augusto e magnânimo Imperador do Brasil o senhor Dom Pedro I pelo seu menor e mais humilde servo Eusébio Vanério. Biblioteca Nacional, secção de Manuscritos”. Foi nessa mesma ocasião que Euzébio solicitou todo amparo e proteção e se prontificou para, na Bahia, trabalhar em conjunto com a finalidade de atender aos objetivos como “[...]1º Diretor das Escolas Elementares da Província; 2º como instrutor de uma Escola de adultos; 3º como tradutor de algumas obras tendentes ao melhoramento e progresso da Educação da Mocidade, segundo o método Mútuo” (NUNES, 2008, p. 42).

Durante o reinado de D. João VI, Euzébio havia oferecido ao rei uma tradução do *Sistema lancasteriano acerca da educação da mocidade*, ao tempo em que solicitava, para ele e para a esposa, subsídios a fim de instruírem-se na Inglaterra ou na França na prática, ou “ser encarregado de difundir os seus conhecimentos teóricos, sendo para isso admitido ao Real Serviço. Esse requerimento de outubro de 1820 se encontrava na Mesa do Desembargo do Passo para ser discutido” (NUNES, 2008, p. 42). A estudiosa Nunes não foi explícita sobre a concessão do auxílio pelo monarca, mas o fato é que Euzébio só retornou da capital inglesa aos 32 anos de idade. No final do ano, saiu a Decisão n. 282, de 19 de dezembro, mandando nomear provisoriamente, a pedido da Junta da Fazenda Pública da Província de Pernambuco, um Intérprete da Língua Inglesa na Alfândega da mesma província, com o ordenado anual de 400.000 réis. Como já foi dito, os lugares de Intérprete e Tradutor foram aos poucos suprimidos de algumas repartições, pelos motivos alegados no Decreto de 3 de dezembro de 1821: corte de despesas e presença de pessoas competentes para exercer suas atividades. Assim, a profissão acabou restringindo-se ao âmbito das Alfândegas e Praças do Comércio, onde os Tradutores e Intérpretes, públicos e particulares, passaram a abrir seus escritórios, como se pode ler em muitos anúncios de jornais ou dos Almanques Laemmert, da década de 40 oitocentista (OLIVEIRA, 2005, p. 6-7).

A preocupação deste estudo é com essa realidade e esse contexto de penetração de línguas estrangeiras no país que passou a se movimentar no âmbito da institucionalização dos ofícios de professor/tradutor da Praça/intérprete da Nação. Sabe-se, entretanto, que

O forte ensino de línguas estrangeiras observado no Brasil Império era muito mais uma tentativa de aproximação e manutenção de vínculos culturais da corte com a Europa e seus modos de vida do que uma política linguística de abertura para a pluralidade linguística brasileira que já se abria para as línguas de imigração (DAY, 2012, p. 11).

A condição de um país colonizado, entretanto, não impedia que houvesse interessados em comunicar-se com os indivíduos estrangeiros por este ou aquele motivo instalados no Brasil oitocentista. Os filhos de famílias burguesas estudavam idiomas porque recebiam uma educação que objetivava garantir-lhes os melhores espaços sociais; os filhos de famílias humildes estudavam em busca de alcançar uma formação que os levasse a desfrutar de posições mais confortáveis e de alguma visibilidade social; e os filhos de famílias pobres eram direcionados a estudos mais práticos e que servissem para a obtenção de algum emprego que contribuísse para a sobrevivência. Nesses inícios do século XIX o comércio inglês se desenvolvia nos portos brasileiros e a aprendizagem do idioma inglês servia para que os jovens pudessem se preparar no sentido de ter alguma atividade remunerada. Nessa conjunção

de distintos interesses ocorre, no Brasil, a germinação de um processo que encerra as sementes do ensino, da tradução e da interpretação da oralidade de idiomas estrangeiros.

De acordo com informações do Senado Federal/Secretaria de Informação Legislativa, o Decreto de 9 de dezembro de 1823 “Crêa o logar de traductor jurado da Praça e interprete da Nação” e, levando em consideração a necessidade de um oficial de línguas estrangeiras,

com fé publica, para a traducção dos differentes papeis relativos ao commercio: e concorrendo na pessoa de Eugenio Gildmester as qualidades necessarias para o bom desempenho deste trabalho, pelo preciso conhecimento que tem das línguas principaes da Europa: Hei por bem fazer-lhe mercê do officio de Traductor jurado da Praça e Interprete da Nação, sem ordenado algum, mas percebendo das partes, pelas referidas traducções, a quantia de 1\$200 por meia, folha. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessarios. Paço em 9 de Dezembro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. João Severiano Maciel da Costa (BRASIL, 1823, p. 102).

O Brasil de várias línguas percorreu espaços que tecem paisagens a partir do início das atividades dos profissionais do ensino, da tradução da praça e da interpretação de idiomas estrangeiros para a Nação. Há interseções que evidenciam em alto relevo os fatos que conduziram o contexto em que línguas estrangeiras eram ensinadas no território brasileiro e revelam as células constitutivas da formação de um povo e de uma cultura colonial caracterizada pela influência do país colonizador. O momento em que Dom João VI, para retribuir aos ingleses, abre os portos ao comércio estrangeiro, traz para o Brasil o idioma inglês, o que promoveu uma situação nova em um processo educacional que já incluía o ensino do grego, do latim e do francês como símbolos da erudição e modelos a serem imitados. Em seguida, forças econômicas alteraram o panorama social e os focos de interesse. Assim, a cultura de língua inglesa começou a influenciar a cultura brasileira em formação, redesenhando o quadro social do país. O latim e o grego eram ensinados como referências da cultura clássica, o francês gozava de todo o prestígio tendo em vista o patamar em que estava colocada a cultura parisiense. Mas o inglês entrou, neste momento, por motivos principalmente ligados ao comércio, ao interesse pelo lucro e pela exploração de um vasto território sob o comando da corte portuguesa. Convivia-se com os nativos da língua inglesa, vendia-se e comprava-se em um intercâmbio desigual e no qual os ingleses eram os beneficiados maiores. Precisava-se de alguma forma que a língua inglesa fosse ensinada, traduzida e interpretada em sua oralidade, originando-se daí toda uma situação que se avoluma através de decretos e da criação de cadeiras de ensino e postos para os ofícios de

professor, tradutor da Praça e de intérprete da Nação. Constrói-se a partir daí, paulatinamente, a *trilha* da institucionalização do ensino de idiomas modernos em terras brasileiras.

Esperava-se encontrar no Arquivo Nacional tanto mais quanto menos. O mais desejado seria a facilidade em localizar documentos preciosos para com eles construir o máximo de conhecimentos sobre a institucionalização das profissões ligadas ao ensino, tradução e interpretação dos idiomas estrangeiros, especialmente o inglês, no momento mais importante em que penetra na cultura brasileira através do comércio de mercadorias liderado pelos ingleses na sequência à chegada da família real ao Brasil e à abertura dos portos às nações amigas. Quanto a esta expectativa, não se poderia dizer que foi frustrada. Entretanto, causou um certo desequilíbrio enquanto se constatava a situação física da acomodação e conservação dos documentos do período destacado para estudo. O menos fica na conta deste e de outro sim previstos que desorientaram de alguma maneira o andamento das atividades planejadas para serem executadas naquele espaço. O saldo dos achados é significativo e se fez valioso porque tornou possível e viável este estudo.

O conteúdo desta pesquisa e a documentação que a acompanha e subsidia são a prova de que a descoberta mais significativa, dentro dos limites dos estudos realizados pelos pesquisadores consultados e pelos documentos que foram trabalhados (quer encontrados em estudos diversos, quer garimpados nas caixas do AN), é a do relevante papel desempenhado pelos intérpretes das falas (como se pode ver na relação de nomeações), criação de *logares*, concessão de salários altos e aumentos, seguidamente, dentro da faixa de tempo que começa no ano de 1808, com a nomeação do primeiro intérprete, Ildefonso José da Costa, e se estende até o ano de 1828, com o Decreto de extinção do lugar de tradutor do Conselho do Almirantado; depois, no ano de 1830, a Decisão n.6 que extinguiu o lugar de intérprete da Auditoria da Marinha; e em 1837, o Decreto que extinguiu os lugares de intérprete, contínuo e meirinho da Comissão Mixta Brasileira e Inglesa da Corte.

## 2 OS CÓDICES DO ARQUIVO NACIONAL

Tendo em vista o objetivo de empreender uma aproximação do objeto de estudo da pesquisa sobre a institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, foram realizadas visitas às seguintes instituições: Arquivo Nacional (AN/RJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), e a Casa de Rui Barbosa (CRB). Buscou-se ainda entender o funcionamento da Instrução Pública e rastrear os eventos históricos no sentido de localizar os sujeitos e sondar-lhes os saberes e fazeres do ensino, da tradução da Praça e da interpretação da Nação.

Para atender aos objetivos delineados para essas visitas a tais instituições foi planejado um roteiro que alcançou ser cumprido na cidade do Rio de Janeiro, onde foi possível o acesso às fontes primárias que puderam revelar informações muito significativas que contribuíram para o desvelamento do perfil desses sujeitos que viabilizavam tanto o ensino, quanto traduziam textos e favoreciam a comunicação entre portugueses, brasileiros e os ingleses que aportavam no Rio de Janeiro em seus navios mercantes. O objetivo desenvolvido no Arquivo Nacional procurou atender às expectativas quanto à análise do processo de institucionalização das profissões de professor, tradutor e intérprete através de um olhar investigativo sobre os Códices do AN. Quanto à Pontifícia Universidade Católica, tratou-se de uma visita de sondagem sobre o Curso de Tradução e Interpretação. A etapa reservada para a CRB se destinou a tomar conhecimento do acervo da instituição no que se refere ao século XIX.

### 2.1 PARA UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS OFÍCIOS DE PROFESSOR, TRADUTOR DA PRAÇA E INTÉRPRETE DA NAÇÃO

*“E como ninguém ‘sai’ desta linguagem, nem pode encontrar outro lugar de onde interpretá-la, não há, portanto interpretações falsas e outras verdadeiras, mas apenas interpretações ilusórias” (Michel de Certeau).*

Durante a pesquisa realizada no AN/RJ/Mesa do Paço tratou-se de organizar aquilo que, nas palavras de Le Goff (1992, p. 12), atesta “a necessidade de o historiador misturar relato e explicação e que fez da história um gênero literário, uma arte”, a adoção de critérios que contemplam a tentativa de compor um texto de corpo significativo e lógico a partir do



material coletado, mas também adotando as balizas cronológicas quando estas se fizeram necessárias. Para tanto, foram procedidas, inicialmente, leituras superficiais e, depois, outras mais aprofundadas, analíticas e meticolosas. Foram cumpridas etapas de tanta revelação histórica que chegaram quase a sugerir um clima de resgate do passado brasileiro a partir de fragmentos de cenas documentadas. Tornou-se prazeroso estar, de certa forma, próximo aos acontecimentos registrados naquelas linhas dos carcomidos maços de papel. A emoção que sobreveio ao investigador foi indescritível ao redescobrir as personagens atuando, em inícios do século XIX, na Corte instalada no Rio de Janeiro.

No primeiro momento foi manuseado o Códice Fundo 4K e as Caixas números 147 e 148 do 2º. Pacote 149. Mas, antes de posicionar os documentos consultados dentro de um critério didático-cronológico como se isto fosse uma atitude que conduzisse o pesquisador a um período em que, supostamente, a institucionalização do ensino de línguas estrangeiras teria começado no Brasil, convém observar que Schwarcz, ao apresentar a obra *Apologia da História ou O ofício de historiador*, de Marc Bloch, relembra que esse historiador medievalista afirmava que passado não é objeto de ciência e também não poderia a História ser definida como uma ciência do homem, mas que “talvez fosse a ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo” – aproximando-se da definição de Lucien Febvre, estudioso especialista no século XVI e que com Bloch fundara a Escola de Annales (1929), instituição que desempenhou importante papel na “constituição de um novo modelo de historiografia”.

March Bloch asseverou que os documentos são vestígios que devem ser interrogados. Tivemos acesso aos documentos e neles procuramos vestígios que respondessem às nossas interrogações sobre como começou e como se desenvolveu a institucionalização do ensino de idiomas estrangeiros no Brasil. Foi em documentos arquivísticos também que Ginzburg pesquisou sobre Menocchio, narrando a história desse personagem real, um moleiro que desafiou a Igreja Católica Apostólica Romana, sendo por isto, depois dos interrogatórios, condenado à morte. Para que serve investigar aspectos sócio-históricos da institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação? Então, como foi proposto, responde-se não se tratar de contar a história desse Brasil de falas plurais, mesmo compreendendo que desses fatos históricos não é possível fugir de todo. Interessa ao professor, ao tradutor e ao intérprete de idiomas estrangeiros ter em mente a trajetória dessas profissões em seu país. Este é um compromisso com os homens deste tempo, do nosso tempo. E com a realidade que vivenciamos, como Bloch ensinou em sua obra *A estranha derrota*, na qual esse francês, testemunha da história, narra a derrota do seu país. Os ensinamentos de Bloch remetem ao sofrimento dos franceses e à submissão a Hitler. A

história que contamos é marcada por lutas distintas dentro da faixa do professorado de línguas estrangeiras, justo em busca de ocupar seu espaço na educação e impor sua voz em meio aos outros colegas de profissão.

Entre julho e setembro de 1940, no começo do Regime de Vichy na França (o período em que o país esteve ocupado pelo exército alemão, com um "governo fantoche" centralizado na cidade de Vichy), Marc Bloch escreveu um testemunho sobre os eventos ocorridos nos meses anteriores: a guerra na França e a rendição de sua nação às tropas de Hitler. Embora ainda não estivesse sob ameaça direta, sentia - e isso se lê nas entrelinhas - que poderia ser uma das vítimas em potencial do poder contra o qual seu escrito era uma forma de reação. O manuscrito foi entregue a amigos seus, um dos quais precisou enterrá-lo no quintal de casa, para que não fosse destruído. Um ano depois de Bloch ter sido fuzilado, o texto foi, literalmente, desenterrado e entregue à sua família. A exemplo da *Apologia da História*, foi também transformado em livro, embora só tenha alcançado sucesso na década de 1990 (TUCHINSKI DOS ANJOS, 2011, p. 167).

Não há, portanto, neste estudo, a ilusão de acreditar que naquelas décadas iniciais do século XIX estão situadas as origens ou se encontra o segredo resolvido, mesmo porque o ser humano naturalmente buscou comunicar-se com os seus semelhantes, antes de qualquer processo civilizador. Também não se quer trazer o passado para o presente e nem levar o presente para o passado. Por certo, ainda mais que fosse o passado observado, não seria encontrado, em estado de pureza, quer o Menocchio, de Ginzburg, no período da Santa Inquisição, quer Tilbury ou Colville, no século XIX. As testemunhas simples, comuns também estão perdidas no passado que não se consegue fazer voltar. Somente se dispõe dos documentos, dos arquivos, como deles dispôs Carlo Ginzburg,

### 2.1.1 O documento, fungos e térmitas

Para a formulação da narrativa que se segue, inspiramo-nos no estilo Ginzburg, em seu *O queijo e os vermes*, até para manter a harmonia do texto e tornar a leitura mais agradável, inserindo de forma corrida (dentro do parágrafo e entre aspas) as citações extraídas de trechos documentais. Escolhemos a primeira pessoa do plural para conduzir o foco da narrativa com o intuito de objetivamente repassar o que foi visto a partir da documentação e, assim, tecer uma trama. Foram diversos os documentos manuseados, mas os critérios adotados para a seleção de uma amostra de 23 (vinte e três) peças da Mesa do Paço foram escolhidos dentro das seguintes características: a) atendimento aos objetivos do estudo; e b) posição temporal dentro do recorte estipulado. Em alguns momentos foi necessário recuar ou avançar um pouco nas extremidades do período. Por ordem cronológica, iniciamos a formulação textual a partir da movimentação burocrática da Mesa do Desembargo do Paço,

cuja data é a de 3 de julho de 1809, quando o documento é dirigido ao Ilmo e Exmo Senhor Conde de Linhares e remetido ao Desembargador do Paço Luis José de Carvalho e Mello. Através desse dispositivo legal, os presbíteros Renato Pedro Boiret (René Pierre Boiret) e Luis Carlos Franch (Louis Charles Franche) “de nação franceza e agora fieis vassallos de Sua Alteza Real implorão a proteção de V. Exa, para o estabelecimento que destinão de uma caza de educação” (ARQUIVO NACIONAL, 1809, caixa n. 148).

Segundo Quintanilha (2006, p. 25), o padre René Pierre Boiret, nascido em Angers/França, “era o responsável pelas aulas de francês do Príncipe”, merecendo distinção em virtude de sua trajetória: “fugitivo da revolução de 1789 refugiou-se na Inglaterra, indo depois para Portugal” e era professor de francês no Colégio dos Nobres de Lisboa, instituído na cidade de Lisboa por Carta Régia de 7 de Março de 1761.

Ressaltemos que há pequenas diferenças de ortografia entre o documento propriamente dito e a relação afixada nos Códices. Isto pode ser atribuído ao nível diferenciado entre o profissional que anotava o documento (manuscrito) e o que fazia, até posteriormente, a anotação em Códices. Os documentos, além de manuscritos, eram vazados a caneta (pena) tinteiro e em tipo de letra bastante legível, de desenho saliente, quase à semelhança de um bordado, de traços encaracolados (monogramas), mas mantendo a beleza e a regularidade da altura e da largura dos caracteres em toda a extensão do texto. As cores mais utilizadas e ainda bem visíveis nos documentos são o marrom, o azul escuro e o preto.

Enveredando pela documentação, entre a poeira do tempo e o mal-estar causado ao sistema respiratório, encontramos o Desembargador do Paço Luís José de Carvalho e Mello, o que dispõe de maior número de assinaturas na documentação apreciada para a elaboração do presente estudo, mas há outros nomes de desembargadores e outros indivíduos sem titulação que os identifique como ocupantes de algum cargo. Observamos em todos os documentos que foram consultados, de pleno acordo com a estrutura política vigente no século XIX, requerem o parecer real anotado da seguinte forma: “P. a V. A. R haja por bem deferir ao suplicante na forma que requer”. Possivelmente o P. a deva significar Para atenção (de V. A. R = Vossa Alteza Real). Esses documentos aqui apresentados não registram o nome próprio do monarca, assinado do próprio punho, mas apenas a forma de tratamento. E, no final, geralmente utiliza-se a anotação E. R. Mcê (Espera Vossa Real Mercê). Ou seja, declara-se estar no aguardo do despacho Real.

O documento que se refere às nomeações dos professores Renato Pedro Boiret e Luis Carlos Franch foi também expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, em 30 de junho de 1809, e despachado em 3 de julho de 1809. Ou seja, três dias depois da

expedição. Essa Secretaria foi criada em 11 de março de 1808 e, ao mesmo tempo, foram nomeados seus titulares. São instalados no Brasil o Erário Régio, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos para as quais foram designados, respectivamente, Dom Fernando José de Portugal, conde de Aguiar; Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares; e João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, conde de Anadia (ARQUIVO NACIONAL, 1808).

Passo a passo entre os papéis guardados, foi possível encontrarmos, datada de 24 de julho de 1809, a solicitação de João Lourenço Toole que, para “ensinar a língua inglesa, aritmética e escrituração dobrada, requereo ao Benemerito Intendente Geral da Policia para lhe conceder a licença competente na certeza de que este se achava autorizado para lhe facultar o que não aconteeço; [...]”.

Quanto à Mesa do Desembargo, de 7 de agosto de 1809, e segundo o documento lido, sabemos que o senhor “João Joyce, Presbytero Secular do Hábito de São Pedro, natural da Irlanda, (...) por ter notícia que V. A. R vai criar uma aula de língua inglesa” (...) rogou “a V. A. R que pela sua alta benignidade, queira fazer mercê ao suplicante da dita cadeira de língua inglesa;” (ARQUIVO NACIONAL, 1809, caixa, n. 147). O documento em evidência informa nome, cargo, função, naturalidade de João Joyce, que solicita ocupar a cadeira de língua inglesa. O termo *aula* (utilizado na forma do feminino, indefinido e singular *uma aula*) sugere o significado amplo e atual do termo *curso*. Semelhante situação ocorria quanto ao termo *disciplinas*, como ensina Chervel (1990) em seus estudos acerca da história das disciplinas escolares que apontam como “demasiado vagas ou demasiado restritas” as definições do termo *disciplinas* no século XIX, e acrescenta que simplesmente “a disciplina é aquilo que *se ensina* e ponto final”. Dessa forma,

No seu uso escolar, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, até o fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. No sentido que nos interessa aqui, de “conteúdos do ensino”, o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, e mesmo do *Dictionnaire de l'Academie* de 1932” (CHERVEL, 1990, p. 2).

Chervel ainda relaciona os termos equivalentes mais comuns no século XIX, que seriam expressões a exemplo de: “objetos”, “partes”, “ramos”, ou ainda “matérias de ensino”. Assim,

[...] aparição, durante os primeiros decênios do século XX, do termo “disciplina” em seu novo sentido vai, certamente, preencher uma lacuna lexicológica, já que se tem necessidade de um termo genérico. Ela vai sobre tudo pôr em evidência, antes da banalização da palavra, as novas tendências profundas do ensino, tanto primário quanto secundário. Descartemos primeiramente a informação falaciosa dos dicionários etimológicos que atribuem a Oresme, no começo do século XIV a

primeira utilização da palavra no sentido de "conteúdo de ensino". Dever-se-ia acrescentar ainda que ela parece desaparecer totalmente a seguir do uso para ressurgir no fim do século XIX, onde é objeto de uma nova criação (CHERVEL, 1990, p. 3).

Daquela data de 7 de agosto de 1809 seguiu-se para a Mesa realizada em 31 de agosto do mesmo ano (não encontramos outros documentos nesse espaço entre as datas mencionadas). Portanto, são 24 dias na sombra da falta de informações. Até este ponto ainda não é possível sabermos quanto à frequência dos despachos na referida Mesa. A movimentação de 31 de agosto diz respeito a uma determinação sobre o comparecimento de João Joyce “(...) no dia de terça-feira, 5 de setembro de tarde perante o Desembargador do Paço, Sr. Luiz José de Carvalho e Mello”. Ainda naquela Mesa de 7 de agosto de 1809 lemos o pedido de concessão de licença (permissão) assinado por João Lourenço Toole, cujo objetivo era o de “ensinar nesta capital (refere-se ao Rio de Janeiro) “em aula publica a língua ingleza, arithmetica e escrituração dobrada; (...) tendo-lhe finalizado o tempo da licença do segundo anno; [...]”. A solicitação foi atendida e o despacho do documento, assinado por Bernardo José de Sousa Lobatto, é datado de 30 de agosto de 1810 (cerca de um ano após a solicitação do professor). Vinte e quatro (24) dias depois, o despacho (de 31 de agosto de 1809) à solicitação de Toole diz que o mesmo comparecesse, “no dia de terça-feira, 5 de setembro de tarde perante o Desembargador do Paço, Sr. Luiz José de Carvalho e Mello” (ARQUIVO NACIONAL, 1811, caixa n. 148). Prosseguindo na apreciação do documento, detectamos a afirmação de João Joyce sobre que, “tendo-se afichado editais para concorrerem os opositores de cadeira de língua inglesa acabou-se o tempo deles” pelo que a Alteza Real fosse “servido determinar-lhe o dia para o suplicante ser examinado juntamente aos mais opositores se os houver”. Desta vez assinou o senhor Luiz Lopes, na condição de procurador.

Aos exatos cinco dias, em 5 de setembro de 1809, como foi determinado e previsto, João Joyce foi examinado em língua inglesa na presença do Desembargador do Paço Luiz José de Carvalho e Mello, tendo o candidato sido aprovado e considerado detentor de “todos os conhecimentos necessários para ensinar a dita língua” (ARQUIVO NACIONAL, 1809, caixa n. 147).

Os termos dos documentos analisados, como vimos no parágrafo anterior (o único que menciona a avaliação em seus aspectos gerais), não esclarecem ou detalham sobre as características escritas ou orais de uma prova ou entrevista. Assinaram esta importante declaração de exame os senhores Ildefonso José da Costa e Abreu e João Pereira Lopes Silva de Carvalho, na data de 05 de setembro de 1809. Assim, em 31 de agosto (1809), houve a solicitação de Toole, tendo sido convocado a comparecer no dia 5 de setembro seguinte,

quando foi examinado João Joyce (1809), conforme o declarou o Desembargador do Paço, Luiz José de Carvalho e Melo, no dia seguinte, 6 de setembro (1809).

Interessante notar que Toole havia solicitado o exame, mas, neste último documento consta, literalmente, que Joyce “não teve competidor”. Aqui há de o pesquisador ficar refletindo sobre o que realmente ocorreu nesta situação. Pelo menos, três alternativas poderiam ser investigadas: a) se Toole desistiu da competição pela cadeira de língua inglesa; b) ou se foi “aconselhado” a se excluir da avaliação; c) ou se se tratava de formalidade do estilo do documento.

Um ano depois, exatamente em 30 de agosto de 1810, foi lido o documento dirigido a João Lourenço Toole, a quem “se há de passar provisão por hum anno para continuar no exercício de ensinar a língua ingleza, arithmetica e escrituração dobrada”. O assinante foi Bernardo José de Sousa Lobatto. A “prorrogação por tempo de humanno” foi datada a partir de 14 de outubro de 1811, comunicando o final do período da licença e solicitando-a por mais um ano, para o que informou “com o seo parecer o Desembargador do Paço Luis José de Carvalho e Mello”, Rio, em Mesa de 9 de abril de 1812. Não conseguimos apurar, por falta de documentação (provavelmente extraviada), se a licença foi ou não concedida por Sua Alteza Real. Inferimos que, no mesmo período, ensinavam a língua inglesa, no Rio de Janeiro, tanto João Lourenço Toole quanto João Joyce.

Na sequência obtida para este estudo, a mais próxima documentação à qual tivemos acesso é a assinada e datada de 3 de julho de 1817, mas que foi analisada pela Mesa em 16 de maio de 1817, havendo transcorrido quase o período de três anos da solicitação inicial do professor. Curiosamente, o registro desta documentação foi timbrado assim: “Palacio do Rio de Janeiro, em dezesseis de maio de mil oitocentos e dezesseis” (16 de maio de 1816), como verificamos no texto integral do documento visto. Nesse ponto acontecem algumas anotações de datas um tanto controversas, mas o que estava anotado foi respeitado. Provavelmente alguma falta de documento, ou mesmo a linguagem utilizada na Mesa tenha complicado o nosso entendimento a respeito dessa situação investigada.

No decorrer dessa faixa cronológica, também não vimos outras referências a assuntos relativos a ensino/professores, atividades de tradutores da Praça ou de intérpretes da Nação. Este documento de agora se reporta à existência de uma “(...) vaga pela demissão que obteve Renato Pedro Boiret a cadeira da língua franceza” (ARQUIVO NACIONAL, 1809, caixa n. 148), [...].

Acrescentamos aqui a menção a Luís Carlos Franche que, nesta documentação, é indicado para a cadeira de língua francesa. Constatamos que esses professores do Brasil

Colônia eram, ao que demonstram as qualidades profissionais que alinham em seus pedidos de licença para ensinar, verdadeiros políglotas, além de preparados para o ensino de disciplinas de outras áreas do conhecimento. A anotação de “Cumpra-se e registre-se e passam-se os despachos necessários” é datada de 3 de julho de 1817, tendo sido “Registado no livro 8 do registo dos alvarás e direitos nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço a fl.253” (ARQUIVO NACIONAL, 1817, caixa n. 148), assinado por José Manoel Verani e dito que subisse “a exame para o que requererá dia. Desembargador do Paço Luis José de Carvalho e Mello”. A data final é a de 21 de julho de 1817. Alguns documentos examinados geralmente contêm outras assinaturas de impossível tradução para o nome próprio por extenso, vez que aparecem tão somente rubricadas.

Como foi fácil constatar, decorridos dezoito dias (exatamente em 21 de julho de 1817), o documento em pauta foi encaminhado ao Desembargador Luís J. de Carvalho e Mello, cuja assinatura, depois de um intervalo, volta a aparecer no encaminhamento dos pedidos. Desta vez, notamos que o desembargador se expressou favoravelmente à permissão em seu despacho, na mesma data de 21 de julho, do mesmo ano. Um mês depois, no dia 19 de agosto de 1817, o documento consultado diz do exame de Guilherme P. Tilbury, sob a responsabilidade de Luís Carlos Franche e Eduardo Thomas Colvill “em ambas as ditas linguas perante o Ilmo Senhor Desembargador Luiz José de Carvalho superintendente dos estudos achando em ambas as ditas linguas muito capaz do ensino publico dellas”.

Dessa forma, caminhando entre empecilhos diversos em meio aos documentos, nesta *trilha* na história da Mesa do Desembargo do Paço, temos que os professores de língua inglesa, Luís Carlos Franche e Eduardo Thomaz Colvill, de fato, assinaram a declaração do exame prestado pelo também professor do mesmo idioma, o padre Tilbury. A seguir, datada de 30 de maio de 1818, localizamos a petição de três professores: João Baptista, Luís Carlos Franche e João Joyce, professores de geometria, francez e inglez sobre o aumento de ordenado “que pedem, indicando a Mesa os motivos que concorrem para a falta de discípulos nestas aulas”. Assinam a documentação Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal e o Sr. Pedro Machado de Miranda Malheiro. Aqui as assinaturas são também novas (de outros encarregados ainda não conhecidos na documentação anteriormente avaliada) e não consta no documento a anotação dos cargos ocupados pelos assinantes Thomaz e Pedro Machado.

A título de ilustração e também com um tom de crítica, chamamos a atenção para a constante queixa dos professores quanto aos seus salários. Os documentos examinados, vez por outra, clamam por “aumento de ordenado” e relatam situações socioeconômicas constrangedoras. Não identificamos qualquer documentação na qual também esses

professores ou outros oficiais tenham formulado reclamações quanto à remuneração das atividades de tradutor ou de intérprete. Distintos estudos de Oliveira (2005) fazem menção documental à superioridade dos salários pagos aos intérpretes e, ainda, ressaltam o *status* social desse fazer.

Na data de 6 de maio de 1818, registrado está que D. Antonio d’Anunciação Avellino, Reitor do Seminário de São José desta Côrte, certifica “(...) que o Reverendo Sr. João Joyce, professor régio de língua inglesa preenche suas obrigações neste seminário com toda a exacção, e aproveitamento dos seus discípulos;” (...) (ARQUIVO NACIONAL, 1818, caixa n. 147).

Entretanto, o certificado só foi remetido ao Desembargador do Paço, Luis José de Carvalho e Mello, “para informar com o seu parecer” em 4 de julho de 1818. Daí em diante há um silêncio entre os documentos que equivale ao período de cerca de dois meses sem as informações que interessam ao presente estudo e que deixam esta narrativa com uma lacuna que talvez jamais seja preenchida.

Outro documento analisado e transcrito na íntegra é datado de 24 de setembro de 1818 e versa sobre o que “[...] dizem os três professores régios (...), João Baptista, bacharel formado em a faculdade de mathematica e professor régio de geometria nesta Corte, Luis Carlos Franche, professor da língua franceza e João Joyce, professor da língua ingleza que eles suplicantes tendo a fortuna de serem fieis vassallos empregados no Real Serviço de Vossa Magestade; que He tão benigno, e attende com toda a bondade os requerimentos, ainda os mais insignificantes, se animão á apresentar a Vossa Magestade o seguinte requerimento: Dizem os suplicantes que outros professores régios desta Corte animados pela benignidade, e bondade de Vossa Magestade expondo a Vossa Magestadea carestia dos viveres e a dificuldade de combinarem os seus ordenados com a despesa do tempo d’agora, conseguirão da Regia benignidade e bondade de Vossa Magestade a graça de serem augmentados os seus ordenados com cem mil reis mais; graça concedida por Vossa Magestade não só pelos referidos motivos, que tocarão o coração de hum soberano, pai de seus vassallos, mas tão bem em honra e gloria do Feliz Dia da Aclamação de Vossa Magestade; Ora os suplicantes são fieis vassallos, ocupados no mesmo Real Serviço como os outros professores beneficiados por Vossa Magestade, a carestia do tempo semelhantemente os aperta, o Feliz Dia da Aclamação lhes pertence igualmente; não querendo ser negligentes em se aproveitarem das graças de Vossa Magestade, portanto. P. “a Vossa Magestade haja por bem dignar-se conceder aos suplicantes a mesma graça concedida aos outros professores por Vossa Magestade que He pai universal de todos os seus vassallos” (BRASIL, 1818, p. 3).



Destacamos as assinaturas do acima citado documento como sendo as de João Baptista, Luís Carlos Franche e João Joyce. A citação integral do documento tem o objetivo de frisar quanto à linguagem utilizada pelos suplicantes. São diversos os estudos que se aprofundam nessa questão da relação tratamental com vistas à perspectiva sócio-histórica. Acerca de situações de diálogo entre inferior/superior, no século XIX, o pronome de tratamento mais comum era o *vossa mercê*, indicativo da “manutenção do caráter de reverência/cortesia. Já nos diálogos entre inferior/superior, o preferido é você, o que é uma indicação de especialização dos itens, (...)” (GONÇALVES, 2009, p. 9).

Nesses documentos estudados, percebemos claramente a veemência dos suplicantes em demonstrar ao monarca a consciência de serem súditos, inclusive sendo enfáticos na repetição às vezes desnecessária do cerimonioso pronome de tratamento e a referência ao rei, de tal forma que o texto transmite a ideia de uma espécie de oração dirigida a um *santo* a quem imploram graças. Os suplicantes adotavam uma postura convicta denotativa de filiação e da condição de súditos (vassalagem) perante aquele que considerado “pai universal”. Como verificamos na leitura da petição que foi encaminhada a Sua Alteza Real alguns dias depois. Esse tom textual revela também a estrutura sócio-político-econômica brasileira do século XIX, naquele ambiente de Colônia de Portugal. Outro estudo detalhado dos pronomes de tratamento e que menciona o comportamento das pessoas no período oitocentista atesta serem complexos os usos dos pronomes de tratamento, não limitados “ao valor semântico-social que uma determinada forma de tratamento carrega em si, mas aos valores que os falantes podem atribuir a elas, nas diferentes situações comunicativas que, por si só, são também complexas” (RUMEU, 2012, p. 40).

Diante dessas impressões causadas pela leitura e tentativa de análise dos documentos, relembramos que historiadores, por sua vez, revisitam séculos procurando, entre outros vestígios, locais e mesmo objetos, indícios reveladores de situações. Darnton (2005), por exemplo, tentou esse olhar para as *luzes* na Europa, especialmente focando aquela que ele considerou a capital da República das Letras, a cosmopolita Paris, mas não deixando de reconhecer que o Iluminismo se irradiou por muitos cantos do continente europeu e, inclusive, da América. As ideias fervilhavam, ora fossem discutidas ou compartilhadas entre os filósofos de forma harmoniosa, ora de forma antagônica. Ao longo dos anos o conceito do que foi e do que representou o Iluminismo vem sendo interpretado e reinterpretado, criando-se assim variadas imagens daquele momento de transição para a modernidade. Já a leitura de *Os dentes falsos de George Washington* coloca uma pedra no sapato de quem volta ao passado e um chumaço de algodão na gengiva do pesquisador atual que ousa pensar de forma linear sobre o

que exatamente ocorreu no século XVIII. Tantas décadas de ensino de heroicidades na história da humanidade criaram equívocos insanáveis, além do que, constatamos como é especialmente difícil nos desvencilharmos dos mitos, dos heróis, dos homens perfeitos metidos em suas casacas com bordados em ouro. *Os dentes falsos de George Washington* e *O grande massacre de gatos* são obras que acordam de uma só vez todos os que se ocupam do passado, e não apenas os historiadores. Essas obras do mesmo Darnton demonstram que nem tudo funcionou como aprendemos, nem o Iluminismo foi exatamente o que nos mostraram, que os europeus também não eram essa gente perfeita como nos fizeram acreditar. Esses *dentes falsos* do presidente norte-americano são uma metáfora de precisão e que serve para mostrar a condição humana de “grandes homens da história”, o presidente sentindo uma insuportável dor em um dos poucos dentes que lhe restavam e, ainda, recebendo bolas de algodão para que aparecesse bem em uma fotografia. Há, no Brasil, uma quase lenda que conta sobre a diarreia que o Imperador Dom Pedro I enfrentava, parando de árvore em árvore, pela estrada, até o momento em que ocorreu o famoso grito do Ipiranga. Darnton, mesmo dizendo não tentar ganhar na questão ou convencer qualquer pessoa, deixa claro sobre o valor que atribui à pesquisa etnográfica, ao que diz o povo, o homem comum; aos arquivos para contar a história das mentalidades.

O estudioso reconhece a cada passo as críticas sobre os métodos, mas foi suficientemente corajoso e genial ao acrescentar não haver “melhor maneira (...) do que peregrinar pelos arquivos”. Ele fala das surpresas que a coisa simples pode oferecer ao historiador, tendo em vista que poderá aí “descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho” (*In Apresentação*, p. XVII). Ainda na obra *Os dentes falsos de George Washington*, Darnton (2005) toca a acusação que pesa sobre anacronismos. Acontece que o autor demonstra não alimentar preconceitos quanto aos anacronismos e, mesmo, se deve considerar que deles (dos anacronismos) não se deve fugir como o diabo fugiria da cruz. Portanto, o estudioso encerra a questão atestando que espera “subjugar o elemento presentista implícito em qualquer retrato do passado tomando consciência dele e colocando-o bem à vista” (p. 11). Darnton segue a trajetória de suas duas obras tecendo esses confrontos entre o século XVIII e o século XX, inclusive mencionando o avanço da tecnologia atual e atribuindo à Paris daquele século o pioneirismo da sociedade da informação. A questão do perigo em encostar-se à literatura também foi vista por Darnton (1996), assim como tememos, ao tentar compor uma narrativa, que ela se transformasse em algo ficcional, ou que nos pudesse envolver de tal maneira a ver professores, tradutores da

Praça e intérpretes da Nação como se fossem os profissionais de hoje vestidos com as roupas e os sapatos do início do século XIX.

Retornamos à Mesa do Paço e nos deparamos com a evolução do longo documento de 24 de setembro de 1818 (do qual vínhamos nos ocupando antes de tratar das ideias de Darnton) que engloba: 1. Referência a documento de 25 de maio de 1818 (e a data do despacho é a de 9 de novembro de 1818, praticamente 6 meses depois dessa data); 2. Trata-se de aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil; 3. Reporta-se a requerimento de Luís Joaquim Varella de França, professor régio de primeiras letras; 4. É uma solicitação de aumento de ordenado; 5. O informante do requerimento é o Desembargador do Paço encarregado da “inspecção e direcção dos estudos” Luís José de Carvalho e Mello; 6. O parecer do desembargador é favorável ao pedido do professor; 7. Ainda quanto a Luis Joaquim Varella de França, que, além de professor das primeiras letras, era também professor de língua inglesa e outros idiomas estrangeiros, consta a reclamação pelo insuficiente ordenado que percebia, mal podendo, segundo afirmou, arcar com a sobrevivência e impossibilitando-lhe alugar casa na qual ministraria aulas. Sobre esse pedido de Varella de França, constatamos que o desembargador José Luís de Carvalho e Mello e a representação da Mesa do Paço pronunciaram-se favoravelmente, mas não, como cumpria, sem antes deixar claro que a decisão seria a da vontade do soberano. O requerimento do professor mereceu tanta atenção que lhe foi, enfim, concedido o aumento solicitado, além de ter determinado que fosse extensivo a outros professores, conforme reza documento assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva.

A seguir, passa pelas nossas mãos e se põe diante de nossos olhos uma Resolução de 14 de julho de 1809, que versa sobre a criação de cadeiras de geometria, língua inglesa e língua francesa, mas que só “subiu a exame” dez anos depois (1819). Desta vez, o desembargador do Paço é Antônio Rodrigues Vellozo. Na ajuntada de documentos, há a informação acerca do “ordenado annual de quinhentos mil reis, e com o de quatrocentos mil reis a da língua ingleza e a da franceza”. A anotação do despacho se deu no Rio de Janeiro, em “24 de setembro de 1818”, sendo o escrivão da Câmara, Bernardo José de Souza Lobatto. A seguir “Vão junctos Cons em 9 de novembro de 1818 e dito o “Suba a exame perante o Desembargador do Paço Antonio Rodrigues Vellozo” em 21 de junho de 1819. Sobre a criação das cadeiras, registre-se a menção feita por Oliveira (2006).

Seguindo na trajetória das atividades da Mesa do Paço, no mesmo ano de 1818, surge diante de nós a figura de Manoel José de Freitas Brasileiro, também professor da língua inglesa e autor de uma gramática desse mesmo idioma, o que se encontra também apurado

nos estudos de Santos (2010), solicitando autorização para “ensino das gramáticas, portuguesa, ingleza, franceza, italiana e espanhola, nesta Corte. E como o suplicante teve educação literária nos estudos clássicos da Bahia e Lisboa; e até, como “he notório, estando em Inglaterra, deo à luz na cidade de Liverpool huma gramática da língua ingleza de que se está fazendo uso em aulas publicas, e o suplicante não pode, em licença, entrar naquele exercício, por isso”. Ficamos surpresos e sem conseguir atinar sobre o motivo que teria gerado uma curiosa anotação ao pé do referido documento assinado por Manoel José de Freitas em 5 de julho de 1819, acrescentando uma frase de cunho moral que diz literalmente: “A companhia de hum sábio He tão proveitosa a os mancebos, como a bondade de um clima o He para a saúde, e as águas do ceo para a producção da terra; ainda há (seotroç) escolho funesto à sua idade, e vem a ser, a leitura daquellas obras concebidas nas trevas da quelles livros, digo, seductores, que ensinão a impiedade e a libertinagem”. Em seguida, refere Manoel José de Freitas sua pretensão em ensinar naquela Corte, fosse em qualquer local daquele Reino, e sem receber ordenado público, “as gramáticas portugueza, ingleza, franceza, italiana, e espanhola, e como para o fazer precisa Licença Regia, expedida por este Tribunal e Mesa do Desembargador do Paço”, para o suplicante, passando-lhe a “provisão para poder ensinar as gramáticas portuguesa, ingleza, franceza, italiana e espanhola por tempo de três annos” em 13 de julho de 1819, havendo assinado a documentação Bernardo José de Souza Lobatto. Acrescentou-se o aviso de que o suplicante “não paga novos direitos por ser izento”, em 27 de julho de 1819. Ao que consta, foram testemunhas Luis Pedro Valdetaro, Antonio Albano Fragozo. Tudo foi “Registado a fl.141 do livro 14 do registo geral dos novos direitos”, em 29 de julho de 1819. Aqui foram signatários Demetrio José da Crus e Antonio Albano Fragoso. Não encontramos o nome de Manoel José de Freitas no exercício de tradutor ou mesmo no de intérprete. Finalmente, após a movimentação protocolar e sob a direção do desembargador do Paço, Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, o professor Manoel José de Freitas teve o seu pedido contemplado.

A propósito de solicitações no sentido de exercer alguma função dispensando o ordenado, há o exemplo de Eugenio Gildemester que, após o Decreto de 9 de dezembro de 1823 haver criado o lugar de tradutor jurado da Praça e de intérprete da Nação, foi agraciado com a autorização para exercer tais officios “sem ordenado algum, mas percebendo das partes, pelas referidas traducções, a quantia de 1\$200 por meia, folha” (BRASIL, 1823, p. 102).

Esta caminhada pelo século XIX, desde a perspectiva da Mesa do Desembargo, nos leva a, depois de dois anos do atendimento ao pedido de Manoel J. de Freitas, ao encontro do eminente intelectual, o padre Guilherme Tilbury, professor de língua inglesa. No próximo

documento, o padre é favorecido com a cadeira que pertenceu a João Joyce, tendo este regressado a Portugal: “Hei por bem fazer mercê a Guilherme Paulo Tilbury da propriedade da cadeira de língua ingleza, que vaga no Seminário de São José pela retirada do proprietário dela, João Joyce para Portugal. A Mesa do Desembargo do Paço o tinha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários”, em 17 de abril de 1821, e assinada pelo Padre Guilherme Paulo Tilbury, oriundo do reino da Gran Bretanha, professor da língua ingleza e francesa, que, inclusive, “Não paga novos direitos por ser izento” (ARQUIVO NACIONAL, 1819, caixa n. 148), o que foi anotado em 8 de maio de 1821 e subscrito por Luis Pedro Valdetaro em 17 de mayo de 1821. A ocupação da cadeira de Joyce por Tilbury se encontra relatada em estudos de Oliveira (2006), Santos (2010) e Santana (2013). O nome de Tilbury também só aparece na condição de professor. Quatro dias depois (em “21 de mayo de 1821”), Guilherme Paulo Tilbury declara o pagamento da carta de autorização para ensinar e solicita o competente alvará, conforme se lê. O requerimento, entretanto, só seguiu para Sua Magestade em novembro de 1822, cerca de seis meses depois do favorecimento. Decorridos mais cinco dias, a 26 de maio de 1821, temos o dito pelo “Padre Guilherme Paulo Tilbury que tendo Sua Magestade sido servido fazer-lhe a Mercê da propriedade da cadeira ingleza do Seminário de São José, e tendo o suplicante pago os novos direitos afim de se lhe passar a sua carta”, como mostra o documento ajuntado e dirigido, então, “P. a V. A. R haja por bem mandar lhe passar alvará para por ele entrar no exercício da dita cadeira”. Dessa forma, requereu-se de imediato “a Sua Magestade Imperial”, constando, ao final a data de 18 de novembro de 1822 acompanhada de várias rubricas, e com as assinaturas finais de Monsenhor Miranda, Cunha, Vellozo, Dr. Miranda, Costa.

O documento a seguir relatado diz respeito a requerimento de 1821, enviado por Eduardo Thomas Colvill, professor e tradutor público da língua inglesa, informando que (aqui, por ser uma narrativa documental longa e detalhada optamos por transcrevê-la em sua forma original e na íntegra): “tendo requerido no anno pretérito de 1821, o lugar de traductor publico, das línguas ingleza, e franceza; foi o seu requerimento á informar ao inspetor dos estudos dos estabelecimentos litterarios José da Silva Lisboa de quem recebeo a melhor informação possível no principio do mês de agosto do referido anno de 1821; como há de constar na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino<sup>6</sup>; porem que Vossa Magestade Imperial participou a sua Imperial Vontade ao suplicante, por seu Secretario de Estado dos

---

<sup>6</sup> A designação Secretaria de Estado do Reino passou a existir a partir do momento em que o Brasil foi elevado à posição de Reino, o que ocorreu a partir da Carta de lei de 16 de dezembro de 1815 (Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 62-63, 1890).

Negócios do Reino, e Estrangeiros, Pedro Alves Diniz, que não era servido promover aquele lugar; Constando no fim da semana passada, que dous pretendentes ao mesmo lugar, ambos estrangeiros, tinham os seus papeis a consultar no Desembargo do Paço; o suplicante meteu hum requerimento para Vossa Magestade Imperial, na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, logo que o soube, sexta-feira 8 do corrente, pedindo a graça de serem os seus papeis admitidos á igual consulta, levando o dito requerimento, os documentos originais, que o suplicante tinha apresentado o anno passado”. Continua o requerente dizendo que, até aquele momento, não obtivera o despacho e, “de novo recorre a piedade de Vossa Magestade Imperial, para que haja de lhe admitir o seu requerimento, e documentos, á consultar; ao mesmo tempo benignamente tomando na sua Imperial consideração; que o suplicante He nacional portuguez, nasceo em Lisboa, de pais inglezes, educou-se em Inglaterra, está já há mais de quinze annos no serviço, e neste mesmo prazo, tem sempre ensinado as duas línguas ingleza e franceza; e alem de tudo, acha-se o suplicante com mulher e quatro filhos, nascidos neste Imperio do Brazil, que não tem a quem recorrer senão ao seu Imperador; outrossim, este lugar não se faz pezado ao Estado, pois que nenhum ordenado tem, as partes pagando o que o Estado já estipulou pelas traducções; o suplicante humildemente representa, ter traduzido por ordem do Secretario do Estado, dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; D. Rodrigo de Souza Coitinho, hum tratado sobre a cera vegetal; e ultimamente por ordem superior participada ao suplicante, pelo Quartel Mestre General Veríssimo Cardozo; as manobras da Artilharia Montada; motivos por que P. a Vossa Magestade Imperial Haja de o despachar como supplica E. R. Mcê Eduardo Thomas Colvill, 15 de novembro de 1822. Recebi o documento original que acompanhava este requerimento”.<sup>7</sup>

Os lances que emanam desses documentos e desses fatos ocorridos no Brasil oitocentista evidenciam um contexto histórico influenciado pela realidade da Europa em expansão e conquista de territórios, um período em que os europeus se colocavam como superiores e, conseqüentemente, modelo a ser seguido. Tal entendimento vinha atravessando mares e terras e, naturalmente, os idiomas estrangeiros, ora um ora outro eram impingidos aos colonizados, quer pela força opressora, quer pela transmissão de geração para geração, ou pela imitação de tal modelo sustentado pela Educação e pela Igreja, principalmente.

Ressalte-se com Oliveira (2014, p. 60) essa compreensão sobre a Europa que esteve muito presente em toda a legislação pombalina, tendo origem no mesmo momento em que Portugal

---

<sup>7</sup>Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1822, e assinado por Eduardo Thomas Colville.

[...] está em processo de construção discursiva. Nesta perspectiva, Europa e Ilustração são partes inseparáveis de um mesmo todo, uma vez que esta, assim como aquela, representa uma mentalidade ou consciência supranacional em que as ideias circulam livremente, expressando uma espécie de República das Letras unida pelo culto à razão, mas também por um sentimento de superioridade em relação ao resto do mundo.

Para Norbert Elias, a civilidade passava pela percepção que se tem sobre as mudanças de comportamento social ao longo dos anos e, também, a partir de uma disponibilidade de avaliação do que seria algo civilizado ou quase civilizado, de uma concepção relativista que aproxima as eras históricas enquanto, concomitantemente, se vai formulando uma identificação. Esse sociólogo se preocupou com a movimentação das palavras no interior do processo de civilização e considerava a relação significados dos termos *versus* uso deles pelos grupos sociais formando tradições linguístico-culturais e “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo”, tanto pela transmissão de indivíduo para indivíduo (ainda que de maneira inconsciente), quanto pela cristalização e corporificação no passado histórico (ELIAS, 2011, p. 68).

Esses andamentos sociais ocasionam também o adormecimento ou a morte de alguns termos, ou ainda eles podem vir a adquirir um novo valor existencial com uma nova situação. Esse pensamento de Elias é, em si mesmo, a constatação da condição da língua como um organismo vivo e pulsante e que vai se modificando, no correr do tempo, de acordo com o uso dos falantes de um determinado idioma. Essa forma de pensar a palavra ou a língua/linguagem se estende aos costumes, o que significa dizer que, hábitos de uma determinada época podem não ser mais entendidos, compreendidos porque simplesmente se alteraram ao longo dos séculos.

Ainda assentados frente aos birôs da Mesa do Paço, temos o documento em que “Manda Sua Magestade o Imperador, pela Secretaria do Estado de Negócios do Império<sup>8</sup>, que, vendo-se na Mesa do Desembargo do Paço o requerimento incluso de Luis Joaquim Varella de França, se consulte com efeito, o que parecer sobre a sua *pertenção* a ser aposentado na Cadeira de Primeiras Letras, que rege nesta cidade”. Isto ocorreu em 13 de agosto de 1824,

---

<sup>8</sup> As origens da Secretaria de Estado dos Negócios do Império estão em Portugal, exatamente na época do reinado de d. João V, quando o alvará de 28 de julho de 1736, que reordenava a administração lusa, tratou de criar três secretarias: a dos Negócios Interiores do Reino, a da Marinha e Domínios Ultramarinos, e a dos Negócios Estrangeiros e Guerra. A primeira delas, com a transferência da monarquia para o Brasil, em 1808, passou a chamar-se Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e, pouco depois, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros. Após a Independência seria rebatizada como Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, e, posteriormente, apenas Secretaria de Estado dos Negócios do Império, segundo o decreto de 13 de novembro de 1823 que subtraiu as relações com o exterior, passando esta matéria a contar, desde então, com uma pasta própria.

conforme assinado por João Severiano Maciel da Costa, mandado cumprir e registrar em 16 de agosto de 1824, em Carta (rubrica) Dr. Miranda e registrado “a fl.180 livro 1º que serve de registro das portarias nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço”. A assinatura é de José Manoel Verani.

Dirigido ao “Ilmo Senhor Dezembargador Juiz de Fora” é o documento em que “diz Luis Joaquim Varella de França, professor régio de primeiras letras da freguesia da candelária, que ele suplicante (necessitaç) o escrivão do Ilmo Senado da Câmara desta Corte, lhe passe por certidão o juramento que deu o suplicante a constituição do projecto deste Imperio do Brazil”, em 16 de agosto de 1824, e assinado por Francisco Pereira de Mattos, “Cavalheiro da Ordem de Christo. Cidadão desta muito Leal e Heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Corte do Império do Brazil e na mesma escrivão do Ilmo Senado da Câmara por Sua Magestade Imperial, que Deos os guarde”.

Neste ponto da tessitura da narrativa, remetemos a nossa reflexão à obra do historiador Carlo Ginzburg (1987), *O queijo e os vermes*. Aconteceu que, no decorrer da pesquisa realizada em Friuli/Udine (atual Trieste), cidade situada no noroeste da Itália, o eminente italiano encontrou no Arquivo da Cúria Episcopal, a acusação contra o réu Menocchio, um moleiro que, denunciado por heresia, foi preso pelo Tribunal da Santa Inquisição. O crime de Menocchio era, entre outras, a afirmação de que o mundo se originara do processo de putrefação assim como acontece com o queijo de onde surgem os vermes. Em virtude do que dizia, o homem despertou a ira da Igreja Católica. O moleiro refletia sobre os conflitos sociais entre opressores e oprimidos. Tanto observava o mundo e os fenômenos quanto pautava seu pensamento em etapas lógicas, a exemplo da observação, da busca de fontes (lia vários livros), da discussão e questionamento de assuntos, inclusive religiosos, com pessoas de sua localidade. Além de atacar quase tudo que se relacionasse com a Igreja, Menocchio criticava o poderio econômico dos padres, os textos dos Evangelhos, a figura de Cristo e acusava o Papa de explorar e arruinar o povo. Personagem forte, intrigante e polêmica, o moleiro carregava em suas atitudes o cerne do conhecimento, que é a dúvida. Pode-se dizer que muito investigou e de muito duvidou, uma maneira de ser que contribui para o pensamento científico, incentivando a pesquisa, o questionamento, a comprovação. As lições contidas nas mensagens da obra de Ginzburg são aplicáveis, não apenas à pesquisa histórica, mas a todos os ramos da ciência. Claro está que brotam da reflexão do moleiro os gestos de questionar e refletir em busca da verdade incontestável, apresentada mediante provas.



Aplicando-se a lição do moleiro, não pode a presente pesquisa atrever-se a dar por esgotada a investigação sobre o objeto de estudo; ou a pressupor que o esforço para realizá-la seja muito maior do que realmente o foi ou precisaria ser; e, ainda, que esse encantamento que assoma ao pesquisador, proporcionado pelas descobertas em documentos, possa haver criado a ilusão de desvelar por completo o processo da institucionalização do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Olhando por outro prisma a metáfora de *O queijo e os vermes*, é possível elaborar um contraponto no qual as ideias de Menocchio também sejam contestadas e do que ele afirmava se possa desconfiar, pois a verdade é arredia e não se mostra inteira. Enquanto ocorreram, no desenrolar da nossa pesquisa, os diversos encontros nas décadas do início do século XIX, muitos personagens foram, possivelmente, imaginados e idealizados à nossa imagem e semelhança, quer seja Dom João, quer seja qualquer dos seus familiares e acompanhantes na imensa comitiva que chegou ao Brasil em 1808; quer sejam os comerciantes ingleses ou os professores, tradutores da Praça e intérpretes da Nação \_ todos eles brotando dos furos do queijo, assim como os vermes da criação de um mundo, como o pensou o moleiro em sua “cabeça sutil” (GINZBURG, 1987, p. 73). Nesse ponto corre-se o risco de ingressar no mundo da fantasia e da ficção literária. Enfim, como o atesta Ribeiro, in Ginzburg (Posfácio. p. 206), há uma solidão em seu personagem “singular, não representativo”, o que pode ser estendido à solidão de qualquer pesquisador. Falta ainda muito para que seja construído mais um pouco de conhecimento sobre todo esse contexto acontecendo em terras brasileiras do século XIX.

## 2.2 INVESTIGAÇÃO NO ARQUIVO NACIONAL: PROCEDIMENTOS

Esta subseção apresenta a condução dos procedimentos adotados durante a pesquisa realizada no Arquivo Nacional. Ao passo em que é apresentado o ambiente físico da instituição e as formalidades para o atendimento ao pesquisador prestado pelos servidores do órgão, são detalhadas as estratégias efetivadas para a consulta ao documental.

Com a presente investigação não objetivamos propriamente a construção de biografias de professores, tradutores e intérpretes no Brasil do início do século XIX, nem mesmo levantar a micro-história de um sujeito, como o fez Ginzburg com o seu Menocchio, mas investigar aspectos sócio-históricos que permeiam a institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, tendo em vista o desenvolvimento do ensino das línguas estrangeiras e, especificamente, dentro do recorte, a inglesa. A narrativa

feita com base nos textos documentais busca ver através dos “olhos” dos documentos da Mesa do Paço, o trânsito desses oficiais ao longo do período em foco. Na certa seria uma utopia o desejo de voltar ao passado e encontrá-lo intacto à espera de quem pesquisa, mas nada impede a nossa tentativa de enveredar por alguma trilha que nos permita, como pesquisador, apreender flagrantes do cotidiano de alguma década longínqua e, usando das disponibilidades da língua, até nos seja oportunizado tecer cenas que beírem a realidade. Assim como o fez Natalie Davis, em sua obra intitulada *Nas Margens*, conferindo voz às experiências das mulheres personagens, assim tornando-as sujeitos históricos, mas sem tirar-lhes as prerrogativas de elaborarem seus discursos (DAVIS, 1997). Foram sim, ouvidas de alguma maneira, mesmo que ao longe, as vozes dos professores, tradutores da Praça e intérpretes da Nação em atividade nas décadas iniciais do século XIX. São as vozes que emergem do passado em vestígios que estão nas entrelinhas, registrados em documentos relativos às atividades dos professores, tradutores da praça e intérpretes no Brasil colonial. Não ousamos dialogar mais intensamente com os personagens em virtude dos empecilhos, da objetividade e da linguagem típica de documentos (peças legislativas) referentes a exames para o preenchimento de cadeiras de disciplinas ou simplesmente nomeações (uma linguagem em terceira pessoa do singular e na qual se *fala de* um fato ou de alguém, mas que não ouve a voz desse alguém). Mas, alcançamos ouvir as “súplicas” por aberturas de aula e por preenchimento de cadeiras de ensino. É preciso confessar que nos sobreveio a tentação de subverter o discurso acadêmico, como o fez Davis, e dialogar com Colville, Joyce, Tilbury e outros, acompanhá-los nas salas de aula ou mesmo nos navios nos quais se comunicavam com comerciantes ingleses nos portos brasileiros.

Com a intenção de administrar com mais objetividade os dados contidos nos documentos consultados, elaboramos os quadros 2, 3, 4, 5 e 6 (subseção 1.3), que permitem uma visualização mais compacta daquilo que foi constatado na documentação existente no AN/RJ. A ortografia e a pontuação contidas nos originais dos documentos foram mantidas. As datas norteadoras da cronologia seguem os objetivos expressos no documento manuseado, isto é, a data de entrada que encima a peça documental. Em outros momentos, foram mencionadas as datas de despacho e/ou de registro. Assim, temos documentos que foram enviados numa data, mas há mais duas ou três datas inscritas no texto documental e que fazem menção ao despacho, registro ou outra informação importante relativa ao trâmite. Dessa forma, justificamos a eventual repetição do teor do documento em datas diferentes e evidenciando a movimentação concernente à data.

A depender da observação realizada sobre o movimento administrativo da Mesa do Paço, duas ou mais menções a documentos diferentes relativos a fatos ocorridos na mesma data. Por exemplo, na data de 31 de agosto de 1809, há três registros e, assim por diante, em outras datas, como se pode verificar nos quadros. De acordo com a apuração demonstrada, quanto aos anos de 1808, 1812, 1814, 1815, 1816 e 1820, não foram localizados documentos que satisfizessem aos objetivos desta pesquisa.

Cumpre lembrar que os professores de inglês citados neste levantamento eram, além de lentes de *primeiras letras*, também de diversas línguas (latim, francês, grego) e disciplinas de áreas bem distintas, a exemplo de Geometria, Matemática e Escrituração Dobrada. Preferiu-se apenas citar, a partir da consulta documental, a relação do professor com o ensino de idiomas estrangeiros e os ofícios de tradutor e de intérprete das *fallas*. Observou-se, na documentação consultada, que o ordenado pago pela condição de professor de língua inglesa costumava ser menor do que o do professor de Geometria, por exemplo, em uma clara demonstração de privilégio de uma disciplina sobre outra.

Esclareça-se que na expressão “por aula”, no teor dos textos documentais, o verbo *por* é utilizado na acepção de *abrir, fundar*, isto é, equivaleria a uma forma de dizer que o professor se propunha a abrir um curso da língua inglesa. A palavra *por*, nesse caso, pertence à classe gramatical dos verbos e não das preposições. Portanto, trata-se do infinitivo do verbo *por*, de conjugação irregular e que, no documento, significa *fundar, instalar, abrir* um determinado espaço para a realização das aulas. O pedido era sempre dirigido pelo suplicante à Mesa do Paço, representada pelo Desembargador que, por sua vez, fazia o encaminhamento ao rei. O monarca respondia a seu juízo. Os pedidos ora se originavam de uma Secretaria ou de outra, mas sempre dependiam diretamente do despacho régio. Durante o período em que manuseamos a documentação existente nas caixas, não encontramos documentos relativos a pedidos de profissionais para o exercício dos ofícios de tradutor ou de intérprete. Nesse caso, as peças indicam que tradutores e intérpretes eram apenas nomeados.

Continuando os procedimentos investigativos, durante a pesquisa no AN/RJ, foi também possível ter acesso aos Códices das Alfândegas Reais (Caixa 807, Códices 116, 125 e 139), não havendo neles sido encontrados temas de interesse específico deste estudo. Igualmente foram consultados da Série Marinha, os Códices da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto (Código 261); da Aduaneira Convenção (Caixa 807); e da Alfândega do Pará; da Casa Real e do Colégio dos Jesuítas. Nestes também não foram localizados temas ou nomes de instituições ou de pessoas que se mostrassem de interesse para esta investigação.

Para fazer esta triagem do Códice 002 foram consultadas as caixas 147, 148, 149 e 752. Entre os códices consultados, frisamos apenas os nomes e documentação que interessam ao objeto de estudo da presente pesquisa e que se encontram nas caixas 147 e 148, conforme especificação a seguir.

No interior da Caixa 147, que contém três calhamações, está o 2º pacote com os documentos de numeração 20 a 35. Após a triagem, foram selecionados aqueles relacionados a professores e tradutores, ainda, da Caixa N 147, (3º. pacote) há no final do 2º calhamação (documentos de numeração 21 a 40), os seguintes documentos de interesse para o objeto de estudo. Quanto ao Códice 002, da Mesa do Desembargo do Paço/Caixa N. 148/Código de fundo: 4K/1º Pacote: calhamação com documentos numerados de 1 a 20, sob o título Instrução/Professorado, foram triados vinte documentos, uma amostra selecionada por serem os únicos de relevância para a pesquisa. Essa Caixa N. 148 ainda engloba os pacotes 2 e 3, todos sob a mesma rubrica (Instrução/Professorado). O Pacote 2 abriga os documentos de 20 a 35 e o pacote 3, os documentos de 36 a 68.

Para oferecer uma visão panorâmica do levantamento documental empreendido, esta subsecção apresenta ainda um relato, em linhas gerais, de como foram processadas as etapas que compuseram a busca por mais informações nas três instituições: AN/RJ, PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); e CRB (Casa de Rui Barbosa).

O período da realização da pesquisa no AN/RJ transcorreu de 29 de julho a 02 de agosto de 2013, no endereço: Praça da República, 173 – Centro – Rio de Janeiro – RJ. Endereço eletrônico: <[www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)>. As atividades se ativeram à busca de fontes sobre os professores, tradutores e intérpretes no Brasil do século XIX.

Durante as visitas empreendidas ao AN/RJ foram realizados uma aproximação e um reconhecimento do ambiente, além de se ter mantido o indispensável contato com funcionários da instituição para o recebimento da orientação necessária ao desenvolvimento das atividades. Em seguida, foram apresentados aos responsáveis pelos setores específicos os motivos e objetivos da pesquisa. Os contatos formalizados envolveram os funcionários arquivistas Andréia, Rosane, Cláudio, Clóvis, Rodrigo (arquivista e historiador); e mais duas funcionárias responsáveis pela sala de leitura de documentos.

De acordo com as solicitações e informações prestadas, os funcionários consultados respondiam com outras informações, esclareciam pontos do funcionamento dos trabalhos gerais da instituição e da parte mais específica da organização dos documentos e funcionamento do atendimento e autorização para consulta aos arquivos na Sala de Pesquisa (onde se encontram os *boxes* e os terminais de computadores). Ao se alcançar a parte final da

Sala de Pesquisa, chega-se à entrada para a Sala de Leitura (local onde se tem permissão para o manuseio dos documentos solicitados e autorizados).

Observou-se que, na maioria das vezes, os documentos solicitados para a leitura/análise passam por uma série de setores para que sejam respeitados os critérios técnico-administrativos e procedidas algumas etapas até que esses documentos possam ou não ser liberados para o manuseio/consulta. Há, portanto, casos em que determinada documentação solicitada pode não ser autorizada. Os trâmites chegam até a alcançar quinze dias a partir da data de agendamento para a obtenção do atendimento, do que só fomos notificados *in loco*.

Os documentos solicitados por pesquisadores seguem para a *reserva de depósito* e passam por um controle rigoroso, inclusive para que os peritos verifiquem se o material pode ser entregue ao consulente, sendo que a reserva deve ser feita com a antecedência de quatro dias úteis. Segundo as informações recebidas via e-mail e presencialmente, há um controle incisivo quanto à conservação dos documentos até que eles sejam liberados para a microfilmagem. Tomamos as providências com bastante antecedência, entretanto, nem todos os procedimentos que seriam da instituição AN foram atendidos rigorosamente, o que causou algum desconforto durante a pesquisa.

O primeiro formulário de requisição de documento arquivístico utilizado para esta pesquisa é o de número 137001/Inscrição 9559, do requisitante Roberto Carlos Bastos da Paixão. Outros formulários foram preenchidos a cada vez que a instituição exigia. Essa solicitação inicial foi feita no dia 30/07/2013 para ser utilizada em 01/08/2013, pois, no dia seguinte (31/07) a instituição não abriu as portas, em virtude de haver uma combinação informal entre os funcionários, que escolhem um dia para a realização de reunião interna, havendo a mencionada data coincidido com um momento do nosso trabalho. A requisição foi feita para o Fundo / Coleção / Mesa do Desembargo do Paço. A notação do documento: Cx. 148.

A funcionária Cravina (nome fictício) e colegas de trabalho, conduziu e orientou a disponibilização de caixas que continham diversos códigos/catálogos. A cada etapa cumprida a compreensão do funcionamento e das disponibilidades do arquivo se faziam mais claras. Constatou-se, por exemplo, que há um nível de desestruturação institucional que torna a pesquisa praticamente inviável, em determinadas situações, pois os códigos e catálogos são diversificados e não registrados por tema, nome ou outras informações mais precisas. Essa desestruturação foi confirmada por funcionários da Instituição. Informou a funcionária Andréia que não existe documento do período escolhido como recorte temporal que se

encontre digitalizado; para os códigos, sim e para os documentos, não. Foi também informado que esta situação não é nova e que, atualmente, a gestão tenta reorganizar de forma mais adequada a um arquivo o vasto volume de documentos de que dispõe em seus acervos. Inclusive, após reclamações de pesquisadores, foi criada uma ouvidoria na sede do AN/RJ. Acrescentou o arquivista Cláudio que a instituição se organiza lentamente para uma mudança de visão do tratamento do material e que, até o momento, não se tem catálogos temáticos ou por conteúdo, tudo se encontrando muito fragmentado e diversificado.

Conste que foi providenciado o registro gravado do nosso diálogo com o funcionário Cláudio. Acrescente-se que foi por ele, também, notificado que, sobre o recorte temporal escolhido para a presente pesquisa, a situação é ainda mais complexa e problemática. Isto é, não seria possível absolutamente apontar fontes de pesquisa com alguma objetividade. De toda maneira, ainda deixou claro que não há funcionários em número suficiente para o adequado atendimento a pesquisadores e que não se tem previsão de quando a situação da instituição virá a ser considerada satisfatória. Notificou ainda sobre questões políticas que influenciam para a formação deste quadro apresentado.

Os documentos entregues para a pesquisa foram, ao todo, 9 (nove) pacotes da Mesa do Desembargo do Paço. Foram consultadas também as fichas da série Educação e Marinha, mas algumas não eram relativas ao recorte temporal da pesquisa. A Caixa 148 tem o título *Côrte/Professorado*. Não existem, no AN, Caixas específicas destinadas a armazenar documentos sob a rubrica de Tradutores da Praça e/ou Intérpretes da Nação.

Durante esta etapa da investigação foram verificados os catálogos fornecidos, dos quais se tem a relatar que: a descrição do conteúdo nos códigos é sofrível, incompleta e feita sem critérios mais específicos e objetivos, exigindo, dessa forma, mais tempo para serem examinados. Por serem assim catalogados, os códigos inviabilizam o reconhecimento da documentação e a seleção para a requisição do material com vistas a uma melhor apreciação dos originais. Alguns desses documentos foram fotografados pelo pesquisador.

Ainda se teve acesso à variada documentação, a exemplo da pertencente ao Pacote 01, documentos de 01 a 20-Instrução Pública/Professorado/Casa de Educação; Pacote 2, documentos de 20 a 35; e Pacote 03, documentos de 36 a 68 \_ todos da Instrução Pública/Professorado. Os textos correspondentes ao teor dos documentos manuseados são aqui apresentados/transcritos respeitando-lhes a ortografia visível no original pesquisado. Verificou-se claramente a desorganização cronológica na arrumação dos documentos. Por outro lado, há modelos mais antigos e diferenciados na cor e na disposição estética, como é o caso do catálogo compilado pelo Dr. Antonio Carlos Chichorro da Gama. Os

códices/catálogos têm o aspecto físico-formal de livros de ata comuns, capa dura e na cor marrom. Esses catálogos apresentam páginas datilografadas (mais antigos) digitadas (mais modernos) com o modelo e a identificação apropriados.

Foi ainda possível fazer abordagens informais junto a historiadores/pesquisadores naquele momento em desenvolvimento de estudos no AN/RJ. Interessante notar a demonstração de desconhecimento desses profissionais da mencionada instituição sobre o contexto educacional brasileiro durante as primeiras décadas do século XIX. Esses entrevistados foram unânimes em considerar a ausência de pesquisa sobre o recorte temporal mencionado e, ainda, acrescentaram sobre a questão de organização satisfatória das fontes de pesquisa, assim como foi reiterado pelos funcionários contatados e já mencionados neste texto. Quanto a outros períodos históricos mais recentes, tanto os funcionários do Arquivo quanto os pesquisadores sempre dispunham de informações precisas.

### 2.3 DIÁRIO DE VISITAS

A chegada ao Rio de Janeiro se deu no início da tarde do dia 29 de julho de 2013. Nesta mesma tarde tentamos entrar em contato com o AN/RJ o mais cedo possível e fomos notificados que a instituição fecharia as portas num período de cerca de 2 horas naquele mesmo dia. A solução encontrada naquele instante foi colocar o segundo objetivo em ação, o de visitar a PUC. Embora a PUC estivesse em recesso, fomos muito bem acolhidos pelo pessoal da secretaria da Universidade, que se prontificava a informar dentro dos limites e especificidades técnicas de suas atividades. Nessa movimentação, fomos apresentados a uma das professoras da instituição, uma norte-americana atuante no programa de tradução/interpretação. A professora pediu que retornássemos em uma próxima oportunidade para que conhecêssemos alguns docentes e, também, o ambiente da biblioteca que, naquele horário, não estava mais aberta ao público.

No dia seguinte, 30 de julho de 2013, foi feita a primeira visita ao AN/RJ onde recebemos informações detalhadas quanto ao funcionamento e à estrutura da instituição (a antiga Casa da Moeda do Brasil). Ao contrário do esperado, a solicitação feita com bastante antecedência não tinha recebido a devida atenção por parte da atendente. As próximas horas da manhã foram momentos nos quais experimentei o gosto amargo da frustração de saber que por melhor que tivesse me preparado para esse grande e esperado momento, não teria a possibilidade de manter um contato mais direto com os documentos.

O acesso à parte interna do AN/RJ é um procedimento realizado por etapas exigidas pela Direção e que ocorre sob acompanhamento de funcionários, o que exige algum tempo para o aprendizado de como tudo funciona até que, objetivamente, se passe ao manuseio do acervo. No final deste mesmo dia recebemos a informação de que o Arquivo fecharia as portas para o público externo, como é de costume em todo o último dia de cada mês, detalhe não esclarecido antecipadamente via telefone ou e-mail.

Na quarta-feira, 31 de julho de 2013, em vista do fechamento AN/RJ ao público externo, o que havia em mente para empregar bem o tempo disponível era voltar à PUC/RJ. Retornamos à Universidade onde foi possível visitar a biblioteca, as salas, o laboratório de línguas, além de manter algumas conversas informais durante as quais foi recomendado que o pesquisador empreendesse uma visita à Casa de Rui Barbosa, situada no bairro de Botafogo. A sugestão foi aceita e, incontinenti, dirigimo-nos para o local. Ao chegar lá, mantivemos contato com Bosco (nome fictício), um pesquisador e historiador, responsável pelo atendimento e condução dos visitantes ao local. Bosco falou da importância da instituição para os pesquisadores, muito embora, conforme esclareceu, o acervo da biblioteca em questão, naquele momento passava por uma reforma estrutural, inclusive envolvendo trabalhos de digitalização de documentos, dessa forma limitando o acesso às obras.

Considerando todos os aspectos que envolvem a movimentação de um pesquisador em uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro, a realidade trouxe os imprevistos e a exiguidade do tempo, o que inviabilizou a realização de um terceiro objetivo, visitar a Marinha, a Biblioteca Nacional e a algumas instituições como o SINTRA – Sindicato Nacional dos Tradutores, ATPRIO - Associação dos Tradutores Públicos do Rio de Janeiro; a AIIC – Associação Internacional de Intérpretes de Conferência e outros órgãos afins. No dia seguinte, quinta-feira, 1 de agosto de 2013, foi finalmente o dia tão sonhado para atender ao quarto objetivo, pesquisar sobre a institucionalização das profissões de professores, tradutores da Praça e intérpretes da Nação, no Brasil dos oitocentos.

As caixas contendo os pacotes com suas respectivas numerações, depois de terem passado por um processo de higienização e observação, finalmente chegaram até nossas mãos. A dificuldade que encontramos para nos manter saudáveis perante a um acervo tão digno de ser deixado em paz em virtude da falta de materiais obrigatórios para o manuseio, a exemplo de luvas e máscaras, que não estavam disponíveis, nos chamou a atenção. Ouvimos relatos sobre a frágil estrutura que ali nos cercava e, ao mesmo tempo, experimentamos toda a ansiedade de quem queria urgentemente que a pesquisa tomasse mais corpo. Foram inúmeras as dificuldades de acesso aos acervos, como também, as folhas documentais, além de bastante



atingidas pela passagem do tempo e a ação de fungos acumuladas, não se encontram ainda devidamente catalogadas e nem digitadas, além de se haver percebido que documentos foram, provavelmente, extraviados ao longo de todos esses anos desde o século XIX até agora. As lacunas em torno de solicitações endereçadas a Sua Alteza Real que não apresentam os deferimentos e mais outros indícios são o exemplo da precariedade da conservação e preservação do material. Manuseando esses documentos, passou-se a conduzir a construção de uma narrativa mínima a partir daquilo que esteve ao alcance do pesquisador. Sexta-feira, 2 de agosto de 2013, marcou o nosso último dia de pesquisa no AN/RJ.

#### QUADRO 7 - Diário de visitas

DATA	ATIVIDADE
29/07/2013	Chegada ao Rio de Janeiro (observação e contatos informais) Ida à PUC/RJ
30/07/2013	Contatos formais com a equipe administrativas do AN/RJ
31/07/2013	Expediente interno no AN. Visita à PUC/RJ e CRB. (Redirecionamento de atividades)
01/08/2013	Manuseio da documentação no AN.
02/08/2013	Manuseio da documentação no AN. Retorno à Aracaju

Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir da análise do material coletado no AN.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto europeu no início do século XIX forma um quadro de lances cinematográficos de grandes proporções, mostrando batalhas por toda parte daquele continente. É efetivamente nesse contexto de contendias envolvendo a França, a Espanha, Inglaterra e Portugal que vamos assistir cenas cruentas de inumeráveis batalhas que causaram destruição, morte e prejuízos incalculáveis, especialmente para Portugal. A personagem principal desse cenário da assim chamada Guerra Peninsular foi Napoleão Bonaparte, cuja carreira de conquistas e dominação só vai se encerrar perante o Duque de Wellington, que o derrota na batalha de Waterloo em 1815.

Napoleão tornou-se a catapulta que, sem perceber, contribui para que Dom João e a Família Real viessem parar em terras brasileiras, tendo sido a viagem para o Brasil protegida pelos ingleses. Ali se juntaram dois idiomas, um que já estava corrente no Brasil, o português, e outro que chegava para seguir uma rota que até hoje só se amplia e solidifica. Este é o berço do idioma inglês em terras do Brasil, iniciando suas manifestações escrita e oral pelas rotas do comércio com o estrangeiro.

Dom João e sua comitiva gigantesca não vieram a passeio, mas, principalmente, a negócio. Aproveitando ter que sair de Portugal para não enfrentar Napoleão, a corte portuguesa cuidava de interesses aqui. Tanto o soberano abriu os portos aos países estrangeiros, especialmente à Inglaterra, quanto tratou de consolidar sua política educacional centrada nos planos do Marquês de Pombal. Começou o país a ganhar alguma identidade, mesmo que emprestada, influenciada a partir de Portugal.

Foi nesse ambiente de interesses de dominação econômica que se instalou o idioma bretão, para o qual o Brasil precisava de professores, tradutores e intérpretes. Esses ofícios tiveram seus primórdios, não pelo ensinamento ministrado por brasileiros, mas essencialmente por estrangeiros, professores de outras disciplinas e, alguns deles, nativos daquele idioma. Entretanto, são esses homens que, mesmo sem o intencionarem, gestaram aquilo que passou a ser um processo importante no cenário da formação da educação brasileira: a institucionalização das profissões de professor, tradutor da Praça e intérprete da Nação, gerada na complexa rede de acontecimentos que formam a história desse processo. Percebe-se mais de perto a movimentação que vai se alterando gradualmente e formando, no

Brasil da primeira década do século XIX, uma realidade sócio-administrativa e educacional, uma situação típica envolvendo colonizadores e colonizados.

Aproximando-nos dos fatos históricos daquele momento, ora nos sentimos em Portugal, ora nos sentimos no Brasil-Portugal. Sim, mesmo porque não seria possível ao colonizador disfarçar as intenções e nem a sua ação social, cultural, administrativa e educacional que expunha um país colonizado à semelhança do colonizador, o que tem sido a regra geral e a lógica da colonização em qualquer era ou em qualquer parte do mundo. Mas, ao lado disto, a história caminha, as identidades se formam. O Brasil do Período joanino é uma repetição de Portugal quando adota e cumpre as Reformas Pombalinas, quando assume a fundação de instituições, mas, depois, esse mesmo país deflagrou a luta pela sua identidade como nação e povo.

Não é possível deter o percurso da História e cabe a cada povo, dentro de um contexto plural, definir, dentro da diversidade cultural, a sua face de Nação. Vieram para o Brasil, inicialmente, os portugueses, os ingleses, os espanhóis, os franceses, os holandeses e, mais adiante no tempo, os italianos e os alemães. Entretanto, esta convivência não desfigurou e nem impediu a formação do povo brasileiro, mantendo as suas características peculiares, quer nas ciências, quer nas artes. As instituições aqui fundadas pela Corte portuguesa e a formação educacional implantada por esse povo europeu, indiscutivelmente, marcaram o Brasil do século XIX e se constituem monumentos históricos inabaláveis e que servem de referência para que nos identifiquemos como país de características bem definidas.

Deparamo-nos com a escassez de pesquisas, a questão da periodização e penetramos nas zonas de sombras de um passado do qual estudiosos se têm distanciado. Entretanto, não nos intimidamos e começamos a palmilhar as trilhas a partir da data em que o primeiro intérprete da oralidade em língua inglesa foi nomeado no Brasil, Ildefonso José da Costa, designado através do decreto de 10 de novembro de 1808, comprovando que o país precisava com urgência de profissionais relacionados à comunicação naquele idioma. Encontramo-nos com Renato Boiret sendo nomeado o primeiro lente de língua francesa e com Jean Joyce, o primeiro de língua inglesa, no Seminário São José, ambos professores públicos na cidade do Rio de Janeiro. Atravessamos uma longa trilha e nos estendemos até o momento em que foi desfeito o lugar de tradutor do Conselho do Almirantado pelo decreto de 21 de março de 1828, fechando dessa forma o recorte temporal desta pesquisa. A curiosidade nos levou mais adiante e atingimos o ano de 1837, quando pelo decreto de 5 de junho foram extintos os lugares de intérprete, contínuo e meirinho da Comissão Mista Brasileira e Inglesa da Corte.

Mas, foi possível, a partir daí, ver o Brasil mudando de fisionomia em todos os segmentos sociais e a cultura inglesa começando a fazer parte e a se integrar à cultura brasileira de tal forma que incidiu diretamente sobre o ensino desse idioma. Aquilo que foi considerado progresso impulsionou a oficialização de cursos nos quais a disciplina Língua Inglesa passava a ter destaque. Vieram as primeiras cadeiras da disciplina, os decretos de nomeação para a ocupação dessas cadeiras, as primeiras leis, os primeiros professores, tradutores e intérpretes trabalhando no Brasil, mesmo que não brasileiros.

A consolidação dessa oficialização do ensino de inglês demonstra a importância que lograram aqueles nativos desse idioma que entraram para a história da institucionalização, a exemplo Eduardo Thomaz Colville, João Joyce, Guilherme Paulo Tilbury e outros que fizemos constar dos quadros apresentados. Olhamos o mais distante que pudemos os fatos que compuseram as *trilhas* da Institucionalização das profissões de professor, tradutor e intérprete de idiomas estrangeiros, mas com um interesse mais centrado naqueles que desenvolveram essas atividades também com o idioma inglês. Procuramos manter um olhar de isenção, mesmo porque não se vai poder mudar o passado, a História.

Frisamos quanto se mostrou especial e belo o momento de estar em contato com a documentação consultada no AN, cujos ares de tesouro histórico, além de enriquecerem a pesquisa, causaram distinta emoção. As páginas amarelecidas e carcomidas pelo tempo e pelos fungos, guardadas no seio daquele importante órgão público, conseguiram nos mostrar o dia a dia da Mesa do Desembargo do Paço, nos acercar dos profissionais e nos conduzir pelas décadas iniciais do século XIX, no Rio de Janeiro, a sede da Colônia.

## REFERÊNCIAS

- AIIC, **Associação Internacional de Intérpretes de Conferência**. Disponível em: <<http://www.brasil.aiic.net/>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramaticalização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906):** representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2009.
- ANDRADE, Kate Constantino Pinheiro de; PEREIRA, Rosana Batista. **A formação de professores de francês – língua estrangeira no estado de Sergipe:** perspectivas e desafios frente à política pública. Disponível em: [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_13/PDF/38.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/38.pdf). Acesso em: 2 maio 2015.
- ATPRIO, **Associação Profissional de Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais Juramentados do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.atprio.com.br/pages/trad.asp>>. Acesso em: 10 fev.2015.
- AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. 7. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.
- BARBOSA, Heloisa Gonçalves; WYLER, Lia. Brazilian tradition. In: BAKER, Mona (ed.) **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres: Routledge, 1998, p. 331.
- BARBOSA, Rosana. (2010). **Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil**. Disponível em: <[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana\\_Barbosa\\_p173-196.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- BETHEL, Leslie. O Brasil no Século XIX: parte do “Império informal britânico”? In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales:1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.
- BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- CATÃO, Adrualdo de Lima. **O critério identificador da norma jurídica**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2249/o-criterio-identificador-da-norma-juridica#ixzz3O9SyH8jE>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephram Ferreira Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- COELHO, Edmundo Campos, **As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. São Paulo: Record, 1999.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Arte dos negócios**: Saberes, práticas e costumes mercantis no império Luso-brasileiro. América Latina em La Económica, v. v.1, p. 171-193, 2009.

\_\_\_\_\_. Cláudia Maria das Graças. **As aulas de comércio no Império luso-brasileiro**: o ensino prático profissionalizante. Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-aulas-de-com%C3%A9rcio-no-Imp%C3%A9rio-luso-brasileiro-Cl%C3%A1udia-Maria-das-Gra%C3%A7as-Chaves.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução: Guacira Lopes Louro. Teoria & educação. Porto Alegre, 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens. Três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAY, Kelly. **Ensino de língua estrangeira no Brasil**: entre a escolha obrigatória e a obrigatoriedade voluntária. In: Revista Escrita. Rua Marquês de São Vicente, 225 Gávea/RJ CEP 22453-900 Brasil. Ano 2012. Número 15. ISSN 1679-6888.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma História dos Costumes. Vol. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, Claudia Sousa. **Representações e construção da identidade do professor de inglês**. Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo 2006. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/claudia\\_sousa\\_fernandades.pdf](http://www4.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/claudia_sousa_fernandades.pdf)>. Acesso em: 1 maio.2015.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURLAN, M. (2003/2) **Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente**. II. A Idade Média. In Cadernos de Tradução nº 12. Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET, Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 9-28.

FRIEDRICH, Hugo. On the Art of Translation. In: Shulte, Rainer, Biguenet, John. (eds.). **Theories of Translation**: an anthology of essays from Dryden to Derrida. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1992, p. 11-16.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GONÇALVES, Clézio Roberto. **De vossa mercê a cê: caminhos, percursos e trilhas**. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_3/2535-2550.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2535-2550.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2014.

GUIMARÃES, Gabriel Carlos. **Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX**: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co – 1808-183. Disponível em: <[http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12\\_dossie2.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie2.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2014.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. 1. t. 3. ed. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia**. Tradução: Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUE, Sheila Moura (ed., introd. e notas). **Diálogos**: em defesa e louvor da língua portuguesa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

KEMNITZ, Eva-Maria Von. **Portugal e o Magrebe (Séculos XVIII / XIX)**. Pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, 2009.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. José da Silva Lisboa. São Paulo: Alameda, 2009.

JARDIN, Marília P. **Bullying escolar**: a corporeidade como fator de in/exclusão sócio-educacional. Ijuí, RS. 2010. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologpdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologpdf)>. Acesso em: 3 fev. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, Gislaine P. **Breve trajetória da língua inglesa e do livro didático de inglês no Brasil**. (2011). Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/GislainePLima.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

LOBO Neto, F. J. da S. (2003). **O Iluminismo e as reformas Pombalinas**. Disponível em: <[http://www.floboneto.pro.br/\\_pdf/histeduc/2.05%20iluminismo.pdf](http://www.floboneto.pro.br/_pdf/histeduc/2.05%20iluminismo.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1823). São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. (2012). **Flores celestes**: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú? Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

MAZZA, Fernanda T.; ALVAREZ, Sonia M. **A formação e a identidade do professor de língua inglesa**. The english teacher's education background and their identity. Disponível em: <[https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Mazza+e+Alvarez+\(2011\)sobre+professores+de+1%C3%ADnguas+estrangeiras+>](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Mazza+e+Alvarez+(2011)sobre+professores+de+1%C3%ADnguas+estrangeiras+>)>. Acesso em: 16 maio 2015.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

NÓVOA, Antonio. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, M. Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **As origens da profissão de Tradutor público e Intérprete comercial no Brasil (1808-1943)**. São Paulo: Claritas (PUC), 2005, v.11, n. n. 2.

\_\_\_\_\_. **A instituição do ensino das línguas vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **A Legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: sua implicação na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: Ed. UFAL, 2010.

\_\_\_\_\_. **O mito da Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014.

PACHECO, M. M.; AMORIM, S. S. **Percurso histórico do ensino de inglês no Brasil: A abordagem comunicativa e o livro Didático do Yázigi**, 2009. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xicnlf/10/percurso\\_historico.pdf](http://www.filologia.org.br/xicnlf/10/percurso_historico.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2013

PALLARES-BURKE, Maria L. G. **Inglese no Brasil: um estudo de encontros culturais**. Tempo Social; Rev. Sociol. São Paulo: USP, 2001.

QUINTANILHA, Marli Maria Silva. **A educação e a ação político-educativa do imperador do Brasil D. Pedro II**. Maringá: 2006. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <[file:///C:/Users/Roberto/Downloads/2006-Marli\\_Quintanilha.pdf](file:///C:/Users/Roberto/Downloads/2006-Marli_Quintanilha.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2014.

REIS, Simone; VAN VEEN, Klaas; GIMENEZ, Telma. **Identidades de professores de línguas**. Londrina: Eduel, 2011.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito (UFMG). **Vestígios da pronominalização de Vossa Mercê Você em missivas cariocas e mineiras: uma incursão pelo português brasileiro escrito nos séculos XIX e XX**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-3.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

SÁ NETTO, Rodrigo de. **A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823-1891)** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Publicações Históricas; 105) (Cadernos Mapa; 5 - Memória da Administração Pública Brasileira)



SANTOS, Maria Elaine. **As reformas Pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)**. São Cristóvão: Núcleo de pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2010. (Dissertação de Mestrado).

SANTANA, Marcle Vanessa Menezes. **A profissão docente como prática ilustrada: o caso dos primeiros professores de inglês do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. 2009. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I – Número I. ISSN: 2175-3423. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2013.

SELZNICK, Philipe. Liderança e administração. Rio de Janeiro: FGV, 1974. pp.1-52. In: MELLO, SERRA, J. Paulo. **Manual de teoria da comunicação**. Universidade da Beira Interior Covilhã, 2007. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/serra-paulo-manual-teoria-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 16 mar.2011.

SERRA, J. Paulo. **Manual de teoria da comunicação**. Universidade da Beira Interior Covilhã, 2007. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/serra-paulo-manual-teoria-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 16 mar.2011.

SINTRA. **Sindicato Nacional dos Tradutores**. (1988) Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://www.sintra.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SCHIEFLER-FONTES, Márcio. **Aspectos jurídicos da tradução no Brasil**. (2008) Dissertação (Mestrado em Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <[http://www.pget.ufsc.br/curso/dissertações/Marcio\\_Schiefler\\_Fontes\\_-\\_Dissertacao.pdf](http://www.pget.ufsc.br/curso/dissertações/Marcio_Schiefler_Fontes_-_Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel do ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759 – 1846)**: Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

THE UNITED SERVICE JOURNAL AND NAVAL AND MILITARY MAGAZINE (1830) Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Irw8AAAAYAAJ&pg=PA171&dq=the+united+service+journal+and+naval+and+military>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

TILLBURY, Guiherme Paulo. **Arte inglesa oferecida ao ilustríssimo Senhor Visconde de Cayru**. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

TUCHINSKI DOS SANTOS, Juarez José BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Caderno CRH, vol. 25, núm. 64, enero-abril, 2012, pp. 167-169 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632187014>>. Acesso em: 16 maio 2015.

THEOBALDO, Carlos. Eduardo. **A contribuição jesuítica na implantação do português do Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, Ano VIII, nº 87. Ago/2008.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERDELHO, Telmo dos Santos; SILVESTRE, João Paulo. (Orgs.). **Lexicógrafiabilingue**: A tradição dicionarística português – línguas modernas. Universidade de Lisboa, Gráfica de Coimbra, 2011.

VIDOTTI, Joselita. J. V. **A presença britânica e a língua inglesa na Corte de D. João**. Revista Eletrônica HELB. Ano 4, Número 4, Número 1, 2010b. Disponível em: <[http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=141:a-presenca-britanica-e-a-lingua-inglesa-na-corte-de-d-joao&catid=1095:ano-4-no-04-12010&Itemid=13](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:a-presenca-britanica-e-a-lingua-inglesa-na-corte-de-d-joao&catid=1095:ano-4-no-04-12010&Itemid=13)>. Acesso em: 10 set.2014.

\_\_\_\_\_. **Política linguística para o ensino de língua estrangeira no Brasil do século XIX, com ênfase em língua inglesa**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.

WYLER, Lya. **Línguas, poetas e bacharéis**. Uma crônica da tradução no Brasil. Rocco, Rio de Janeiro, 2003.

## DOCUMENTAIS

ARQUIVO NACIONAL. Memória da Administração Pública Brasileira. 1808. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2785>>. Acesso em: 1 set. 2014.

ARQUIVO NACIONAL. Em 30 de junho de 1809, Renato Pedro Boiret e Luis Carlos Franch pleitearam uma licença para estabelecer uma cadeira de educação à Secretaria do estado do Brasil. Mesa do desembargo do Paço – Códice: Fundo 4K, caixa 148 – 2º pacote.

ARQUIVO NACIONAL. Em 7 de agosto de 1809, John Joyce pleiteou junto à Mesa do desembargo do Paço uma cadeira de língua inglesa. Códice: Fundo 4K, caixa n. 147 – 2º pacote.

ARQUIVO NACIONAL. Em 14 de outubro de 1811, João Lourenço Toole teve sua licença concedida para continuar o ensino de Inglês, Aritmética e Escrituração assinada por Bernardo José de Sousa Lobatto. Códice: Fundo 4K, caixa n. 148 – 2º pacote.

ARQUIVO NACIONAL. Em 5 de setembro de 1809, John Joyce foi devidamente habilitado a desempenhar suas atividades como professor de língua inglesa no Brasil. Códice: Fundo 4K, caixa n. 147 – 2º pacote.

ARQUIVO NACIONAL. Foi concedido a Manoel José de Freitas a desempenhar suas atividades como professor de gramática das línguas inglesa, italiana e espanhola, por um período de três anos. Códice: registro a, folha 141 do livro 14 do registro geral dos novos direitos.

ARQUIVO NACIONAL. Em 6 de janeiro de 1818, o reitor do Seminário São José D. Antonio d'Anunciação Avellino emitiu documento no qual certificou que John Joyce preenchia suas obrigações naquele estabelecimento. Códice: Fundo 4K, caixa n. 147 – 2º pacote.

## COLEÇÕES LEGISLATIVAS

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil**. Senado federal subsecretaria de anais Brasília-1978. Acesso em: 9 dez.2014. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1840/1840%20Livro%2030k.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840%20Livro%2030k.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2014.

BRASIL. Acervo - revista do Arquivo Nacional. **A corte do Brasil 200 anos**. V. 21 n. 1(jan./jun. 2008). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=66>>. Acesso em: 28 nov.2014.

BRASIL. Leis etc. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 1-2.

BRASIL. (1828). **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1808**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. **Carta de lei de 16 de dezembro de 1815**. Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 62-63, 1890.

BRASIL, **Collecção das Leis do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823, p. 103.

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Câmara dos deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/anterioresa1824/decreto-40265-10-novembro-1808-572446-publicacaooriginal-95556-pe.html>>. Acesso em: 3fev.2015. (p.17)

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados, de 18 de julho de 1827**. Disponível em:<[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/7/1827](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/7/1827)>. Acesso em: 1 fev. 2015.

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil de 1828**. Rio de Janeiro: Câmara dos deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38293-21-marco-1828-566414-publicacaooriginal-89991-pe.html>>. Acesso em: 31 ago.2014.

BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1837**. Rio de Janeiro: câmara dos deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-36936-5-junho-1837-562235-publicacaooriginal-86082-pe.html>>. Acesso em: 31 ago.2014.

PORTUGAL. **Instituto Diplomático** – Ministério dos negócios estrangeiros. Disponível em:<<http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/141-brasil.html>>. Acesso em: 16 jun.2013.

PORTUGAL. **Collecção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva**. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: na Type. Maigrense, 1830.